

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Economia

PPGE-IE

Tese de Doutorado:

“A mudança da política econômica francesa do governo de François

Mitterrand no período de 1981-1984”

Leonardo de Amorim Thury

Orientador: José Luís da Costa Fiori

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico

Linha de pesquisa: Economia Política

2011

Sumário

Introdução

Capítulo 1. A liderança francesa no processo de integração europeu na era de Gaulle (1959 a 1968) e a ascensão econômica da República Federal da Alemanha

1.1 O contexto internacional nos anos 1950 e 1960

1.2 A liderança francesa no processo de integração europeu (1951-1968), o eixo franco-germano e a era de Gaulle (1958-1969) - Adenauer (1949-1963)

1.2.1 O primeiro encontro entre de Gaulle e Adenauer

1.2.2 A crise de Berlim e o fortalecimento da entente franco-germana

1.2.3 O veto de de Gaulle à entrada do Reino Unido na CEE

1.2.4 O Tratado do Elysée

1.2.5 De Gaulle e os sucessores de Adenauer: Erhard e Kiesinger

1.2.6 O eixo franco-germano e a União Soviética

1.3 A mudança hierárquica ocorrida entre França e Alemanha no processo de integração europeu

Capítulo 2. A política econômica nos governos de Georges Pompidou (1969-1974) e Giscard d'Estaing (1974 -1981)

2.1 O contexto internacional da década de 1970

2.2 A política externa francesa e o eixo franco-germano na era Pompidou (1969-1974)- Brandt (1969-1974) e a *Ostpolitik*

2.3 A política econômica na gestão de Georges Pompidou (1969 - 1974)

As seis inflexões dos ciclos de política econômica francesa

Inflexão 1. Do "stop-gaullista" para o "go-Pompidou/Delmas"

2.3.1 A origem da "Serpente Monetária Européia"

2.3.2 O primeiro choque do petróleo e o final da gestão Pompidou

2.4 A política externa francesa e o eixo franco-germano na era Giscard (1974-1981)-Schmidt (1974-1982)

2.5 A política econômica na gestão de Giscard d'Estaing (1974 – 1981)

Inflexão 2. Das políticas orientadas para o crescimento de Pompidou para as medidas de austeridade pós-eleição de Giscard

Inflexão 3. O pacote expansionista de Chirac

Inflexão 4. O "stop-Barre"

Segunda fase da gestão Barre – de março de 1978 a 1979

Terceira fase da gestão Barre - 1979

2.5.1 Da "Serpente" ao Sistema Monetário Europeu

Capítulo 3. A política econômica nos primeiros anos do governo Mitterrand (1981-1983) e o "Mitterrand U-turn"

3.1 O contexto internacional em 1981

3.2 A política externa francesa e o eixo franco-germano na era Mitterrand-Schmidt, Mitterrand-Kohl

3.3 Os quatro "turning points" do sistema de Bretton Woods para a "reemergência das finanças globais"

3.3.1 O primeiro "ponto crítico" de transição: Reino Unido em 1976

Primeiro momento. Ataque especulativo contra a libra

Segundo momento. O “veto” dos Estados Unidos, da Alemanha Ocidental e do “capital internacional” ao Reino Unido

Terceiro momento. Divisão no governo e resistência ao ajuste recessivo

Quarto momento. Fim da resistência e adoção do pacote de austeridade proposto pelo FMI

3.3.2 O quarto “ponto crítico” de transição: França e o “Mitterrand U-turn”, 1981-1983

3.4 As quatro fases da mudança de política econômica do governo Mitterrand (1981-1983)

A primeira fase. O projeto “keynesiano-distributivo” de maio de 1981 a junho de 1982

A segunda fase. O encontro de Versalhes e o primeiro pacote de austeridade de 13 de junho de 1982

A terceira fase. “Os visitantes noturnos” e a tentativa de manter a projeto expansionista

A quarta fase. O segundo pacote de austeridade em 23 de março de 1983: Mitterrand “joga a toalha”

3.5 Os ciclos de economia política da França em Pompidou, Giscard e Mitterrand

3.5.1 A intensificação das restrições externas ao longo das gestões Pompidou-Giscard-Mitterrand

Capítulo 4. O Mitterrand U-turn a partir de uma análise sistêmica

4.1 A opção pela manutenção da França no Sistema Monetário Europeu, a opção pela Europa

4.2 Aumento da integração econômica internacional: fortalecimento do topo da hierarquia política e econômica internacional e diminuição de autonomia política dos demais países

4.2.1 Digressão teórica e histórica. O aumento da integração econômica levando ao fortalecimento do topo da hierarquia política econômica mundial e à diminuição da autonomia política do restante da "pirâmide"

4.2.2 A defesa do eixo anglo-saxão pela maior integração econômica e a posição contrária da França nos anos 1960-1970.

4.3 O Mitterrand U-turn, a "teoria do sistema interestatal capitalista" e o projeto expansionista dos Estados Unidos

4.3.1 A Alemanha Ocidental como "zona de co-prosperidade" dos EUA na Europa, o "desenvolvimento a convite" e sua transformação no "centro cíclico principal" europeu

4.3.2 Os territórios econômicos supranacionais

Conclusão

Referências Bibliográficas

INTRODUÇÃO

“Fernand Braudel distingue o tempo breve, da vida política imediata, do tempo cíclico da vida econômica e da ‘longa duração’ das grandes estruturas históricas”. (José Luís Fiori, “O sistema interestatal capitalista”, 2008: 20)

Em agosto de 1984, período de eleição no Brasil e nos Estados Unidos, a professora Maria da Conceição Tavares comenta que “embora seja dramático para o destino do Brasil como Nação o que possa ocorrer na sucessão presidencial, eu me coloco numa perspectiva em que a questão da sucessão [do então presidente João Figueiredo por Tancredo Neves ou Paulo Maluf], tanto aqui como nos Estados Unidos, [relativa a uma possibilidade de reeleição do presidente Ronald Reagan em 1984], não é decisiva para as **tendências econômicas de longo prazo**”.¹ (grifo meu) Duas décadas depois, em maio de 2000, segundo ano do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado comenta que “se a esquerda ganhar a próxima eleição, quase não terá espaço de manobra para alterar as diretrizes”.²

Essa pequena importância da questão da eleição presidencial frente às “tendências econômicas de longo prazo”, comentada por Tavares, e a pequena margem de manobra do presidente da República, comentada por Furtado, podem apontar para algum tipo de poder que restringe a ação dos mais altos cargos do poder executivo eleito. Analisar esse poder poderia nos levar para uma estrutura econômica e política que, segundo José Luís Fiori – ao descrever o processo de globalização nos anos 1990 – estaria “acima dos governos, que, hoje em dia [setembro de 1995], mandam muito pouco”.³ Ainda, segundo Fiori, esses chefes do executivo (presidentes, primeiros ministros, etc.) dentro dessa estrutura econômica e política mundial do final do século XX, se tornaram “decorativos”, visto que “como o comando econômico obedece a uma estratégia global, resta uma estreita margem para os presidentes e as políticas nacionais” e, nesse processo, “não vivemos [mais] num mundo em que é preciso depor ou eleger um presidente, pois se encontrou um meio de esterilizá-los”.(idem) Portanto, pode-se observar que

¹ TAVARES, A retomada da hegemonia norte-americana e seu impacto sobre a América Latina, p.39. In: HIRST, Mônica (org.). *Brasil-Estados Unidos na transição democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985: 39-52.

² Entrevista para a Revista Carta Capital, em maio de 2000 (três anos antes da posse do presidente Lula).

³ FIORI, “O papel é decorativo”. In: FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998: 115. (Entrevista de 6 de setembro de 1995).

“acima” da estrutura política formal de poder – cujos membros são eleitos diretamente – existia uma outra estrutura de poder (principalmente econômica) com capacidade de interferir nas políticas locais ao longo dos anos 1990.⁴

No final do século XX “quase todos os países foram cedendo” às reformas ortodoxas, mesmo os países que elegeram, para a Presidência, candidatos de partidos socialistas (como no caso da França em 1981 e da Espanha em 1982 na Europa⁵), que, nos seus respectivos programas, apresentavam propostas keynesianas expansionistas, como no caso da França, ou propostas que procuravam combinar uma “estabilização negociada com reestruturação industrial e crescimento econômico, aumento de emprego e da equidade”, como no caso da Espanha.⁶ Dentro desse contexto, a pesquisa busca analisar o caso francês no período de 1981-1984, não perdendo de vista a perspectiva de Braudel, de buscar distinguir “o tempo breve da vida política imediata” – no caso, os quatro primeiros anos de governo do Partido Socialista francês – do “tempo cíclico da vida econômica e da ‘longa duração’ das grandes estruturas históricas”, no caso, do ponto de vista espacial, o contexto geopolítico e econômico internacional no qual a França e a Europa estavam inseridas; e do ponto de vista temporal, a análise dos processos históricos e econômicos que ocorreram na França e na Europa ao longo das décadas de 1950 a 1970 que antecederam o período analisado (em particular, a mudança hierárquica entre França e Alemanha no período, e aspectos referentes à economia política dos governos conservadores franceses de George Pompidou e Giscard D’Estaing, anteriores ao governo de Mitterrand).

O objeto. A mudança de política econômica na gestão de Mitterrand de 1981 a 1984

O governo Mitterrand, em seu programa de governo, almejava implementar uma política de estímulo ao consumo (“keynesiana”)⁷ de modo a manter uma taxa de

⁴ Lembrando que esse quadro caracteriza a década de 1990, de predomínio das reformas neoliberais, uma vez que na década de 2000 esse quadro mudou com o enfraquecimento do neoliberalismo e um processo de retomada de investimentos públicos “nos setores estratégicos de infra-estrutura”, que vai até o ano de 2007, em que se inicia a crise financeira nos Estados Unidos. Além do que, alguns países como a China, Índia, etc., que não adotaram o receituário neoliberal e mantiveram-se imunes à vulnerabilidade do voto diário dos mercados.

⁵ Mitterrand do Partido Socialista Francês e Felipe González do Partido Socialista Obrero Español-PSOE.

⁶ FIORI, “O espelho espanhol de FHC”. In: FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*: 48.

⁷ A respeito da “diversidade de interpretações atribuídas à expressão ‘políticas keynesianas’”, consultei (CARVALHO, Fernando Cardim de. “Políticas econômicas para economias monetárias”, in *Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea*, 1999: 260). Entre as diversas interpretações citadas, adoção da expressão “políticas keynesianas” para o caso francês, pode ser melhor ilustrada segundo a perspectiva de Peter Hall, na qual o autor

crescimento e um bom nível de emprego, frente a um quadro internacional recessivo, em especial, após a elevação da taxa de juros norte-americana a partir de setembro de 1979.

Ao assumir o governo, Mitterrand começou a implementar sua plataforma eleitoral sintetizada nas "110 propostas".⁸ Nela, destacam-se basicamente: um programa de nacionalização de empresas, descentralização, reformas judiciais, reformas trabalhistas, adoção de uma política econômica expansiva, juntamente com medidas para geração de empregos. Um balanço sobre tais reformas (quais foram os objetivos alcançados, quais puderam ser implementadas ou não, os insucessos, etc.) foi realizado por inúmeros autores, e uma síntese das diversas perspectivas serão expostas na tese, com foco nas medidas de política econômica e de política externa.

Entretanto, segundo Daniel Singer, "a política keynesiana começou a ser revertida após apenas um ano [de governo] e foi completamente abandonada após vinte e dois meses"⁹, ou seja, um ano e dez meses de governo: de maio de 1981 até março de 1984, período que será o objeto de análise da pesquisa.

Peter Hall faz uma síntese dessa mudança de rumos ocorrida no governo Mitterrand, que, diante das restrições internas e externas, se viu diante de duas opções nos seus dois primeiros anos: (1) uma, "usar técnicas keynesianas tradicionais para estimular a demanda, apesar de que isto poderia causar problemas de balanço de pagamentos antes que esta medida viesse a afetar os investimentos"; (2) outra, "elevar os níveis de lucro diretamente, através de uma diminuição dos salários ou cortando impostos corporativos, mas para fazer isso os socialistas iriam ter que disciplinar a força de trabalho ou cortar gastos sociais".¹⁰ Segundo Hall, "a primeira tática era economicamente perigosa; e a segunda era politicamente inaceitável." Nesse quadro, o autor conclui: "em larga medida a história dos anos [do governo] Mitterrand é a história de como o governo

define "políticas keynesianas de acordo com a observação de três princípios": "(a) buscar na gestão da demanda agregada uma forma de sustentação do emprego; (b) ênfase na política fiscal para regular a demanda; e (c) adoção de uma política orçamentária anticíclica, buscando déficits durante as recessões e superávits durante a prosperidade". (*apud* CARVALHO, p. 281).

⁸ O que é mais citado, em termos do plano de governo de Mitterrand, são as "110 Proposições para a França", de abril-maio de 1981, propostas essas que foram retiradas de um inventário de 350 medidas contidas no projeto do Partido Socialista francês de 1980.

⁹ SINGER, "Is socialism doomed? The meaning of Mitterrand", 1988: 130.

¹⁰ HALL, P. Governing the economy. The politics of state intervention in Britain and France. 1986: 198.

gradualmente moveu da primeira opção para a segunda, durante este período, procurando uma terceira via para este dilema.”¹¹

O mesmo fato pode ser analisado, entretanto, de uma perspectiva mais sistêmica, ou seja, a partir da análise de uma dinâmica internacional, onde, segundo José Luís Fiori, a mudança de rumos do governo francês teria sido fruto de um veto internacional, dos Estados Unidos, Grã Bretanha e Alemanha Ocidental:

“No seu todo, as propostas do Consenso [de Washington] atualizam para o conjunto do Terceiro Mundo – e em particular para a América Latina – a novas convicções liberais hegemônicas nas academias e na política econômica mundial, a partir da crise dos anos 70, sobretudo depois da tentativa do governo de François Mitterrand de implementar uma resposta de tipo keynesiana à recessão mundial de 1980-1984, alternativa vetada pela ação conjunta dos governos conservadores americano, inglês e alemão.”¹²

As perguntas

Portanto, a partir dessas questões colocadas por Friend, Hall, Singer e Fiori, as seguintes perguntas a respeito do caso francês podem ser feitas:

1. Porque ocorreu a mudança nos rumos da política econômica do governo Mitterrand? Porque um governo do chamado “Primeiro Mundo”, com um presidente socialista, primeiro ministro do Partido Comunista Francês (Pierre Mauroy), e com maioria absoluta no parlamento¹³ no período de 1981 a 1986, não conseguiu implementar o projeto contido em seu programa de governo? Lembrando que a França é um país do centro do capitalismo, possui “armas nucleares, presença no Terceiro Mundo, indústria aeroespacial avançada e direito de veto no Conselho de Segurança da ONU”,¹⁴ além de ter tido um papel de liderança dentro do processo de integração europeu ao longo das décadas de 1950-1960. Essa mudança teria sido uma opção do governo Mitterrand ou foi fruto de restrições insuperáveis (conforme a idéia expressa na célebre frase de Margareth Thatcher: “There is no alternative”)? No caso das restrições, quais pesaram mais: as internas ou as externas?

2. No caso das restrições internacionais e com base na perspectiva do veto anglo-saxão e alemão ao governo francês, duas perguntas podem ser feitas: (i) os governos conservadores americano, inglês e alemão realmente tiveram esse poder

¹¹ HALL, P. *Governing the economy. The politics of state intervention in Britain and France*. 1986: 198.

¹² FIORI, “De volta à questão da riqueza de algumas nações.”, p.36 (In: FIORI, José Luís, “Estados e Moedas no desenvolvimento das nações”. Petrópolis: Vozes, 2000 3ed.)

¹³ O parlamento francês tem ao todo 478 assentos e a conquista de 240 representaria uma maioria. Nesse quadro, após as eleições parlamentares de junho de 1981: o PSF conquistou 269 vagas; o PCF 44 e os pequenos aliados 20, num total de 333 assentos.

¹⁴ VIZENTINI, Paulo Fagundes. “*O Descompasso entre as nações*”. Rio de Janeiro: Record, 2004: 84.

de “veto” sobre a “resposta de tipo keynesiana” do governo socialista francês? (ii)
No caso afirmativo: como esses governos conseguiram realizar esse “veto”?

3. Do ponto de vista interno, por que se pode dizer que houve uma mudança importante no campo de política econômica entre a política econômica contida no projeto expansionista de 1981-1982 e as políticas econômicas “austeras” implementadas a partir de então?

O debate: revisão de literatura

As explicações convencionais a respeito da mudança de rumos ocorrida nos primeiros anos do governo Mitterrand relativas às perguntas citadas, podem ser agrupadas em duas perspectivas. Num primeiro grupo estariam os autores que adotam uma **perspectiva endógena**, ou seja, que deram maior ênfase a fatores políticos (como a necessidade de uma maior correlação de forças à esquerda, maior coesão no Partido Socialista francês, etc.), a pessoa de Mitterrand ou a adoção de “políticas equivocadas” por parte do governo francês. Exs: Phillippe Bauchard¹⁵, Wayne Northcutt¹⁶, Joseph Morray¹⁷, Thomas Christofferson¹⁸, Timothy Smith.¹⁹

¹⁵ Bauchard, na conclusão de seu livro « *La guerre des deux rose : du revê à la réalité. 1981-1985* », (Paris : Bernard Grasset, 1986) diz: « Em maio de 1981, Mitterrand se encontrou num papel calculado para de Gaulle. Em três meses, ele cometeu os mesmos erros que Léon Blum ao atrasar a desvalorização [do franco], ao aumentar muito brutalmente o poder de compra, ao negligenciar a conjuntura em benefício das reformas estruturais ». (p. 351) « A história dos cinco anos de governo socialista é, antes de tudo, o itinerário de um homem com suas hesitações, suas paixões, seus caprichos e, cada vez mais, sua vontade de poder. » (p. 352).

¹⁶ “Mitterrand. A political biography.” New York: Holmes e Meier, 1992.

¹⁷ “Grand disillusion. François Mitterrand and the French left.” London: Praeger, 1997.

¹⁸ “*The French socialists in power, 1981-1986. From autogestion to cohabitation*”. (London: Associated University Press, 1991). Segundo Christofferson: “Yet all of these explanation seem to leave out the major factor in the Socialist conversion to pragmatism, namely the economic crisis that affected the western capitalist democracies during the early 1980s. There are good reasons, however, for not counting this crisis as the major cause of change within the party and the government. Most important, the economic crisis by itself would not have caused the move to the right within the government without the existence of the political factors previously outlined. If the Communist had been a major electoral force in 1981, and thus a major player in Mitterrand government, the impact of the CERES [*Centre d’Études , de Recherches et d’Education Socialistes*] current on that government would have been greater, which would have meant, *at the very least*, that the government would have pursued a protectionist path in March 1983, pulling out of the European monetary system and most of the free trade rules of the Common Market. In short, the economic crisis was secondary to the ideological and political structures that existed during Socialist rule. Those structures determined, or at least played the major role in, the reaction of the government to the crisis, and not the other way around.” (p. 231)

¹⁹ Timothy Smith em sua obra “*France in crisis: welfare, inequality and globalization since 1980*” (Cambridge: University Press, 2006), adota o “nacionalismo metodológico”. Segundo o autor: “What was going on? Was France’s social model under attack from within, from French politicians? Was it threatened from without, by globalization? *France in Crisis* answers these questions, and more”. (p. viii). “I [the author] was struck by the tendency of leading French intellectuals, politicians, and labor leaders to attribute France’s problems to ‘globalization’, Thatcherite ‘neoliberalism’, and the drive toward European Union. (...) [And] I concluded

No segundo grupo estariam os autores que adotam uma **perspectiva exógena**, ou seja, que dão menos importância aos fatores internos e destacam o peso dos determinantes externos nas mudanças macroeconômicas francesas, devido ao fato da França ser um "país médio", e, portanto, com pouca margem de manobra dentro de um sistema econômico internacional integrado. Exs: Julius Friend²⁰, Peter Hall²¹, Michael Loriaux²², Daniel Singer²³, Pierre Mauroy²⁴, Andrew Knapp e Vincent Wright.²⁵

that this tendency to blame external forces for the structural problems of the French economy was largely misguided". (p. ix) "The supporters of France's current social and economic model argue that the high levels of unemployment and inequality, and declining job security which have characterized the nation since the late 1970s are dangerous imports which should be stopped at the border with a social democratic Maginot Line. This book argues that these problems are made in France, the product of good intentions, bad policies, and vested interests". (p. 1) E a respeito do governo Mitterrand, diz Smith: "This chapter [*"France's break with socialism"*] challenges the 'European alibi'. The 'Great U-Turn' of 1983 was only a partial turn; it did not freeze overall spending, it slowed its growth. The U-Turn was necessary due to domestic failures, not outside constraints. It did not entail a total reversal of strict labor laws and red tape which continue, to this day, to hinder job creation." (p. 89)

²⁰ *"Seven years in France. François Mitterrand and the unintended revolution, 1981-1988"*. London: Westview Press, 1989. Friend, ao analisar um dos momentos cruciais na mudança de rumo do governo Mitterrand em março de 1983 diz: "The great lesson of March [1983] was that a middle-sized capitalist country with a network of economic and political ties to its neighbors in the European Community could ignore or shake off these ties only at extreme peril both economic and political – in fact, could not shake them off at all." (p. 69)

²¹ Hall analisando o governo Mitterrand, comenta: "Most important, long-term changes in France's international economic position had placed limits on the government's room for maneuverability. French production was now deeply integrated into the world economy. The trade, energy and monetary dimensions of this interdependence rendered autonomous deflation a particularly risky strategy." (p. 196) E na conclusão, Hall comenta: "Os anos Mitterrand revelam a extensão na qual, até mesmo um regime socialista com um mandato firme é restringido pela economia internacional e a organização existente na sociedade. Enquanto o governo se articulava contra as restrições econômicas que derivavam de sua inserção nos mercados mundiais, ele enfrentou a difícil escolha de adaptar sua estratégia *vis-à-vis* as operações das forças de mercado ou de mover-se para um caminho mais radical do que o previsto. Nessa difícil situação, o governo escolheu a primeira." (p. 225)

²² *"France after hegemony. International change and financial reform"* (Londres: Cornell University Press, 1991). Loriaux faz uma análise sistêmica, que toma por base a "teoria da estabilidade hegemônica": "The argument of this book is that international change, set in motion by the United States' abandonment of monetary leadership in the 1960s, is the root cause of French financial liberalization in the 1980s." (p.2). Segundo o autor, a França seria um país médio e deficitário ("an overdraft economy") que, durante os "trinta anos gloriosos", devido ao influxo de capital externo (especialmente dos EUA) se acostumou mal (o "risco moral") e, quando os rumos da economia mundial mudaram ao longo dos anos 1970 e antes da posse de Mitterrand, a economia francesa, não conseguiu caminhar num rumo diferente.

²³ *"Is Socialism doomed? The meaning of Mitterrand"* (Nova York: Oxford University Press, 1988). Segundo Singer: "Socialism, by definition, cannot be treated in national isolation, and in Chapter 12 we tried to deal with its European dimension. A medium-size nation-state, we argued, offers a launching pad, at best a provisional platform. Socialists are thus condemned to internationalism here and now." (p. 283).

²⁴ O Primeiro Ministro Pierre Mauroy declarou: "Quite simply, a real left-wing policy can be applied in France only if the other European countries also follow policies of the left ... I want to change the habits of this nation. If the French resign themselves to living with an inflation of 12%, then they should know that, because of our economic interdependence with

Dentro do estudo de caso da França, as forças “externas” podem ser exemplificadas na lista organizada por Timothy Smith quando diz que:

“Mitterrand e Chirac nunca tomaram plena responsabilidade pelos seus papéis em criar a crise de desemprego. Ambos culpavam forças externas: (1) a necessidade de preparar a nação para a união monetária europeia impondo medidas austeras; (2) a crescente corrente da globalização neoliberal; (3) a ameaça da competição asiática; (4) *Reaganismo* e *Thatcherismo*; (5) a crescente influência dos investidores internacionais; (6) o “muro de dinheiro”.(Smith, 2004: 89)²⁶

E diante do processo de integração europeu, Mitterrand, em 1983, disse: “Eu estou dividido entre duas ambições: construir a Europa e [realizar] justiça social. O Sistema Monetário Europeu é necessário para conquistar o primeiro, e este limita minha habilidade de [realizar] o último.” (Smith, 2004: 89) O que significou que, segundo Smith: “as pressões impostas pelos termos do [Sistema Monetário Europeu] em manter a inflação baixa e os déficits sob controle forçaram-no a ‘mudar o rumo’ em 1983 e impedi-lo de realizar a agenda social redistributiva que ele havia prometido durante a campanha eleitoral de 1981.” (Smith, 2004: 89)

A tese tem se direcionado na linha dos autores que enfatizaram o peso dos determinantes externos, tendo, entretanto, mudado de rumos a partir da descoberta de um ciclo que abarca o período analisado, mas que o antecede.

Os ciclos de expansão e contração da política econômica francesa: Pompidou, D’estaing e Mitterrand

Germany, we will be led into a situation of imbalance. France must rid herself of this inflationary disease (*L’Express*, 8 April 1983).” (*apud* Hall, 1986: 201).

²⁵ Segundo Knapp e Wright: “The crisis of March 1983 was caused by the collision between the French tradition of inflation and devaluation – accelerated but not initiated by the Socialists’ victories of 1981 – and the German-dominated anti-inflationary logic of the EMS. With the franc under intense pressure from the markets, despite two devaluations in 1981 and 1982, Mitterrand faced a stark alternative, to leave the EMS or to seek another monetary realignment within it. Each choice entailed much broader implications. Advocates of an exit from the EMS suggested a whole alternative economic strategy based on protectionism (...) The choice (which Mitterrand eventually favored) to devalue but to remain within the EMS, on the other hand, effectively required convergence with West German economic and monetary policy.” E com isso: “The Kohl government’s conditions for accepting [a third monetary realignment of the franc] were that France should adopt effective measures on interest rates and public spending that would reduce inflation and limit the need for further devaluations.” (p. 81) Fonte: KNAPP e WRIGHT, “France and European integration” (capítulo 14 do livro “*Government and politics of France*”. Londres: Routledge, 2006. Disponível em: www.routledge.com/textbooks/0415357322/pdfs/chapter14.pdf . Acesso em 05/01/2010)

²⁶ « Le terme **mur d'argent** est une expression qui traduisait dans les années 1920 l'opposition des milieux bancaires et financiers à toute réforme économique et sociale en France. Elle fut pour la première fois employée par Édouard Herriot, alors qu'il était chef du gouvernement du Cartel des gauches en 1924, afin d'explicitier l'hostilité des milieux bancaires et financiers dont la méfiance aggravait les difficultés financières que connurent son gouvernement (fuite des capitaux, dévaluation du franc, trésorerie publique quasi-nulle, etc). » Fonte : http://fr.wikipedia.org/wiki/Mur_d'argent

Ao longo da pesquisa, um dado chamou bastante atenção: do ponto de vista financeiro, a distância entre o projeto do Partido Socialista francês na gestão do presidente Mitterrand e do Primeiro Ministro Pierre Mauroy (do Partido Comunista francês) de 1981-82, e o projeto expansionista do presidente francês Giscard D'estaing e do Primeiro Ministro Chirac [1974-1976] (ambos de partidos "conservadores")²⁷ de 1974 é pequena. Segundo Singer:

"In financial terms, the package [of Mitterrand's government], designed at the same time to spur output through higher consumption, was not comparatively bigger than the one introduced by Chirac's government after Giscard's election in 1974. This having been said, the circumstances were quite different. With all the Western countries deflating and the welfare state under attack, the French Left dared to go against the trend. In this early period, the Socialists were sticking to the commitments they had made to their own electorate." (SINGER, *Is socialism doomed. The meaning of Mitterrand*, 1988: 108)

E segundo John Goodman:

"In September 1975, Prime Minister Jacques Chirac disregarded his finance minister, who argued that a stimulus package of more than FF 15 billion would spur inflation and imports. Chirac announced a package twice that size. The additional expenditures contributed to a budget deficit of FF 45.7 billion, financed primarily through monetary creation, which led to a 15.9 percent increase in the money supply in 1975. The economy, buoyed by this procyclical stimulus, grew at an annual rate of 6.4 percent during the first half of 1976." (GOODMAN, *Monetary sovereignty: the politics of central banking in Western Europe*, 1992: 117)

Chirac, entretanto, também teve que abandonar as políticas expansionistas num dado momento (que será analisado no capítulo 2) e foi substituído pelo Primeiro Ministro Raymond Barre em 1976, que passou a adotar políticas restritivas. Diante desse dado, foi levantada uma **quarta pergunta** no decorrer da pesquisa: seria o abandono do projeto expansionista do governo Mitterrand um fato isolado na trajetória da economia política francesa ao longo dos anos, ou faria parte de um ciclo de mais longo prazo da economia francesa, que refletia, por sua vez, diferentes contextos da economia política internacional? O que será analisado nos capítulos 3 e 4 é que, guardadas as devidas singularidades de cada período, a política econômica francesa passou por um ciclo de expansão e contração que funcionava em função de determinadas variáveis. A pesquisa buscou, portanto, a partir dessa perspectiva, analisar que variáveis foram essas, desde Pompidou, passando por D'estaing, até os quatro primeiros anos de Mitterrand. Esses ciclos serão analisados em ordem cronológica ao longo da tese nos capítulos 2 e 3.

²⁷ Giscard D'estaing da UDF (União para a Democracia Francesa) de centro-direita, e Jacques Chirac do partido conservador da UMP (União por um Movimento Popular).

Volkmar Lauber Entretanto, a proposta da atual tese, é estudar os ciclos de economia política da França, no qual as políticas econômicas expansionistas e contracionistas se alternam devido a fatores econômicos internos e externos e fatores políticos internos e externos.

Volkmar Lauber (1983) analisa os ciclos ("stop and go") da política econômica francesa, de Pompidou a Mitterrand (1983) e fala de um **ciclo econômico** e um **ciclo político**.²⁸ A atual pesquisa, entretanto, caminhou no sentido de determinar as variáveis que determinaram um **ciclo de economia política** francesa, que também foi influenciado por impactos internacionais, ou seja, mudanças no sistema monetário financeiro internacional (como o fim de Bretton Woods em 1971, a adoção de um sistema de taxas de câmbio flexível em 1973, o processo de "desregulação competitiva" iniciado em 1974 nos EUA) ou acontecimentos que afetaram a economia mundial como os dois choques do petróleo, a elevação da taxa de juros norte-americana a partir de setembro de 1979 e a decisão das elites financeiras internacionais em patrocinar e efetivar uma guinada mundial para o neoliberalismo a partir do final dos anos 1960 (Harvey, 2005; Cox, 1987)

Nesse sentido, e voltando a análise para a França, seja durante a gestão de partidos de esquerda ou conservadores, o cenário internacional nos anos 1970 e início dos anos 1980 (fortemente influenciado por decisões de política econômica norte-americana, e, do ponto de vista europeu, alemã) foi determinante no rumo da adoção das políticas econômicas na França. Julius Friend faz uma análise que reforça a perspectiva de que, do ponto de vista de um país médio como a França e dentro do contexto internacional dos anos 1970-1980, o problema central na adoção de determinadas políticas econômicas (com vista a conter o desemprego, por exemplo) era muito mais de *cunho econômico* do que de *cunho político-partidário* (na linha da argumentação de Tavares citada anteriormente), visto que, independente do partido no poder, (direita, esquerda ou uma combinação dos dois), problemas muito semelhantes permaneceram ao longo desse período. Segundo Julius Friend:

"Post-1981 politics have been de-ideologized on both sides. The two years of cohabitation by a Socialist president and a conservative prime minister [in 1986-1988] have finished the job. The Right can no longer claim to offer the only possible non-collectivist and democratic government for France. **Neither side can warn, or promise, that a change of governments means a change of worlds.**"²⁹ (grifo meu)

²⁸ Segundo Lauber: "The time period extending from 1969, the year of Pompidou's assumption of the presidency, to the end of 1982 could be divided into economic cycles or else into political cycles; there is only a partial overlap." (1983: 245)

²⁹ FRIEND, *Seven years in France. François Mitterrand and the unintended revolution, 1981-1988*, 1989: 4.

Entretanto, o problema poderia ser visto *como político* (ou na esfera da decisão de política econômica), quando analisado do ponto de vista de economias do porte dos EUA (e seu aliado Reino Unido), que possuíam poder econômico suficiente para alterar os rumos da economia mundial, ou, no caso da Alemanha Ocidental e Japão, os rumos da economia regional (Europa e Ásia, respectivamente). Nessa linha, segundo Fiori, ao analisar os rumos da globalização financeira e suas conseqüências em 1996:

“[A mudança de rumo da economia mundial, de um sistema com predomínio de políticas deflacionárias, para um sistema que voltasse a crescer via um aumento da taxa de investimento] só seria possível a partir de uma decisão política das grandes potências através de uma coordenação de governos e Bancos Centrais em torno de uma política global de crescimento. Mas isto é de uma enorme complexidade pois envolve problemas de relacionamento político e a possibilidade de que pudesse haver uma convergência – e aí não puramente econômica – de interesses nacionais (políticos e econômicos) entre o Japão, a Europa e os EUA. Mas esta é a pista para começarmos a pensar hoje alternativas no quadro internacional.”³⁰

Entretanto, vale frisar que, na mesma linha de Susan Strange que os limites entre poder e economia, ou poder e poder econômico, são muito tênues e se misturam dentro da complexidade histórica dos fatos. Segundo Strange: “eu firmemente insisto que é impossível fazer qualquer distinção clara entre *poder político* e *poder econômico*, uma vez que existe sempre um elemento de cada um dos tipos de poder no outro.” (Strange, 1995:170)

Portanto, será feita na pesquisa uma comparação entre os mandatos dos presidentes franceses Pompidou (1969-1974), D’estaing (1974-1981) e Mitterrand (1981-1984), destacando-se semelhanças e diferenças no que diz respeito: (1) às dificuldades políticas e econômicas que tiveram ao tentar manter projetos expansionistas e deflacionistas (que levaram aos ciclos); (2) ao peso do cenário internacional nos processos (Mitterrand, por exemplo, contou com um cenário internacional mais restritivo que Pompidou e D’estaing; e D’estaing, por sua vez, assumiu o governo após o primeiro choque do petróleo); (3) e como a mudança desse cenário internacional afetou na condução da política econômica francesa nos diferentes mandatos.

Entretanto, se a análise desses ciclos nos leva ao predomínio de questões econômicas vis-à-vis questões políticas, do ponto de vista francês, a análise dos quatro primeiros anos de Mitterrand (inserido nesse ciclo mais amplo) será feita a partir: “(1) tanto da inserção econômica da França dentro da hierarquia monetária

³⁰ FIORI, Globalização financeira. A vulnerabilidade das economias nacionais, (1996) 1998: 140.

internacional (CAPÍTULO 3); (2) como da sua inserção política internacional (CAPÍTULO 4).”

Objetivos

Quatro objetivos norteiam a pesquisa, os três primeiros restritos aos primeiros anos do governo Mitterrand, e o último, referente aos ciclos de economia política francesa. Em primeiro lugar, enfatizar o peso das restrições externas na mudança de rumo do governo Mitterrand; em segundo lugar, analisar até que ponto essas restrições estavam relacionadas com a existência de uma hierarquia política e econômica internacional existente entre Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha Ocidental e França, e como os fatos ocorridos em 1981-1984 corroboram a sua existência;³¹ em terceiro lugar, analisar como se deu o processo de mudança hierárquica entre França e Alemanha Ocidental entre as décadas de 1950 a 1980 e qual foi o papel dos Estados Unidos (ou do eixo anglo-saxão) nessa mudança ocorrida dentro do contexto da Guerra Fria. Logo, será um estudo sobre a existência de uma hierarquia internacional dentro do “núcleo das grandes potências” onde coexistem competição e complementaridade entre seus participantes.³² E, por último, analisar os ciclos existentes de expansão-contração das políticas macroeconômicas francesas desde Pompidou, passando por D’Estaing até Mitterrand, procurando observar o “teto” da aplicação das políticas expansionistas, ou seja, as variáveis ou fatores que impediam que a adoção de políticas macroeconômicas expansionistas fosse mantida; e o “pisso”, ou seja, as variáveis ou fatores que impediam a manutenção da adoção de políticas restritivas. Buscando-se explicar “as razões desse ciclo a partir (1) da inserção econômica dentro da hierarquia monetária internacional e européia; (2) e da inserção política internacional da França”.

Nesse caso, vale notificar, que o **objeto** da tese sofreu algumas alterações ao longo da pesquisa, sem perder de vista seu objeto inicial. Da análise das causas da mudança de política econômica ocorrida nos primeiros anos do governo de Mitterrand, que se restringia ao período de 1981 a 1984, a pesquisa passou a

³¹ A respeito do peso da Inglaterra e da Alemanha nos rumos da mudança de política econômica de Mitterrand, diz Tavares: “A Inglaterra e a Alemanha, cada uma a sua maneira, tiveram um papel decisivo na derrota dos projetos da social-democracia européia e a França socialista sucumbiu melancolicamente no seu projeto nacional.” TAVARES, A retomada da hegemonia norte-americana (1985), 1998: 47.

³² Numa perspectiva histórica, Fiori fala da “oligopolização do poder e da riqueza internacional nas mãos de um pequeno núcleo de grandes potências, que nunca teve mais do que seis ou sete membros europeus, até o momento da entrada dos Estados Unidos e do Japão no ‘círculo governante’ do mundo, no início do século XX.” (FIORI, *O poder global e a nova geopolítica das nações*, 2007). Segundo o autor, “às vezes, predominou o conflito, às vezes a complementaridade entre os Estados desse ‘núcleo dominante’, e sempre existiu um Estado mais poderoso que liderou o ‘equilíbrio bélico.’” (*idem*: 31)

analisar os ciclos de expansão e contração da política econômica francesa, desde o início da gestão de Pompidou em 1969, até o ano em que a mudança de política econômica de Mitterrand foi realizada efetivamente, em 1984. O “novo” objeto, engloba o inicial, buscando avaliar se este pode ser inserido numa análise de mais longo prazo. Além disso, a pesquisa ampliou sua análise que inicialmente partia de questões relativas à economia política, para analisar também, a mudança ocorrida no governo Mitterrand, do ponto de vista de sua política externa, em especial, da relação da França com a Alemanha Ocidental. Item que também passou a cobrir um período mais longo, desde a gestão de Gaulle (analisada no capítulo 1) até a gestão Mitterrand (analisada no capítulo 4).

A hipótese levantada na tese é que, de Pompidou à Mitterrand, esses ciclos de política econômica seguiram um padrão muito mais determinado por restrições econômicas externas e pressões políticas internas (como manifestações de descontentamento nas urnas em relação ao partido no poder), do que por alternâncias partidárias como fruto dos resultados nas urnas. Em verdade, essa alternância partidária no poder (seja da presidência, seja do Primeiro Ministro, seja da maioria no parlamento) seria um reflexo desses ciclos. Com base numa análise sistêmica, a mudança de política econômica de Mitterrand seria, portanto, parte de um ciclo de duração mais longa (1969 a 1983 – que pode ser ainda mais amplo se a análise fosse além do período analisado na pesquisa), não de política econômica apenas, mas de economia política internacional, que envolve: as decisões de política econômica francesa; as eleições francesas (presidenciais, legislativas, locais); as decisões de política econômica norte-americana e alemã; a relação entre França e Alemanha Ocidental (o eixo franco-germano), especialmente dentro dos rumos do processo de integração europeu; e a inserção da França dentro de uma hierarquia monetária internacional, onde ela estaria dentro de dois “territórios econômicos supranacionais” (Fiori, 2007): a “zona do marco alemão” e o sistema internacional “dólar-flexível” (Serrano, 2002), formando uma espécie de “hierarquia monetária internacional” (Fiori, 2007)

Metodologia

Para responder as questões da tese, a pesquisa seguiu a seguinte metodologia. No que tange a questão 1 (referente às causas da mudança nos rumos da política econômica do governo Mitterrand, apesar de todas as questões favoráveis do ponto de vista político interno, e referente à questão: a mudança foi uma opção ou uma inevitabilidade?) e a questão 2 (que parte da hipótese da ocorrência de um veto internacional por parte dos EUA e Alemanha Ocidental) a pesquisa analisou as restrições macroeconômicas francesas seguindo a linha de Parboni-Medeiros-

Serrano referente à questão da restrição do balanço de pagamentos, juntamente com os mecanismos de “desregulação competitiva”, segundo a perspectiva de Eric Helleiner, que destacam a existência restrições externas, onde, do ponto de vista francês, seria difícil para que a França, nos anos 1970 e início dos anos 1980, tomasse um rumo, do ponto de vista macroeconômico, diferente dos rumos tomados pelos EUA e Alemanha Ocidental. Tal estrutura apontaria para a “existência de uma hierarquia de moedas que corresponde mais ou menos à hierarquia de poder dos seus estados emissores e dos seus capitais de investimentos”. (Fiori, 2007) A França, um “país médio”, estaria, portanto, num patamar “abaixo” da Alemanha e dos EUA e sujeita às decisões de política macroeconômica desses países (e do sistema internacional como um todo), dentro do contexto dos anos 1970 e início dos anos 1980. Essa análise será realizada no capítulo 3.

Para se analisar a questão 3 (relativa à mudança da política econômica francesa a partir de 1982) será feita, no capítulo 3, uma apresentação: (1) do projeto inicial, denominado “keynesiano-expansionista”; (2) as circunstâncias em que o projeto foi sendo abandonado (restrições externas e internas); (3) e o projeto final, adotado a partir de 1983-1984.

E para se analisar a questão 4, relativa aos ciclos macroeconômicos franceses, serão feitas no capítulo 2 (relativo aos governos Pompidou-D’Estaing) e capítulo 3 (governo Mitterrand), uma análise das medidas de política econômica de Pompidou a Mitterrand (1969-1983), procurando-se destacar os períodos de política monetária expansionista e contracionista, buscando-se identificar os “tetos” e os “pisos” desse ciclo.

Do ponto de vista geopolítico, essa mudança de política econômica de Mitterrand será analisada inserida na política europeísta de Mitterrand e no contexto internacional do período, que envolve a Guerra Fria (mais precisamente, a “segunda Guerra Fria” – de 1979 a 1991) e o jogo do balanço de poder entre os quatro principais *players* ao redor da França (o eixo anglo-saxão, a Alemanha Ocidental e a União Soviética), com destaque para a importância do eixo franco-germano dentro do processo de integração europeu, que se encontrava na fase da Comunidade Econômica Européia rumo ao Ato Único Europeu (1986) e Maastricht (1992) que daria origem à União Européia. Essa análise será realizada em *itens* inseridos dentro dos capítulos 2 e 3, referentes à política externa francesa.

Estrutura da tese

A tese está estruturada numa ordem cronológica, onde os capítulos foram divididos, em linhas gerais, com base nas respectivas décadas analisadas (de 1950

a 1980), que, por sua vez, correspondem aproximadamente às gestões dos presidentes franceses: De Gaulle nos anos 1960 (1958-1969); Pompidou (1969-1974) e D'Estaing (1974-1981) nos anos 1970; e os quatro primeiros anos do governo Mitterrand de 1981 a 1984. Em cada capítulo, o primeiro item irá expor o contexto da economia política internacional da década analisada.

Cada capítulo conterà, no seu primeiro item, uma análise do contexto internacional do período, para depois, partir para a análise da política externa francesa, e, em seguida, a política econômica francesa. Com exceção do capítulo 1, essa estrutura estará presente nos capítulos 2 e 3 (gestões de Pompidou, Giscard e Mitterrand).

No capítulo 1 será analisada a liderança francesa no processo de integração europeu durante os anos 1950-1960, que coincidem com a "Era de Gaulle". Conforme a estrutura apresentada no parágrafo anterior, o item 1.1, será referente ao contexto internacional dos anos 1950-1960. Já o item 1.2 irá analisar a liderança francesa no processo de integração europeu no período de 1950-1960.

O capítulo 2, referente à economia política dos governos Pompidou e D'Estaing, servirá de base para comparar, no capítulo seguinte, aspectos ocorridos na gestão de Mitterrand, procurando-se analisar as diferenças e semelhanças a respeito dos desafios enfrentados pelos diferentes partidos políticos e como estes desafios estavam relacionados com mudanças na dinâmica da economia mundial de mais longo prazo (ou seja, que transcendia os períodos dos mandatos dos governantes) transcendendo a vitória de diferentes partidos políticos (de direita ou esquerda) que alcançaram o poder no contexto mundial dos anos 1970 e 1980. Em outras palavras, serão analisados, nos capítulos 2 e 3 as inflexões de política econômica ocorridas na França.

No capítulo 3, após análise da economia política internacional em Pompidou e D'Estaing, será analisado o objeto de estudo inicial da pesquisa, referente aos primeiros anos do governo Mitterrand e da mudança de política econômica ocorrida no período de 1981-1983. No *item 3.1*, será analisado o contexto internacional no período de 1979-1981. No item 3.2 serão analisadas um dos quatro "turning points", segundo a perspectiva de Eric Helleiner, que conduziram o mundo do sistema regulado de Bretton Woods para o "mundo das finanças globais". No item 3.3 serão analisadas as quatro fases da mudança de política econômica do governo Mitterrand (o "Mitterrand U-turn").³³ No item 3.3, a análise da política externa

³³ A expressão Mitterrand U-turn, em inglês, sintetiza a mudança de política econômica e o abandono do projeto expansionista do governo Mitterrand, ocorridos no período de 1981 a 1983, que ia em direção à "esquerda", mas que, a partir de um determinado momento, mudou radicalmente seu sentido, rumando à direita, ou seja, descrevendo uma trajetória em "U". A expressão "Mitterrand U-turn" será utilizada durante a tese para expressar e sintetizar

francesa no período, no item 3.4, as quatro fases da mudança de política econômica do governo Mitterrand, e, finalmente, no item 3.5 será feita uma análise integrada dos ciclos de política econômica e economia política durante as gestões de Pompidou, D'Estaing (capítulo 2) e os primeiros anos de Mitterrand (capítulo 3). E, finalmente, no capítulo 4, será feita uma análise sistêmica do objeto do Mitterrand U-turn.

a "mudança de política econômica ocorrida durante os primeiros anos do governo Mitterrand".

Capítulo 1

A liderança francesa no processo de integração europeu na era de Gaulle (1959 a 1968) e a ascensão econômica da República Federal da Alemanha

No atual capítulo será analisado o período da era de Gaulle, de 1959 a 1969, destacando a posição de liderança da França no processo de integração europeu, com estudo da ultrapassagem da Alemanha Ocidental – do ponto de vista econômico e a partir de 1968 – que irá auxiliar na compreensão do peso do poder econômico alemão nas decisões de política econômica francesa e nos rumos do abandono do projeto expansionista ocorrido nos primeiros anos (de 1981 a 1984) do primeiro mandato de Mitterrand (1981-1988). O capítulo analisa a liderança francesa a partir da parceria entre França e Alemanha nos anos 1960.

1.1 O contexto internacional nos anos 1950 e 1960

A década de 1950 é caracterizada pelo auge da Guerra Fria, no que tange a ameaça de um conflito nuclear entre Estados Unidos e União Soviética que levou a uma corrida atômica entre as duas grandes potências, iniciada no final nos anos 1950. Entretanto, em 1955, o quadro geral da Guerra Fria começaria a mudar, dando início a uma nova fase, da “coexistência pacífica”, período caracterizado por uma “convivência tolerável” e um “sistema condominial mais flexível entre as duas superpotências” e onde ocorreram as “negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares.” (Saraiva, 2001: 19)³⁴

O sistema monetário financeiro internacional funcionava com base no sistema de Bretton Woods, um conjunto de normas e princípios acordados entre os países do hemisfério capitalista que regulava as transações financeiras, econômicas e comerciais internacionais e criavam instituições internacionais (como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) de forma a manter, promover e incentivar o livre comércio e a boa manutenção do sistema econômico capitalista. Além disso, baseava-se no sistema de taxas de câmbio fixas, na manutenção da paridade do dólar com o ouro e no controle de fluxos de capitais de curto prazo.

³⁴ Segundo Saraiva: “A flexibilização da ordem bipolar foi a característica mais marcante das relações internacionais no período que vai de 1955 a 1968. (...) as duas superpotências já não operavam com os princípios da Guerra Fria dos anos 1940 e da primeira metade dos anos 1950. A coabitação pacífica, alimentada pela percepção da capacidade destrutiva que carregavam com seus armamentos atômicos, e as forças profundas que vieram alimentar os novos movimentos nas relações internacionais evidenciaram a imperfeição do modelo bipolar.” (2001: 37)

Esse sistema consolidava a liderança norte-americana e do dólar no sistema financeiro e monetário internacional.

No período de Bretton Woods observou-se na economia mundial do hemisfério capitalista: (1) um alto crescimento da demanda efetiva, (2) alto crescimento da produção, (3) altas taxas de crescimento do emprego, (4) alto crescimento da produtividade, (5) recuperação dos países europeus (depois de concluído o processo da reconstrução do pós-Segunda Guerra Mundial), (6) sucesso de diversos projetos desenvolvimentistas na periferia capitalista (7) e grande crescimento do comércio mundial. (Serrano, 2005: 181) Além disso, presenciou-se a adoção de “políticas econômicas altamente intervencionistas e inteiramente baseadas numa postura muito ‘generosa’ dos Estados Unidos”. (Serrano, 2005: 181)

Na Europa, verificou-se o aparecimento de uma variedade de Estados social-democratas, cristão-democratas e dirigistas que tinham em comum uma aceitação de que os Estados deveriam concentrar-se na busca pelo pleno emprego, no crescimento econômico e no bem estar dos cidadãos; e que o poder estatal deveria ser “livremente desdobrado” para atingir esses objetivos, porém, atuando juntamente com os processos de mercado (seja paralelamente, intervindo ou mesmo substituindo-os) para atingir os objetivos citados. (Serrano, 2005: 181)

Nesse período, as políticas fiscais e monetárias chamadas de “keynesianas” buscavam alcançar o pleno emprego e evitar os ciclos da economia capitalista de superprodução e recessão. Existia também um “compromisso de classe” entre os empresários e os trabalhadores assalariados, visando garantia de paz social. O Estado intervinha de forma a fomentar políticas industriais e garantir sistemas de bem-estar social na área da saúde, educação e outros setores mais. Essa forma de “organização político-econômica”, que prevaleceu no pós-Segunda Guerra Mundial seria chamada usualmente de “embedded liberalism”.(Harvey, 2005: 11)³⁵ A “era de Bretton Woods”, que iria começar a terminar no final dos anos 1960, ficou conhecida com a “era de ouro do capitalismo” ou os “trinta anos gloriosos” do capitalismo.

Os Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, detinham uma posição incontestada de liderança política e econômica na ordem financeira e monetária internacional do pós-guerra contando com uma institucionalização maior do que a *pax britânica* do século XIX com organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o GATT - General Agreement for Tariffs and Trade (Cox, 1987; Fiori, Globalização, hegemonia e império, 1998: 102).

³⁵ O termo “embedded liberalism” pode ser traduzido literalmente como “liberalismo regulado”, porém, como é uma expressão usualmente citada em inglês, optou-se por mantê-la no original.

Na década de 1960, o cenário internacional da Guerra Fria ainda era caracterizado pelo período da “coexistência pacífica” (de 1955 a 1968), com mudanças mais significativas a partir do final da década (1968). Do ponto de vista do sistema monetário-financeiro internacional, este ainda se pautava pelas normas estabelecidas em Bretton Woods, porém, a partir de meados da década, o sistema já demonstrava indícios de uma mudança de rumos, que se inicia, em parte, com o incentivo do eixo anglo-saxão ao Euromercado (ou seja, um sistema no qual transações financeiras eram feitas em dólares dentro do mercado europeu, em especial, através da Bolsa de Londres), que iria levar ao início de um processo de liberalização e desregulação do sistema financeiro internacional. (Helleiner, 1996).

A integração europeia nos anos 1950-1960

Do ponto de vista da Europa, esta havia acabado o processo de reconstrução do pós Segunda Guerra Mundial, via Plano Marshall, um projeto de reconstrução financiado pelos Estados Unidos com uma transferência de US\$17 bilhões em recursos ao longo do período de 1947 a 1951 e que visava, entre outras motivações mais por parte dos Estados Unidos, manter um forte grau de penetração e influência sobre a Europa de forma a consolidar sua política de contenção de um possível avanço soviético.

Do ponto de vista do processo de integração europeu, em 9 de maio de 1950, o Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, propõe que a França e a Alemanha unificassem seus recursos de carvão e de aço, e os mantivessem sob uma coordenação comum dando origem a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (Ceca) em 18 de abril de 1951, com a assinatura de França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, a “Europa dos Seis”, do Tratado de Paris. A Ceca entrou em vigor em 27 de Julho de 1952.

Segundo Knapp e Wright, a Ceca criava um mercado comum de carvão e de aço (simbolicamente, matéria prima fundamental para a guerra), porém, “suas instituições eram mais ambiciosas” que as requeridas por um acordo comercial e incluíam: i. uma autoridade supranacional, ocupada no período de 1952 a 1954, por Jean Monnet, o Comissário de Planejamento Francês que inspirou o projeto inicial; ii. um Conselho de Ministros delegados pelos estados-membros; iii. uma Corte de Justiça designada para assegurar uma aplicação plena e justa das decisões da Ceca; iv. e uma Assembléia Consultiva Comum composta de delegados dos parlamentos nacionais. (Knapp e Wright, 2006: 7) O estabelecimento da Ceca, além do propósito econômico tinha também o propósito político de “assegurar que a recuperação industrial da Alemanha fosse utilizada para fins pacíficos e para criar

as bases de longo prazo da reconciliação entre França e Alemanha, e da paz européia.” (Knapp e Wright: 2006: 7)

Em 25 de março de 1957, a “Europa dos Seis” assina também os Tratados de Roma, estabelecendo então a Comunidade Econômica Européia – CEE (que viria entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 1958) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM). No tratado estava incluído: “(1) eliminação de todas as barreiras alfandegárias entre os seis países em doze anos a partir de 1958;

(2) aplicação de uma tarifa externa comum (TEC) para os não-membros da CEE; (3) negociação de acordos comerciais internacionais feitos de forma unificada; (4) e meios para se acordar uma Política Agrícola Comum. Esse conjunto de medidas ficou conhecido como “Mercado Comum”. (Knapp e Wright, 2006: 8)

A CEE recebeu instituições muito similares que a Ceca, e, em 1967, os executivos das três comunidades (CEE, Ceca e Euratom) foram unificados. Essas instituições eram: 1. uma Comissão, que assumiu o papel da mais alta autoridade, “usufruindo o monopólio das propostas legislativas, apesar de terem poucos poderes de decisão independentes; 2. um Conselho de Ministros com a “última palavra” no que diz respeito a toda legislação da CEE; 3. uma Corte de Justiça; 4. uma Assembléia das Comunidades Européias (renomeada como Parlamento em 1980). (Knapp e Wright, 2006: 8)

Além disso, ocorreram no período: em 20 de setembro de 1960, a entrada em vigor do primeiro regulamento do Fundo Social Europeu; em 14 de Dezembro do mesmo ano, a Organização para a Cooperação Econômica Européia (OCEE), que visava coordenar a utilização dos recursos obtidos via Plano Marshall, vindo a converter-se na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). Em 14 de janeiro de 1962, estabelece-se a Política Agrícola Comum (PAC) ao criar-se um mercado único para os produtos agrícolas e uma política de solidariedade financeira através do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA).

É nessa década que, em 14 de janeiro de 1963 o General De Gaulle, afirma publicamente que a França duvida da vontade política do Reino Unido para se unir à Comunidade. O resultado é imediato e, uns dias mais tarde, suspendem-se as negociações com os países que tinham solicitado a adesão (Reino Unido, Irlanda, Dinamarca e Noruega) (como será analisado no atual capítulo). Em 1968, a União Aduaneira também entra em vigor, sendo suprimidas as fronteiras entre os países membros e adotada uma Fronteira Comum para os produtos provenientes de países não pertencentes à Comunidade.³⁶

³⁶ Fonte: www.historiasiglo20.org/

1.2 A liderança francesa no processo de integração europeu (1951-1968), o eixo franco-germano e a era de Gaulle (1958-1969) - Adenauer (1949-1963)

"France and Germany were 'hereditary enemies'. For 80 tension-laden years between 1870 and 1950, almost everyone believed that these words described both the past and an inevitable future. The two then embarked on a new and better relationship, together were founders of the European Community (EC), and became linked by increasingly close economic, political, and even cultural ties. In the perspective of 1992, their relationship has been seen as the linchpin of the new Europe. (Friend, 1991: 1)

"Throughout the de Gaulle-Adenauer relationship until the chancellor's retirement in 1963, the two old men would confirm their trust in each other by reaffirming their common disbelief in US reliability. The relation thus established at this first meeting [in 1958] was fundamental in the founding of French-German entente. Despite their common distrust of the United States, they agreed that the NATO relation, though unsatisfactory, was essential. (De Gaulle was not yet ready to take his distance). The general reassured the chancellor that he would implement the Treaty of Rome, scheduled to go into force in January 1959. This was a key element – if he had pursued the anti-Market course his followers had taken throughout the negotiations on the Community he could never have found a partner in Adenauer". (Friend, 1991: 30)

A França ocupou nitidamente um papel de liderança no processo de integração europeu, saindo como vencedora na Segunda Guerra Mundial, enquanto que a Alemanha Ocidental carregava o estigma do nazismo e de país derrotado, tendo que abrir mão de parte de sua soberania para remediar sua imagem perante o mundo e integrar-se ao processo de criação de uma Europa unida.³⁷ Já a França buscava manter seu protagonismo europeu na liderança do processo de integração, manter uma forte relação com a Alemanha, mas, ao mesmo tempo, deixando-a em segundo plano. Algo que ela iria conseguir, pelo menos do ponto de vista econômico, apenas até o final dos anos 1960, como será visto adiante.

De Gaulle exerceu o cargo de primeiro-ministro da França no período de 1958 a 1959, e a presidência de 1959 a 1969. Durante sua gestão, era evidente a posição de liderança francesa no processo de integração e a posição secundária da República Federal da Alemanha (RFA). De Gaulle defendia a "Europa das nações" contra a "Europa supranacional" e da "Europa européia" contra a "Europa atlântica"

³⁷ A posição da Alemanha no pós 2ª Guerra Mundial é similar a posição francesa pós-guerras napoleônicas (1799-1815), período em que os países vencedores formaram a Quádrupla Aliança (com Rússia, Prússia, Áustria e Reino Unido) e depois Santa Aliança (com a saída do Reino Unido), que visava conter quaisquer novas aspirações francesas de expansão do seu território pelo Europa. O mesmo medo estava presente nos principais *players* internacionais (Estados Unidos, Grã Bretanha e França) *vis-à-vis* a Alemanha do pós Segunda Guerra Mundial, que já havia manifestado suas aspirações expansionistas na virada do século XX (que, em parte, levou à Primeira Guerra Mundial) na chamada "questão alemã"; e nos anos 1930, após a ascensão do nazismo.

e dava fortíssima ênfase, no campo da economia e da política externa, para a autonomia da França frente a qualquer nação estrangeira ou instituição internacional. Por esse motivo, o general buscava fortalecer sua relação com a República Federal da Alemanha (RFA) e diminuir a influência norte-americana no continente europeu. Tal busca por autonomia francesa levava de Gaulle a resistir às instâncias supranacionais do processo de integração europeu, e defender uma Europa constituída de nações fortes.

1.2.1 O primeiro encontro entre de Gaulle e Adenauer

Konrad Adenauer, ao assumir o cargo de chanceler alemão, estava apreensivo com relação a de Gaulle, pois alguns relatórios descreviam o general como “nacionalista” e “anti-germano”, até que de Gaulle convidou-o para visitá-lo na França em 1958, ano em que se tornou primeiro-ministro francês. No encontro, o chanceler enfatizou a importância de uma relação entre Alemanha e França que fosse “próxima, regular e duradoura” no que tange questões internacionais e comentou a de Gaulle, a respeito dos EUA:

“The Americans may have helped Europe a good deal, and generously, but in their reactions bad and good they are somewhat rapid. They are still a young people, and one cannot know what the position of the US will be in the long run”. (*apud* Friend, 1991: 29)

De Gaulle tinha a mesma visão a respeito dos EUA (conforme consta nas memórias de Adenauer) e respondeu a Adenauer que a França não mais temia uma agressão alemã e que tinha apenas um parceiro possível, a Alemanha. Entretanto, com duas condições: que a Alemanha Ocidental renunciasse às armas nucleares; e que considerassem as fronteiras orientais alemãs de 1945 como permanentes, pontos que Adenauer aquiesceu. (*apud* Friend, 1991: 29) O resultado do encontro foi extremamente positivo do ponto de vista das relações entre França e Alemanha.³⁸

Entretanto, apesar da boa relação entre os dois líderes, a amizade entre eles foi testada em dois momentos. O primeiro momento diz respeito aos problemas da França em relação à Otan – Organização do Tratado do Atlântico Norte, visto que a perspectiva de política externa do general enfatizava a autonomia da França, a não-dependência de qualquer outra nação e certo grau de oposição a organizações internacionais. Diante desse quadro, Adenauer estava preocupado, pois precisava

³⁸ Segundo o embaixador francês em Bonn, François Seydoux, Adenauer ficou “fascinado” por de Gaulle, e a reação de de Gaulle foi recíproca. Após esse **primeiro encontro**, os dois líderes continuaram a se encontrar e a trocar correspondências freqüentemente. (Friend, 1991: 30)

do apoio da mesma, dentro do contexto da Guerra Fria e da constante ameaça soviética sobre o território da Alemanha Ocidental, com uma Alemanha dividida pós 2ª Guerra Mundial. Nesse cenário, Adenauer temia ter que se deparar com uma situação onde tivesse que optar entre a França e os EUA. (Friend, 1991: 30)

O segundo momento de tensão entre os dois líderes ocorreu quando de Gaulle, dois dias depois da visita de Adenauer à França, enviou um memorando ao presidente Eisenhower e ao primeiro-ministro britânico Harold Macmillan propondo que os Estados Unidos, o Reino Unido e a França, constituíssem uma organização tripartite que visava: 1. tomar decisões no que tange segurança mundial; 2. e estabelecer planos e, se necessário, aplicá-los, especialmente no que tange questões nucleares. (Friend, 1991: 30-31) De Gaulle, paralelamente ao envio do memorando, chamou o embaixador francês Seydoux, e instruiu-o a explicar a Adenauer o que ele tinha em mente com aquela ação, visto que, segundo o general, o diretório tripartite seria voltado para assuntos mundiais e não europeus, além de afetarem apenas as potências detentoras de armas nucleares. Adenauer respondeu dizendo que os EUA não iriam aceitar, e segundo consta no diário do primeiro-ministro britânico Macmillan, que visitou Adenauer na RFA três semanas depois, o chanceler alemão expressou “desgosto e ressentimento” diante da atitude de de Gaulle, que havia visitado para assuntos confidenciais alguns dias antes do envio do memorando. Entretanto, o mal estar entre de Gaulle e Adenauer foi revertido no decorrer dos acontecimentos vindouros, que levaram os líderes dos dois países a se unirem novamente.

1.2.2 A crise de Berlim e o fortalecimento da entente franco-germana

O principal acontecimento foi a crise de Berlim (1958-1961), que se inicia a partir de uma exigência do líder soviético, Nikita Krushev, de que a porção ocidental de Berlim (capital da Alemanha que ficou situada, após a divisão da Alemanha no pós Segunda Guerra Mundial, dentro da Alemanha Oriental) fosse desocupada pelos aliados. De Gaulle visitou Adenauer na Alemanha em novembro de 1958, retornando a visita feita por Adenauer à França anteriormente. Nesse período, “um ultimato soviético sobre Berlim estava iminente – o embaixador soviético em Bonn havia dito a Adenauer, seis dias antes, que o governo soviético intencionava liquidar o status de ocupação em Berlim.” (Friend, 1991: 31) Esse quadro de tensão entre a RFA e a União Soviética, acabou tendo como efeito o fortalecimento da relação entre de Gaulle e Adenauer e da França e Alemanha, visto que de Gaulle garantiu a Adenauer que se manteria firme na defesa da manutenção da posse de Berlim Ocidental pela RFA, levando o chanceler, durante os anos da crise, a passar a ver de Gaulle como o “aliado mais fiel” da Alemanha Ocidental, uma vez que

Adenauer estava desconfiado da postura do primeiro -ministro britânico Macmillan em relação aos soviéticos, pois considerava-a "soft" e disposta a fazer concessões a eles. O resultado desse quadro, foi a consolidação da entente franco-germana: "The Berlin crisis, coming so soon after their first meeting, set the de Gaulle-Adenauer relation in concrete and with it the French-German entente." (Friend, 1991: 31)

Foi feita uma conferência em Paris, em maio de 1960, para tratar dos assuntos relativos à Berlim, onde Adenauer não foi convidado. A respeito da conferência, Adenauer declarou ao embaixador francês em Bonn: "Nada de bom pode vir dessa conferência. Eu tenho confiança apenas no general de Gaulle". Já com relação aos EUA, Adenauer temia que, a qualquer momento, ele "fizessem as malas e abandonassem Berlim Ocidental" aos soviéticos. (Friend, 1991: 32)

Nesse contexto da Guerra Fria e na triangulação entre RFA, França e EUA, a política externa alemã buscava "amarrar os EUA na Europa" enquanto que a política externa francesa "almejava amarrar a RFA à França e à Europa." (Friend, 1991: 32) Para tanto, a política externa alemã era voltada para trabalhar tanto com de Gaulle quanto com os EUA e evitar uma possível escolha entre ambos os países.³⁹

Além do contexto da Guerra Fria e da triangulação entre França, RFA e EUA, outro ponto que afetava a política internacional era a questão nuclear, visto que a Alemanha não tinha armas nucleares, o que fortalecia a posição internacional francesa *vis-à-vis* a posição internacional da Alemanha. Nos anos 1950, 1960, o status da França internacionalmente era visivelmente superior ao da RFA. Segundo Friend:

"De Gaulle accepted Adenauer as a personal equal, but he made it clear that there was no equal relation in the French-German friendship. [De Gaulle] based his claims to a tripartite directorate [US – UK and France] on French nuclear power (...), while insisting that the Federal Republic should never have such weapons. **France as a world presence; the Federal Republic merely a European country.**" (Friend, 1991: 33) (grifo meu)

Entretanto, em julho de 1962, Adenauer visitou a França e a amizade entre os dois líderes e a entente franco-germana se mostravam sólidas. Na França, o general de Gaulle saudou Adenauer como um homem no qual a França via "um grande alemão, um grande europeu, um grande homem, que é amigo da França, que acredita e afirma que através dessa amizade ele está servindo a seu próprio

³⁹ Segundo Friend, isso é explicável através da geografia e da história: "Geography made France and Germany European neighbors; the United States was far away. Current history [of 1950s-60s] made the Federal Republic dependent on US military support. But history in the long run would in Adenauer's view witness a US retreat from Europe. In his time, he could not choose between the US and France." (Friend, 1991: 33)

país.” (Friend, 1991: 37) Em setembro de 1962, de Gaulle retornou a visita indo à RFA, e foi um sucesso ainda maior.

1.2.3 O veto de de Gaulle à entrada do Reino Unido na CEE

Em janeiro de 1963, uma semana antes de Adenauer viajar a Paris para assinar o “tratado de amizade” com a França (analisado a seguir), de Gaulle tomou a conhecida decisão de vetar a entrada do Reino Unido na Comunidade Econômica Européia – CEE, alegando que isso faria desse país um “Cavalo de Tróia norte-americano” dentro da comunidade. (Friend, 1991: 38). Tal atitude passou uma imagem de de Gaulle ao mundo, de “não-europeísta”, no entanto, o general estava disposto a lutar por uma “Europa européia” e não uma “Europa Atlântica”, além do que, seu veto ao RU dizia respeito a exigências que o general demandava deste país.⁴⁰ A esse respeito, Ronald Tiersky lança a seguinte pergunta: “De Gaulle era implacavelmente contra a entrada da Grã Bretanha na CEE?” E, em resposta, cita o próprio de Gaulle:

“Se a Grã Bretanha tivesse solicitado aderir ao Tratado de Roma aceitando todas as suas regras, nós a teríamos recebido de braços abertos. Mas ela colocou de tal maneira as suas condições para participar do Mercado Comum, que fez com que isso não se tratasse de uma adesão, mas de uma transformação profunda. Durante quinze anos, nós negociamos, em constante consulta com todos os nossos parceiros e com a Comissão de Bruxelas, em respeito ao Tratado de Roma. Para nós, o essencial é manter o Mercado Comum; para os ingleses, o essencial seria alterar suas regras. Isto seria uma falsa entrada numa falsa aparência de Mercado Comum.”⁴¹

E cita trecho do diálogo entre Alain Peyrefitte, autor de « C’était de Gaulle », de 1994, e de Gaulle.

⁴⁰ Segundo Knapp e Wright: “De Gaulle viewed European integration, as defined in the Rome Treaty, as ultimately expendable. The phase of vigorous European activism of the first four years of his presidency achieved two significant goals – the first tariff reductions and above all agreement on the launch of the CAP. But having failed to secure clear French diplomatic leadership via the Fouchet Plan [analisado a seguir], he shifted his focus to the a wider world stage, and his actions from 1963 served to slow both deepening (the Luxembourg Compromise) and widening (the vetoes on UK entry). In private, [De Gaulle] stressed his indifference to the future of the EEC, and would state in his memoirs that he had threatened to withdraw France and thus wreck the whole Community if a satisfactory arrangement on the CAP were not found.” (Knapp e Wright, 2006: 32)

⁴¹ Tradução feita do original em francês: « Si la Grande-Bretagne avait demandé à adhérer au traité de Rome en acceptant toutes ses règles, nous l’aurions accueillie à bras ouverts. Mais elle a posé de telle conditions à sa participation au Marché commun, qu’il ne s’agissait pas d’une adhésion, mais d’une transformation profonde. Pendant quinze mois, nous avons négocié, en accord étroit avec tous nos partenaires et avec la Commission de Bruxelles, dans le respect du traité de Rome. Pour nous, l’essentiel était de maintenir le Marché commun ; pour les Anglais, l’essentiel était d’en tordre les règles. C’eut été une fausse entrée dans un faux-semblant de Marche commun. » (Tiersky, 1997 : 5)

Peyrefitte pergunta a de Gaulle: « Fala-se muito do 'grande projeto' que seria o vosso sobre a Europa, de uma Europa dentro de dez ou vinte anos. Essa Europa incluiria igualmente a Grã Bretanha ? »

De Gaulle : « A Inglaterra entrará no Mercado Comum quando o império britânico estiver completamente desfeito. Ele já tomou esse caminho desde o fim da guerra. Mas ainda não foi coimpletado. Quando ele tiver sido liquidado completamente, então ela entrará no Mercado Comum. Mas ela ainda não está pronta.»⁴²

Apesar das explicações, a atitude de de Gaulle colocou em risco até mesmo a relação com a RFA, pois não havia consultado Adenauer antes de fazer a declaração a respeito do veto publicamente. Membros da comitiva de Adenauer sugeriram ao chanceler que cancelasse a viagem à França, enquanto que amigos do chanceler passaram a se opor à ratificação do tratado de amizade (então em andamento e analisado a seguir) entre França e Alemanha, e também a qualquer possível posterior expansão da CEE, até que o RU fosse aceito. (Friend, 1991: 38)

Entretanto, a posição de Adenauer, em relação ao Reino Unido, era a de que, para a Europa, a França representava muito mais. Adenauer, durante um jantar em Paris em 21 de janeiro de 1963, após assinar o tratado de amizade franco-germano, disse a respeito do Reino Unido: "It is worthwhile to find out that which is fundamental and that which is not. The treaty – which seals Franco-German reconciliation – is fundamental." (*apud* Friend, 1991: 39) E um pouco mais tarde, quando Willy Brandt (então, Ministro das Relações Exteriores da RFA) apelou a Adenauer para que usasse sua autoridade de forma a superar a rivalidade entre França e Reino Unido em benefício da Europa, Adenauer respondeu: "I won't do that, Herr Brandt. Look, what is Europe? ... First and foremost, France and us. And things are going well. If the British make a third, there's no certainty that they'll continue to do so." (*apud* Friend, 1991: 39)

Apesar da importância que Adenauer dava ao eixo franco-germano, de Gaulle mantinha-se sempre na busca por uma forte conexão com a RFA, em concorrência com as conexões entre esta e os EUA, o que era impossível de se firmar totalmente, visto que a RFA, como já dito anteriormente, precisava das duas: "[During Adenauer's time] the French-German axis had always lain in uneasy parallelism to the US-German tie. When de Gaulle's proposals for an exclusive bilateral security relationship failed to break the US-German link, they left the French-German relationship in limbo on security questions." (Friend, 1991: 4)

⁴² Tradução feita do original em francês: **Peyrefitte pergunta a de Gaulle:** « On parle beaucoup du 'grand dessein' qui serait le vôtre au sujet de l'Europe, d'une Europe dans dix ou vingt ans. Est-ce qu'elle comprendrait également la Grande-Bretagne ? » **De Gaulle :** « L'Angleterre entrera dans le Marché commun quand l'Empire britannique sera complètement démantibulé. Il en a déjà pris le chemin depuis la fin de la guerre. Mais ce n'est pas encore fini. Quand il sera tout à fait liquéfié, alors elle entrera dans le Marché commun. Mais elle n'y est pas encore prête. » (*apud* Tiersky, 1997 : 7)

1.2.4 O Tratado do Elysée

De Gaulle buscava consolidar a liderança francesa no processo de integração europeu. Uma manifestação dessa vontade foi o Plano Fouchet, “um ambicioso projeto de De Gaulle para uma confederação política inter-governamental europeia (sob a liderança da França)”, que foi rejeitado pelos demais países, em especial pelos países do Benelux, em 1962. (Knapp e Wright, 2006: 9)⁴³ Segundo Knapp e Wright, o “resíduo” do Plano Fouchet, foi o Tratado do Elysée, de janeiro de 1963 que “formalizavam processos de amizade e cooperação entre França e Alemanha, “mas que falharam em distanciar a Alemanha da órbita estadunidense, como esperava de Gaulle.” (Knapp e Wright, 2006: 9)

O Tratado do Elysée foi uma iniciativa que ia na mesma linha da assinatura dos Tratados de Paris – que deram origem à Ceca (1951) – e de Roma (1957), que deram origem à CEE e à Euratom, ou seja, buscar por fim à rivalidade entre França e Alemanha, através da consolidação entre as duas nações mais estratégicas para o projeto de integração europeu. O tratado foi assinado em 22 de janeiro de 1963, pelo chanceler alemão Konrad Adenauer e o presidente francês Charles de Gaulle “tornou-se o símbolo das intensas relações estabelecidas entre a França e a Alemanha.”⁴⁴

O tratado tinha três objetivos: (1) firmar simbolicamente a reconciliação franco-alemã; (2) fomentar uma verdadeira amizade entre ambos os países; (3) e incentivar a construção de uma Europa unida.⁴⁵ Além disso o tratado estipulava uma “agenda vinculativa de encontros regulares” entre oficiais do governo francês e alemão, visando “criar uma dinâmica de cooperação entre os dois países”: duas vezes por ano entre o presidente francês e o chanceler alemão; a cada três meses entre os ministros da defesa e das relações exteriores dos dois países; etc. E o tratado também estipulava que “os dois governos iriam se consultar no tocante a todas as questões importantes relativas à política externa, previamente a qualquer decisão. Os tópicos incluíam assuntos referentes à CEE, às relações Leste-Oeste, Otan e outras organizações internacionais.” (Friend, 1991: 39)

⁴³ “Christian Fouchet, presidente do Conselho Europeu (1961) elabora um plano que vem a levar seu nome e foi feito em duas etapas: Plano Fouchet (I) – 1961 – que buscava a cooperação entre os Estados Membros no campo político visando aprofundar a integração e visar a União Política. Uma proposta que enfatizava uma “Europa das Nações” e criticava o conceito de supranacionalidade, encontrando, portanto, apoio do General de Gaulle. Plano Fouchet (II) – 1962. Com aspectos relativos a integração e cooperação intergovernamental em política externa.” (Trein, s/d: 9)

⁴⁴ Site da Embaixada da França no Brasil. <http://ambafrance-br.org/spip.php?article1028>

⁴⁵ Conforme texto do tratado. Fonte: site da Embaixada da França no Brasil. <http://ambafrance-br.org/spip.php?article1028>

Após assinar o tratado e voltar para Bonn, o chanceler sofreu fortes críticas de Ludwig Erhard, seu “provável sucessor”, por não tentar mais firmemente ganhar o consentimento de de Gaulle a respeito da entrada do Reino Unido na CEE e levantou, em fevereiro de 1963 (no mês seguinte à assinatura do tratado), fortes dúvidas a respeito do tratado de amizade entre França e RFA, “argumentando que um tratado bilateral com conotações fortemente anti-EUA e anti-britânicas era anacrônico e prejudicial ao Ocidente como um todo.” (*apud* Friend, 1991: 39-40) Essa crítica, juntamente com uma forte pressão dos Estados Unidos,⁴⁶ levou o Bundestag (Parlamento Federal Alemão) a ratificar o tratado com um **preâmbulo** que objetivava “frustrar as intenções de de Gaulle”.

O tratado então declarava que o Bundestag almejava promover grandes tarefas que a RFA havia defendido por anos, sendo elas: “(1) manutenção e consolidação da entente dos povos livres – com uma cooperação particularmente próxima entre a Europa e os Estados Unidos ...; (2) uma defesa comum dentro da Otan e uma integração das forças armadas dos países-membros; (3) unificação da Europa segundo as linhas das Comunidades Européias, incluindo a Grã Bretanha.” (*apud* Friend, 1991: 40)

Adenauer não fez objeções ao **preâmbulo**, visto que sem este o tratado não seria aprovado pelo parlamento alemão, e o chanceler não queria sua desaprovação. A Assembléia Nacional francesa também o aprovou, entretanto, de Gaulle não ficou satisfeito e reclamou “freqüentemente a respeito da linguagem usada pelo Bundestag” pois, para o general, “esse preâmbulo unilateral ... mudava todo o significado [do tratado]” (*apud* Friend, 1991: 40)

Nesse contexto, a Alemanha se sentia constantemente pressionada entre a França e os Estados Unidos, pois, ao mesmo tempo em que de Gaulle tinha essa posição reticente em relação à Otan e relativamente anti-americana, a RFA precisava da ajuda militar norte-americana e também do suporte econômico, que recebia da potência hegemônica. Esse preâmbulo, portanto, foi fundamental para manter esse equilíbrio buscado pela Alemanha, apesar de não ter agradado de

⁴⁶ No mesmo período, dois dias antes da declaração de Erhard, o embaixador dos EUA na RFA, Walter Dowling, mostrou uma mensagem do então presidente dos EUA, John Kennedy, onde ele dizia que “o sentimento popular nos EUA, assim como no Senado, parecia demonstrar uma crença na qual a presença dos EUA na Europa não era mais desejada, nem pela França nem pela Alemanha.” (*apud* Friend, 1991: 40) O embaixador acrescentou que “Washington não estava claro quanto à necessidade de sua permanência na RFA, uma vez que de Gaulle expressava sua antipatia pela Otan. (Friend, 1991: 40) Adenauer discordou desse raciocínio e assegurou que Bonn continuava conectada com a Otan e mantinha boas relações com os Estados Unidos. Em resposta, o embaixador norte-americano Dowling sugeriu que o Bundestag deveria adicionar uma resolução ao tratado no que diz respeito à Otan e à entrada do RU na CEE. (Friend, 1991: 40)

Gaulle.⁴⁷ Nesse contexto, no período de Adenauer, a RFA conseguiu manter um “link de segurança com os Estados Unidos”, dentro do contexto da Guerra Fria (Friend, 1991: 4) juntamente com o suporte econômico que viria a transformar a Alemanha na maior potência econômica européia.⁴⁸

1.2.5 De Gaulle e os sucessores de Adenauer: Erhard e Kiesinger

Após a aposentadoria de Adenauer, em setembro de 1963, assumiu o cargo de chanceler Ludwig Erhard que era pró-eixo anglo-saxão. Defendia a entrada do Reino Unido na CEE, a aproximação com os Estados Unidos e enfatizava a importância da Otan para a segurança da Alemanha Ocidental. Em discurso no parlamento alemão, declarou que seu governo iria continuar a “decidir todas as questões relativas a interesses comuns através de uma cooperação próxima e amigável com o governo norte-americano.” (Friend, 1991: 43) No período de Erhard, a relação com de Gaulle estava tensa, em especial no que tange a negociação da Política Agrícola Comum.⁴⁹

“Após difíceis negociações, os alemães concordaram, no final de 1963, em aceitar as demandas dos franceses e dos italianos em quase tudo, exceto no que tange o preço dos grãos – a questão mais delicada para os fazendeiros alemães. Erhard, inicialmente, se recusou em agir contra os interesses dos fazendeiros, apesar dos círculos industriais alemães argumentarem que os preços estavam sobrevalorizados.” (Friend, 1991: 43)

Após o governo francês ameaçar, em outubro de 1964, se retirar do Mercado Comum, caso não fosse alcançado algum acordo, Erhard finalmente

⁴⁷ “De Gaulle attempted to combine cooperation [with Germany] with an assertion of French hegemony. The close relationship that he achieved with West German Chancellor Konrad Adenauer led to important and lasting progress in the French-German entente, but his demands for special and exclusive relations put too great a strain on the German security relationship with the United States – one that France could not replace.” (Friend, 1991: 3)

⁴⁸ Fazendo um balanço sobre o tratado, 28 anos depois da sua assinatura, Friend analisa que, despeito do desapontamento de de Gaulle, este serviu a ambos os países: “Its provisions have constantly brought together top officials, who might otherwise have had little personal contact and only a paper knowledge of each other’s concerns and problems. The necessity of preparing two or three meetings a year pushes a need to prepare them into the second and third layers of the bureaucracy; common problems are never far from the top of the in-box or far out of mind. When leaderships change, the fixed schedule of meetings prevents the new leaders from postponing consultation with their counterparts.” (Friend, 1991: 41)

⁴⁹ A Política Agrícola Comum (PAC) compete, exclusivamente, à Comunidade. O seu objectivo é garantir preços razoáveis aos consumidores europeus e uma retribuição equitativa aos agricultores, especialmente através da organização comum dos mercados agrários e o respeito dos seguintes princípios: a unicidade dos preços, a solidariedade financeira e a preferência comunitária. (...) No início, a PAC possibilitou, num curto espaço de tempo, a auto-suficiência comunitária. Fonte: “*Historia Siglo 20*”. <http://www.historiasiglo20.org/europortug/glossario1.htm#Acordo%20Europeu> Acesso em 30 de outubro de 2006.

concordou, em dezembro de 1964, com a demanda francesa por um preço agrícola comum, ao mesmo tempo em que a França fazia concessões em outras áreas. No resultado final, as negociações acabaram por levar a um custo de mais de um bilhão de marcos por ano ao orçamento alemão. (Friend, 1991: 43)

A crise da cadeira vazia

Em 1966, ocorreu a chamada "crise da cadeira vazia", onde De Gaulle proibiu a participação da França em encontros da comunidade, visto que discordava de aspectos relativos ao financiamento da PAC, e, principalmente, na mudança do voto com base na unanimidade para um voto com base em maioria qualificada, que diminuía o poder dos países membros isolados e fortalecia o caráter supranacional. A ação foi bem sucedida e a França exigiu "uma completa revisão das funções da Comissão e as modalidades de votação majoritária", sendo bem sucedida, uma vez que, depois de muitas negociações, em 30 de Janeiro de 1966 chegou-se ao denominado *Compromisso do Luxemburgo*, segundo o qual, "quando interesses muito importantes de um país estivessem em jogo, os membros do Conselho esforçar-se-iam para encontrar soluções que pudessem ser adotadas por todos os países, com o respeito pelos respectivos interesses. Na prática, ao ter que adotar as decisões por unanimidade quando um estado o solicitasse, estabeleceu-se um verdadeiro direito de veto para os governos no Conselho."⁵⁰

No mesmo ano de 1966, de Gaulle anunciou a saída da França do comando integrado militar da Otan, mas manteve a França como membro permanente do organismo internacional.

1.2.6 O eixo franco-germano e a União Soviética

Além da triangulação entre França, Alemanha e Estados Unidos, havia a triangulação entre França, Alemanha e União Soviética. Ou seja, o eixo franco-germano encontrava-se, do ponto de vista da política externa, fortemente envolvido no contexto internacional da Guerra Fria, barganhando e negociando com as duas super potências.

A política externa de de Gaulle em relação aos soviéticos, em meados dos anos 1960, preocupava os alemães durante a gestão do chanceler Erhard. Adenauer havia se aposentado em 1963, porém, ainda estava ativo como "chairman" da União Democrática Cristã e continuava a pressionar pela aceitação

⁵⁰ Fonte: "Historia Siglo 20". <http://www.historiasiglo20.org/europortug/glossario1.htm#Acordo%20Europeu> Acesso em 30 de outubro de 2006.

das ofertas de de Gaulle de manutenção de fortes laços com a França. (Friend, 1001: 44) Já o chanceler Erhard tinha uma postura mais pró-eixo anglo-saxão e a preocupação da RFA cresceu depois que o ministro das relações exteriores soviético, Andrei Gromyko, visitou Paris em abril de 1965, sem consulta prévia aos alemães. O quadro de tensão em Bonn aumentou quando de Gaulle retornou a visita, indo à União Soviética em junho-julho de 1966. (Friend, 1991: 44) A declaração do Secretário de Estado Hans Lahr, do Ministério das Relações Exteriores alemão, resume bem a posição alemã frente à aproximação da França com os soviéticos:

“Nós não desejamos um condomínio franco-soviético sobre a Europa, no qual nós e os outros países europeus não tivéssemos muito a dizer, e acima de tudo não desejamos colocar nossa liberdade (garantida pelos EUA apenas) em risco.” (Friend, 1991: 45)

Esse receio dos alemães gerava uma tensão com a França, pois de Gaulle via a União Soviética como uma ferramenta para manter sua “proeminência” na Europa, visto que o general acreditava que essa proeminência poderia ser garantida através da transformação da França num “interlocutor privilegiado com a União Soviética” na Europa. A França então estabeleceu relações de proximidade com os soviéticos através da criação de uma comissão mista que visava aumentar o comércio franco-soviético. Além disso, encontros regulares entre os dois países foram estabelecidos e um “telefone vermelho” entre o Kremlin e o Elysée foi instalado. Medidas que acabaram criando expectativas na própria França e na RFA. (Friend, 1991:45)

Entretanto, apesar dessa busca de proximidade, de Gaulle via a Alemanha Oriental como uma “instituição artificial”, no momento em que a política externa alemã se pautava pela *Doutrina Hallstein* (1955 a 1969)⁵¹, que “se recusava a reconhecer Estados que reconhecessem a República Democrática Alemã – RDA (ou Alemanha Oriental)”, chegando até a romper relações com os que o fizessem, com a exceção da própria União Soviética. (Friend, 1991: 45) Tal postura de de Gaulle, portanto, parecia paradoxal do ponto de vista da União Soviética, visto que, ao mesmo tempo em que buscava aproximação, não aceitava a legitimidade da RDA. Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (1964-1982), também tinha uma posição paradoxal em relação à França, que incluía, assim como de Gaulle, interesses estratégicos do ponto de vista da política

⁵¹ Nomeada com referência a Walter Hallstein, (1901-1982), membro do Partido Democrata Cristão e primeiro presidente da Comissão Européia entre 1958 a 1967. A doutrina defendia uma exclusividade da RFA de representar a Alemanha internacionalmente, mas foi abandonada posteriormente durante o início da gestão do chanceler Willy Brandt que passou a adotar uma política de reaproximação com a RDA, a “Ostpolitik”, como será analisado a seguir.

internacional. Sua posição em relação a de Gaulle pode ser sintetizada e expressa através de uma citação sua, feita a Wladyslaw Gomulka, líder comunista polaco, após o anúncio da saída da França do comando unificado da Otan: "De Gaulle is our enemy ... He is very clever ... but his policy brings about a weakening of the American position in Europe." (*apud* Friend, 1991: 46)

Considerações finais sobre a era de Gaulle-Adenauer

A amizade entre França e Alemanha Ocidental nitidamente não agradava os EUA e a RFA parecia estar numa posição intermediária e diplomática entre dois pólos, pois, precisava dos dois: dos EUA para manter sua segurança militar no contexto da Guerra Fria e para continuar recebendo o apoio financeiro que recebia do mesmo; da França, para manter a espinha dorsal do processo de integração europeu e, além disso, do ponto de vista da política externa, para manter boas relações com um país que representava também um importante aliado do ponto de vista das negociações entre a RFA e os próprios Estados Unidos. Segundo Friend, no período de Adenauer:

"As long as German friendship with de Gaulle did not motivate the United States to leave Europe – and there was little danger of such a departure in Adenauer's time – the French connection was an extra card in the German hand. France was, in a sense, 'a supplementary go-between the United States'." (Friend, 1991: 52)

Nesse caso, é possível observar um intrincado jogo de alianças que envolvia, seja na década de 1960 sejam nas décadas seguintes, os cinco principais *players* da política internacional desde o século XIX: o eixo anglo-saxão, o eixo franco-germano e a Rússia, ou União Soviética. Um complexo jogo de alianças, no qual a **triangulação** é uma de suas formações principais: a existência de um "terceiro" (um "third") ou um "go-between" (um intermediário), auxiliava no processo de negociação dos dois principais países da Europa. É o caso da França, que desempenhou o papel de intermediário nas negociações da Alemanha com os EUA; da Alemanha, que representava o principal aliado da França (que buscava, na época de de Gaulle, uma espécie de exclusividade nas relações com esse país) na construção de uma Europa fortalecida e autônoma frente ao poderio norte-americano; e da União Soviética, para as negociações tanto da França como da Alemanha com os EUA, dentro do contexto da ordem mundial bipolar. Fora as triangulações, outra formação são os **eixos** que também envolvem os cinco principais players da política internacional do período: o anglo-saxão, o franco-germano, e o próprio eixo norte-americano-soviético (o "condomínio de poder"), a partir do período da "coexistência pacífica" e especialmente da "détente" (período

da Guerra Fria que será analisado no capítulo 3). Entretanto, do ponto de vista europeu, o eixo franco-germano formava sua espinha dorsal e cada um dos seus pólos buscava, num misto de complementaridade e competição, se inserir na Europa e no mundo, dentro do contexto da Guerra Fria:

“It is no exaggeration to say that French-German relations are central to Europe’s future. Discussion of this one bilateral relation is complicated, however, for the scene is crisscrossed by numerous other bilateral and multilateral ties: German-US, French-Soviet, particularly until 1969, and German-Soviet, particularly thereafter; as well as the multiple tugs of the Atlantic Alliance and the EC. The French-German rapprochement was the necessary basis for the EC. Certainly the Western Europe of the past 40 years was determined by their relations – with the major exception of the security relations that until now were determined chiefly by other players.

The Atlantic Alliance (NATO) protected Germany as the front line of Europe and created a German-US relationship, which underwrote The French-German one.” (Friend, 1991: 1-2) (grifo meu)

Nesse cenário, a era de Gaulle ia se aproximando do final. A turbulência dos eventos de maio de 1968, com as passeatas e protestos estudantis e dos trabalhadores, abalaram o poder do general, que decidiu realizar um referendo em abril de 1969 para reavaliar e tentar reafirmar sua autoridade. O resultado foi sua renúncia. Porém, três dias antes do referendo, o general declarou a um de seus mais fiéis seguidores uma de suas últimas palavras sobre política externa como presidente, onde afirmava que nenhuma política externa francesa poderia ser imaginada, sem que se “baseasse na irreversibilidade da reconciliação entre França e Alemanha.” (*apud* Friend, 1991: 50)

1.3 A mudança hierárquica ocorrida entre França e Alemanha no processo de integração europeu

“At the very end of de Gaulle’s presidency, the German economic superiority that had been building up over the years since 1949 became evident to all.” (Friend, 1991: 3)

“Moreover, starting in 1968, the mark began to replace the dollar as the franc’s principal money of reference. The impact of German interest rate changes on French monetary policy increased substantially from this moment.” (Howarth, 2000: 4)

“Novembro de 1968 marca a emergência da República Federal da Alemanha do seu papel como uma potência secundária. O gigante econômico atingiu a maioria. A Alemanha Ocidental podia ainda ser politicamente fraca, sendo, porém, um dos motivos dessa posição, o fato de o governo alemão desejar manter-se quieto, exceto em questões econômicas. A França podia ter a bomba nuclear, mas, a partir de então, a RFA tinha uma arma de um tipo diferente – o marco alemão.” (Friend, 1991: 50)

Uma vez analisada a política externa francesa na era de Gaulle, com foco na sua relação com a Alemanha Ocidental nos anos 1960, seguindo uma ordem cronológica, o atual item irá analisar a “ultrapassagem” econômica da Alemanha em relação a França, ocorrida a partir de 1968, um ano antes do início da gestão Pompidou na França e Willy Brandt na Alemanha Ocidental, de modo a situar a posição em que as duas nações se encontravam, do ponto de vista econômico, no momento em que se inicia o estudo dos ciclos de política econômica francesa de Pompidou a Mitterrand (1969-1983).

A França foi sendo ultrapassada economicamente pela Alemanha (com o marco se tornando moeda de referência) a partir de 1968, e a posição secundária da Alemanha na Europa e no mundo vis-à-vis a posição francesa estava aos poucos se modificando. Essa “ultrapassagem” segundo Howarth (2000) e Friend (1991), teve uma data certa, a crise especulativa de 1968. Entretanto, esse incidente foi apenas um marco de um processo de mais longo prazo de fortalecimento da Alemanha, que vem desde os anos 1950, onde se inicia uma espécie de patrocínio dos EUA à RFA, dentro do contexto da Guerra Fria e da política de contenção do comunismo.

O poderio econômico alemão não havia se expressado anteriormente, visto que “dentro da estrutura protecionista do sistema de Bretton Woods, o impacto monetário alemão era insignificante”. (Howarth, 2000: 34) Além disso, nos anos 1960, a França buscava mais e mais cooperação monetária na Europa, em especial com a Alemanha, de forma a “controlar a expressão do poder monetário e econômico alemão.” (Howarth, 2000: 34) Porém, o aumento da instabilidade no sistema monetário internacional e “o rápido crescimento da inflação após os acordos de Grenelle na França (que levaram a um aumento de salário)⁵² demonstraram pela primeira vez a assimetria, em termos de força econômica, entre França e Alemanha” e a crise especulativa de 1968-1969 acabou fornecendo “a primeira evidência monetária dessa assimetria”, vindo a demonstrar “o impacto da política monetária alemã sobre o franco.” (Howarth, 2000: 35)⁵³

⁵² Os acordos de Grenelle serão analisados no capítulo 2.

⁵³ “International monetary instability – especially after the November 1968 speculation crisis – demonstrated the unequal attractiveness and strength of the mark and the franc and, correspondingly, the relative strength of the French and German economies. The franc, already the clear underdog of the two currencies, was considerably weakened by the inflationary impact of the May 1968 Grenelle Accords. Dealing with the economic and political implications of this unequal strength was to be a central theme in French monetary policy for the following two-and-a-half decades. Moreover, starting in 1968, the mark began to replace the dollar as the franc’s principal money of reference. The impact of German interest rate changes on French monetary policy increased substantially from this moment.” (Howarth, 2000, p.4) E segundo o historiador alemão Hildebrand: “Na Conferência Monetária de Bonn, em novembro de 1968, os políticos alemães impuseram seus interesses nacionais contra a **resistência combinada das nações deficitárias** que eram também seus aliados e

Após a ultrapassagem, no início dos anos 1970, a economia da França crescia um pouco acima da economia alemã, mas a inflação francesa era “consideravelmente maior” o que levava a uma ameaça de ataques especulativos contra o franco. (Howarth, 2000: 35) Além disso, a França começou a enfrentar déficits na balança comercial três anos depois da “ampla desvalorização de 1969”, enquanto que a Alemanha, no mesmo período, “absorvia os choques externos, buscava políticas monetárias rigorosas e obtinha superávits comerciais.” (Howarth, 2000: 35).

A França, portanto, a partir de 1968, passou a assistir a ascensão do poder econômico alemão, enquanto que, paralelamente, ocorriam mudanças significativas na política francesa (com o fim da era de Gaulle) e na economia internacional (com o fim dos acordos de Bretton Woods em 1971 e a subsequente adoção do sistema de taxas de câmbio flexíveis a partir de 1973 e o primeiro choque do petróleo no mesmo ano) que fragilizavam ainda mais a França frente à Alemanha, levando a um quadro no qual, a partir de 1974, a fraqueza estrutural da economia francesa em comparação com a economia alemã se tornava cada vez mais evidente, com uma Alemanha com inflação e taxa de desemprego mais baixos que na França, ao mesmo tempo em que apresentava um crescimento econômico mais alto. (Howarth, 2000: 45)

Entretanto, a ascensão econômica da Alemanha Ocidental, se insere num contexto muito mais amplo, que envolveu o projeto expansionista dos EUA após a 2ª Guerra Mundial, que, por questões geopolíticas, elegeu a Alemanha Ocidental e o Japão na Ásia, como “zonas de co-prosperidade” dos EUA (Fiori, 2007), e, para tanto, realizou o processo de “desenvolvimento a convite” desse país, com inúmeras medidas que auxiliaram no despertar econômico da RFA. Aspectos que serão analisados no capítulo 4.

protetores. Essa foi a primeira ocasião na história da Alemanha Ocidental em que tal postura assertiva foi tomada.” (*apud* Friend: 1991: 50)

Capítulo 2

A política econômica nos governos de Georges Pompidou (1969-1974) e Giscard d'Estaing (1974 -1981)

Nesse capítulo serão analisados aspectos da economia política dos governos de Georges Pompidou e Giscard d'Estaing, de modo a servir de base para comparar, no capítulo seguinte, aspectos ocorridos na gestão de Mitterrand, procurando analisar diferenças e semelhanças a respeito dos desafios enfrentados pelos diferentes partidos políticos e como estes desafios estavam relacionados com mudanças na dinâmica da economia mundial de mais longo prazo (ou seja, que transcendia os períodos dos mandatos dos governantes) que influenciavam a condução da economia francesa, levando a ciclos de expansão e contração de sua política econômica. Esses ciclos tinham certa relação com a alternância de partidos políticos no poder, mas não se resumiam a eles visto que ocorreram mudanças drásticas de política econômica dentro de um mesmo mandato presidencial (como nos casos de Giscard e do próprio Mitterrand). Portanto, o objeto central da análise do atual capítulo e do capítulo seguinte, serão os ciclos de expansão e recolhimento da política econômica francesa, buscando-se identificar as variáveis que levaram aos pontos de inflexão no ciclo (os "tetos" na manutenção da aplicação de políticas econômicas expansionistas, e os "pisos" na manutenção de políticas econômicas austeras).

Antes, porém, será feita: no item 2.1, uma descrição do contexto internacional em que se insere a maior parte das gestões de Pompidou e Giscard, juntamente com a descrição dos principais fatos relativos ao processo de integração europeu que ocorreram no período; no item 2.2, uma análise da política externa no período, em especial, a relação da França com a Alemanha Ocidental; no item 2.3, será feita a análise da política econômica na gestão Pompidou; no item 2.4, passamos para a gestão Giscard, começando pela política externa da França no período (em especial sua relação com a Alemanha Ocidental); e, finalmente, no item 2.5, é analisada a política econômica durante a gestão Giscard.

2.1 O contexto internacional da década de 1970

Na década de 1970, que cobre quase todo o período das gestões de Pompidou e d'Estaing (de 1969 a 1981), ocorreram mudanças estruturais no sistema monetário financeiro internacional com o fim do sistema de Bretton Woods, que começa a entrar em crise no final dos anos 1960. Essa "crise" do sistema pode ser entendida a partir de dois pontos de vista: do ponto de vista da hegemonia norte-americana (mais mencionado) ou do eixo anglo-saxão (Helleiner, 1996; Tavares, 1997), ou do

ponto de vista da acumulação de riqueza e poder das elites financeiras internacionais. (Harvey, 2005; Cox, 1987; Serrano, 2005)⁵⁴

As principais mudanças ocorridas no sistema monetário e financeiro internacional foram o rompimento dos EUA com os acordos de Bretton Woods em agosto de 1971 (decretando o fim da conversibilidade do dólar em ouro); a adoção do sistema de taxas de câmbio flexíveis a partir de março de 1973; e a liberalização da conta capital das principais economias do bloco capitalista, a partir da liberalização feita pelos próprios Estados Unidos em 1974 (Helleiner, 1996). E os principais eventos que afetaram a economia mundial foram os dois choques do petróleo (em 1973 e 1979) que afetaram fortemente a economia francesa, a elevação da taxa de juros norte-americana, a partir de setembro de 1979, e o início da guinada da economia do bloco capitalista, no início dos anos 1970, para a ortodoxia e o neoliberalismo, que irá se intensificar e se consolidar no início dos anos 1980, com a chegada a presidência de Thatcher no Reino Unido em 1979, Reagan nos EUA em 1980 e Helmut Kohl, na Alemanha Ocidental em 1982.

Os EUA se viam diante de diversos desafios presentes no sistema de Bretton Woods, liderado e mantido por eles desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O rompimento com Bretton Woods, em agosto de 1971, permitiu que os EUA desvalorizassem o dólar, especialmente frente ao marco alemão e o iene japonês, resolvendo assim, problemas de balanço de pagamentos norte-americanos e melhorando a competitividade das exportações norte-americanas frente às exportações alemãs e japonesas. Como consequência do fim da paridade dólar-ouro, e devido à necessidade de novas desvalorizações do dólar, os países do bloco capitalista acabaram optando, em 1973, pela adoção de um sistema de taxas de câmbio flexíveis (ou "taxas de câmbio de flutuação administrada"). Essa mudança estrutural no sistema trazia consequências mundiais e, segundo Henry Wallich, "fortalecia os fortes e enfraquecia os fracos". (*apud* Helleiner, 1996: 123-124)⁵⁵

⁵⁴ A primeira perspectiva, apontava as dificuldades enfrentadas pelos Estados Unidos frente ao aumento da "diversificação de interesses" (Sombra Saraiva, 2001) e do "movimento policêntrico" (Tavares, 1985) presente no cenário internacional. Além, do ponto de vista do eixo anglo-saxão, da defesa do processo de liberalização por parte desses dois países, que objetivava o restabelecimento do poder norte-americano e do Reino Unido, como principal centro financeiro internacional (Helleiner, 1996) A segunda perspectiva (que não será analisada na tese) associa essa "crise" do sistema monetário e financeiro internacional, a uma diminuição das margens de lucro das elites financeiras internacionais paralelamente a um aumento de poder da classe trabalhadora (a "explosão dos salários") e o avanço de forças socialistas e movimentos trabalhistas pela Europa nos anos 1960 (Harvey, 2005). Esse quadro intensificou o conflito "capital versus trabalho" e o avanço das reformas neoliberais teria sido uma resposta do capital frente o fortalecimento do trabalho (Harvey, 2005; Cox, 1987; Serrano, 2004). O avanço das reformas neoliberais nos países centrais nos anos 1980 e nos países periféricos, nos anos 1990, teria revertido essas duas tendências (de perda do poder dos EUA e do Reino Unido, e de perda do poder das elites financeiras).

⁵⁵ Segundo Helleiner: "One widely predicted benefit of the floating Exchange rate system was that it would grant states a much higher degree of policy autonomy from external market

Nesse sentido, o sistema de taxas de câmbio flexíveis fortaleceu a hierarquia monetária internacional entre os países e enfraqueceu ainda mais a posição da França frente à Alemanha Ocidental, ou, do franco frente ao marco alemão. A França sempre se posicionou contrária às medidas de desregulação do sistema monetário e financeiro internacional: seja contra o sistema de taxas de câmbio flexível, seja contra a liberalização da conta capital, como será analisado no capítulo 3. (Howarth, 2000)

Em 1973, ocorre também o primeiro choque do petróleo, quando, a partir de uma perspectiva mais comumente aceita, os países árabes (através da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – Opep) acionaram, em outubro de 1973, “the oil weapon” (a arma do petróleo), em retaliação aos países “ocidentais” e aos Estados Unidos, devido a seu apoio a Israel na guerra do Yom Kippur. Além do bloqueio do fornecimento de petróleo aos aliados de Israel, o barril de petróleo mais que quadruplicou seu preço – um aumento de mais de 300% (de US\$8 para US\$38), e que chegou a alcançar 400% no período de 17 de outubro de 1973 a 18 de março de 1974.⁵⁶ Esse acontecimento teve repercussões profundas na economia mundial, em especial na Europa, Japão e França, tendo beneficiado os EUA e, segundo alguns autores, os grandes produtores de petróleo norte-americano.⁵⁷

pressures than had existed under the fixed exchange rate system. Floating exchange rates, it was said, would smoothly adjust the external account balance to reflect changes in a country’s fundamental economic position. In fact, exchange rates after 1973 tended to move erratically and often with little relation to fundamentals. (...) [Speculative capital flows] ensured that the system of floating exchange rates, far from insulating the domestic economy from external market pressures, often subjected it to new international constraints. Not only did the same problems of trying to retain domestic financial regulatory structures in an open global financial system remain, but also **‘vicious’ circles** of disequilibrium afflicted **countries pursuing expansionary policies**. A vicious circle began when overzealous global financial traders suddenly lost confidence in a country’s economic policy, causing an exaggerated depreciation of its currency. This exchange rate ‘overshooting’ exacerbated domestic inflation, leading to further loss of confidence and a self-reinforcing downward spiral that could be stopped only by a tough austerity program designed to restore market confidence. (...) **Economically conservative, low-inflation countries often experienced the opposite effect – a ‘virtuous’ circle’.**” Essa estrutura, segundo Helleiner, levou Henry Wallich, a concluir que o novo sistema de taxas de câmbio flexíveis criou um mundo onde “o fraco fica mais fraco; e o forte fica mais forte.” (*apud* Helleiner, 1996: 123-124) (grifo meu)

⁵⁶ Sarkis, Nicolas. Cronologia da Opep. Le Monde Diplomatique Brasil. Fonte: <http://diplo.org.br/2006-05,a1304> Acesso em 23 de agosto de 2011

⁵⁷ Segundo Paulo Fagundes Vizentini: “Em 1973, na esteira da guerra do Yom Kippur, os países árabes quadruplicaram o preço do petróleo (...). Ora, considerando que os Estados Unidos importavam menos de 10% de seu petróleo do Oriente Médio, não é difícil constatar que o Japão e a Europa Ocidental foram os maiores afetados pelo embargo. É importante salientar, ainda, que a maioria dos membros da Opep eram aliados dos EUA, e que este país também tinha ascendência sobre as empresas transnacionais do setor. Desse modo, essa manobra atingia particularmente as ascendentes economias japonesas e européia, não-produtoras de combustíveis. (...) [e] ainda que afetando o conjunto da economia capitalista mundial, deixou os EUA numa posição de nítida vantagem sobre o Japão e a Europa, na corrida para a reestruturação econômica que se iniciava”. Em: *O descompasso entre as nações*: 20-1. Nicholas Sarkis, autor de *Le Pétrole à l’heure arabe* (1975), também defende a mesma hipótese. O aumento do preço do petróleo também beneficiou, do ponto de vista da

No início dessa década ocorrem também as primeiras movimentações em direção ao avanço das reformas neoliberais, intensificadas no início da década de 1980. David Harvey chama atenção para o fato de que, anterior à chegada ao poder de Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, outros eventos já marcavam uma “ruptura” com o modelo keynesiano instaurado desde o pós Segunda Guerra Mundial nos países capitalistas centrais. A guinada neoliberal no início dos anos 1980 teria sido apenas uma consolidação de mudanças já em andamento desde o início dos anos 1970, quando políticas expansionistas eram adotadas e acabavam resultando em inflação, levando os governos do presidente norte-americano Richard Nixon e do primeiro-ministro britânico Edward Heath à reconhecer tal “problema no período 1970-1974, e a iniciar lutas contra o trabalho organizado e reduções das despesas governamentais”. O governo seguinte no Reino Unido, do Partido Trabalhista britânico durante a gestão do Primeiro Ministro James Callaghan, teve que se ajustar às pressões e iniciou uma “gradual retirada de apoio ao Estado do bem-estar social, [e um] ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, [que acabaram por se transformar numa] necessidade econômica na crise de 1973-1975”. (Harvey, 1992: 157-8) O mesmo processo ocorreu com a Alemanha Ocidental, onde, “com a crise do sistema de Bretton Woods, e como reação aos conflitos distributivos que a inflação e a instabilidade cambial dos anos 1970 haviam exacerbado, a linha de política econômica adotada pelo Bundesbank, centrada na estabilidade do marco, entrou em rota de colisão com a linha de política econômica keynesiana adotada anteriormente”, fato que levou à queda do ministro das finanças Karl Schiller (1971-1972) em 1972, “após um confronto público com a política defendida pelo Bundesbank”. (Medeiros, 2005: 157) Após isso, no governo seguinte, de Helmut Schmidt (1974-1982), começou a ser adotada “uma linha de ação conservadora em relação ao gasto social (...) como reação ao aumento do déficit público, ao desemprego e às pressões políticas.” (Medeiros, 2005: 157)

E, por último, no final da década de 1970 ocorre a elevação da taxa de juros norte-americana a partir de setembro de 1979, que marcou o início ou a continuação do processo de “retomada da hegemonia norte-americana” (Tavares, 1985), e levou o mundo a uma forte recessão econômica, tendo fortes implicações

classe dos produtores nos Estados Unidos, lucros extraordinários para iniciarem a exploração no Alaska e no Mar do Norte (fato este que viria a ser decisivo na quebra da economia da União Soviética durante a *Perestroika* em 1991. Torres Filho, E. *O papel do petróleo na geopolítica americana*, 2004: 327-8 e 332). Wallerstein também comenta que: “e, em outro lance brilhante, os Estados Unidos consentiram (e talvez até combinaram) o aumento do preço do petróleo puxado pela Opep” (*Após o liberalismo*, 2002: 25). Robert Gilpin também argumenta que a OPEP “did not appear to be a direct threat to the security interests of the United States. They did not challenge the international position of them and in some ways appeared to strengthen it.” Em: *War and change in world politics*, 1981: 208.

nos rumos da economia europeia, sendo uma das principais causas da mudança de política econômica do governo Mitterrand ocorrida no período de 1981 a 1983.

Outro ponto de grande importância a respeito dos anos 1970, do ponto de vista da política internacional, era o contexto e a fase em que se encontrava a Guerra Fria. Depois de passar pela Guerra Fria propriamente dita (1947-1955), e pela "coexistência pacífica" (1955-1969), a Guerra Fria, ou a relação entre os Estados Unidos e União Soviética, entram na fase da *détente*, um período situado entre 1969 e 1979, em que as duas grandes potências passaram a se ajudar mutuamente, pois visavam manter o *status quo*, e dentro do contexto internacional, viram que precisavam uma da outra. Essa aproximação entre Estados Unidos e União Soviética, acabou repercutindo na política externa francesa, pois, diante do "condomínio de poder norte-americano-soviético", a França buscava fortalecer o eixo franco-germano, justamente num período em que a Alemanha Ocidental, começava a voltar seus olhos para a República Democrática Alemã (RDA), pondo em prática a *Ostpolitik*, analisada adiante.

Alguns aspectos da integração europeia nas gestões Pompidou e Giscard

Do ponto de vista da integração europeia, após a saída de De Gaulle do poder e a entrada de Pompidou na presidência da França em 1969, ocorreu um marco do ponto de vista da posição francesa no encontro de Hague em dezembro de 1969. As decisões tomadas no encontro foram ratificadas pelos chefes de Estado da Europa dos Seis, incluindo o presidente francês eleito em junho, e o chanceler alemão Willy Brandt, recém eleito em outubro do mesmo ano, que "serviu para 're-lançar' a Europa após a saída de De Gaulle." (Knapp e Wright, 2006: 9) O encontro não resultou num novo tratado, mas cuidou de um aspecto importante relativo ao alargamento da integração europeia, uma vez que "significava a abertura dos Estados-membros da CEE para novos países, até então mantidos fora pelo veto do general de Gaulle".⁵⁸ Dessa forma, Dinamarca, Irlanda e Reino Unido entraram na CEE em 1973, penúltimo ano da gestão Pompidou. (Knapp e Wright, 2006: 9)

⁵⁸ "[Pompidou], as a presidential candidate in 1969, had claimed to offer an 'opening' to Europe. In part this was for electoral reasons – he had to attract the support of pro-European centrists to win – but his reasoning was not merely tactical. As president, more sensitive than his predecessor to his country's internal and external vulnerability, he viewed Europe as a means to protect France's position in the world, as the necessary setting for the economic modernization which, carried to a successful conclusion, could save France from a repetition of May 1968; UK entry as a means to counterbalance the growing economic power of West Germany; Economic and Monetary Union as a tool to protect the CAP from the impact of currency fluctuation." (Knapp e Wright, 2006: 32)

Já na gestão Giscard (1974-1981), do ponto de vista da integração europeia, ocorreram dois passos rumo à União Monetária Europeia: a experiência da serpente monetária, iniciada em 1972, coordenada por Giscard e Schmidt quando ainda eram ministros das finanças de seus países, e coordenada durante sua gestão quando presidente de seu país; e também a criação do Sistema Monetário Europeu, em 1978-79. Do ponto de vista institucional, foram realizados dois movimentos: o primeiro foi estabelecido a partir de dezembro de 1974, com os encontros trimestrais dos chefes de governo dos membros da CEE. Esse grupo ficou conhecido como o Conselho Europeu e ocorria no país que estava ocupando a presidência semestral do Conselho de Ministros; o segundo foi a primeira eleição direta para o Parlamento Europeu, acordada em 1974 e realizada pela primeira vez em junho de 1979. (Knapp e Wright, 2006: 10)

Do ponto de vista institucional, segundo Knapp e Wright, nenhuma das duas reformas institucionais da sua gestão (eleições diretas para o Parlamento Europeu; e o lançamento do Conselho Europeu), teriam sido possíveis na gestão Pompidou. No que tange as eleições diretas, estas foram "bloqueadas pela relutância dos gaullistas (incluindo Pompidou) em dar a uma instituição europeia a legitimidade de um sufrágio universal". Já no que tange o lançamento do Conselho Europeu na gestão Pompidou, a resistência vinha do receio das semelhanças do Conselho Europeu e seus "encontros regulares", com "qualquer coisa que parecesse com um poderoso diretório ou um "reaparecimento" de um novo Plano Fouchet. Ambas as resistências foram desfeitas na gestão Giscard, visto que um não-gaullista ocupava a presidência da França. (Knapp e Wright, 2006: 33)

Fora isso, do ponto de vista da integração europeia, os anos pós primeiro choque do petróleo foram muito intensos, colocando desafios que demandavam decisões imediatas, como as que resultavam do aumento de preço do petróleo, do fim de Bretton Woods, etc. Segundo Knapp e Wright, "o ambiente político mais amplo, após o primeiro choque do petróleo, não favoreceu novas iniciativas europeias que iriam atar as mãos dos governos nacionais". (Knapp e Wright, 2003: 34) Todo esse contexto de crise e mudanças nos anos 1970, desaceleraram o processo de integração europeu, era a época do "europessimismo". Segundo Knapp e Wright, nesse quadro de crise econômica internacional, Giscard "estava operando sob restrições muito maiores do que seus antecessores", enquanto que "o principal parceiro de Giscard, Helmut Schmidt, tinha pouco tempo para instituições europeias supranacionais". (Knapp e Wright, 2003: 34)

2.2 A política externa francesa e o eixo franco-germano na era Pompidou (1969-1974)- Brandt (1969-1974) e a *Ostpolitik*

A gestão Pompidou se deu dentro de um quadro, do ponto de vista da política externa, onde a Alemanha Ocidental começava a emergir como potência econômica européia, ao mesmo tempo que voltava seus olhos para o República Democrática Alemã (RDA) através da "Política do Leste" (a Ostpolitik).

Do ponto de vista alemão, antes de se tornar chanceler da RFA, Willy Brandt foi ministro das relações exteriores da Alemanha (1966-1969) durante a gestão do chanceler alemão Kurt-Georg Kiesinger (1966-1969) e, do ponto de vista da França, atuou nos últimos anos da gestão De Gaulle, que deixou a presidência em 1969. Nesse período Brandt já dava os primeiros passos rumo à política de reaproximação com a RDA, a *Ostpolitik*, que foi formulada por Egon Bahr, um "conselheiro próximo de Brandt", em 1963, iniciada em 1967, mas "esfriou e não foi a lugar nenhum durante grande parte do ano de 1968", vindo a se tornar uma política externa oficial somente a partir de 1969, ano em que Brandt assumiu o cargo de chanceler da Alemanha. (Friend, 1991: 4; 48)

De ministro das relações exteriores, Willy Brandt passou ao cargo de chanceler da RFA em 1969, mesmo ano em que Georges Pompidou assumiu a presidência da França. As gestões de Pompidou e Brandt foram concomitantes. Pompidou assumiu na França após o referendo que depôs de Gaulle, e Brandt assumiu em setembro do mesmo ano, 1969, através de uma eleição que levou ao poder uma coalizão dos partidos Social Democrata (SPD - em alemão *Sozialdemokratische Partei Deutschland*) e o Partido Democrático Liberal (FDP, em alemão *Freie Demokratische Partei*). Em abril de 1974, Pompidou morreu e, no mês seguinte, Brandt renunciou no "início do caso de espionagem Guillaume." (Friend, 1991: 51)

Na gestão de Brandt, estava em marcha a Ostpolitik, que foi uma espécie de "resposta à construção do muro de Berlim" em 1961, visto que os alemães temiam uma "divisão permanente", não apenas geográfica, mas também do povo alemão. (Friend, 1991: 4) Brandt buscava se livrar das restrições presentes na política externa alemã oriundas da "Doutrina Hallstein" (de não-reconhecimento da RDA) e passou a adotar uma nova orientação definida como "mudança através da aproximação", que significava que a RFA deveria: reconhecer os estados da comunidade comunista e assegurar a segurança de Berlim. (Friend, 1991: 52)

O interessante é observar que a Ostpolitik, reativada em 1969 com a posse de Brandt, se renovava concomitantemente com a reemergência da RFA como potência econômica a partir de 1968, conforme citado no capítulo 1. Assuntos monetários internacionais deixaram de ser categorizados como "baixa política" pela Alemanha visto que "confirmavam a habilidade econômica da República Federal da Alemanha enquanto dotava sua voz com um novo peso político." (Friend, 1991: 53)

Em junho de 1969, Pompidou, em conversa confidencial com os editores do *Le Monde*, confessou estar arrependido com o “peso preponderante da RFA e disse que ele precisava ser balanceado – e, para tanto, os EUA, a União Soviética e a Grã Bretanha eram necessários, e, enquanto isso, a França deveria manter as melhores relações com os alemães.” (Friend, 1991: 53) Uma declaração que sintetiza a posição francesa, além da comumente paradoxal relação entre países que ao mesmo tempo em que se complementavam, competiam entre si.

As relações entre França e RFA nos primeiros anos das gestões Pompidou-Brandt (1969-1971) estavam “relativamente suaves” (Friend, 1991: 53). Em dezembro de 1970, Pompidou comentou com um jornalista francês confidencialmente:

“My personal analysis rests entirely on Germany. A Soviet-American agreement is inevitable some day, and at that moment Europe must not go into their sandwich ... Europe should serve to moor Germany to Europe, in such a way that it cannot detach itself.” (*apud* Friend, 1991: 53)

A partir desse ponto de vista, o eixo franco-germano era visto por Pompidou, como uma forma de não-submissão ao eixo norte-americano-soviético, ou o “condomínio de poder”, que estava na fase da “détente” (1969 a 1979), período em que ocorre um “verdadeiro concerto americano-soviético” (Saraiva, 2001: 38) e que Estados Unidos e União Soviética passaram a se ajudar em diversos aspectos.⁵⁹ O período da détente irá abarcar quase toda a gestão de Pompidou-Brandt e grande parte da gestão de Giscard-Schmidt.

O fim da era de Gaulle e a ascensão de Pompidou do ponto de vista da política externa

⁵⁹ Segundo Saraiva: “O avanço dos entendimentos entre Washington e Moscou foi incontestável naqueles anos [da détente – 1969 a 1979] e pavimentaram o caminho para a gradual erosão da ordem bipolar. De 1970 a 1975, as exportações ocidentais para a União Soviética quadruplicaram, especialmente animadas pela ampliação da demanda soviética por produtos agrícolas e industriais diversificados. Os defensores da détente chamavam a atenção, no Ocidente e no Oriente, para os aspectos positivos criados pelos intercâmbios econômicos novos. A abertura comercial entre os gigantes era garantia de paz duradoura no conjunto das relações Leste-Oeste. A Emenda Jackson, de dezembro de 1974, e o próprio acordo comercial de outubro de 1972, garantiram aos soviéticos, nos Estados Unidos, as vantagens da cláusula da nação mais favorecida. A tradução dessas condições excepcionais no relacionamento mercantil entre as superpotências permitiu a elevação do volume do comércio de 200 milhões de rublos em 1971 para 3 milhões em 1979. Era claro o avanço econômico resultante das conquistas políticas da era da détente. Esses fatos teriam mais peso no fim da guerra fria do que a queda simbólica do muro de Berlim na década seguinte. /// É evidente, no entanto, que essa evolução precece na direção da corrosão dos paradigmas da guerra fria não pode ser superestimada. A aproximação americano-soviética não pode ser objeto de uma visão simplista e ingênua. A convivência tolerante em parte dos anos 1970 e na segunda metade dos anos 80 não significou a inexistência de tensões entre Moscou e Washington. Permaneceriam problemas herdados da guerra fria em algumas áreas como (1) a situação de Berlim, (2) a divisão da Alemanha, (3) e a questão fronteiriça com a Polônia.” (Saraiva, 2006, in Altemani, vol.1: 65)

Não somente a Alemanha passava por mudanças na sua política externa, mas também a França, com o fim da era de Gaulle e a ascensão de Pompidou à presidência. Segundo Friend:

“Here the shift in emphasis between de Gaulle’s and Pompidou’s understanding of the French-German nexus becomes evident. The general desired French hegemony and behaved as a hegemon. Pompidou was more cautious than de Gaulle, and more fearful. He believed the United States would someday withdraw from Europe, telling the Germans to do their best with the Soviets. This dilemma meant that he must try to keep the United States in Europe, but it also put him in a weaker position vis-à-vis the Germans than that of his predecessor. He must bind them to Europe, and not merely to France.” (Friend, 1991: 54)

Entretanto, do ponto de vista da atual pesquisa, tal mudança de atitude de Pompidou pode ter sido influenciada também pela “ultrapassagem econômica alemã” vis-à-vis a França, desde novembro de 1968. De Gaulle, conforme colocado por Friend na citação acima, se comportava como líder de uma nação hegemônica do ponto de vista europeu, e talvez isso tivesse sido verdade durante os anos 1960. Porém, não seria possível analisar a mudança de postura em relação à RFA apenas do ponto de vista da mudança de presidente, de de Gaulle para Pompidou. Obviamente que a personalidade de cada um irá influenciar no estilo de política externa, porém, a ascensão econômica da Alemanha a partir de 1968 pode ter influenciado essa postura mais cautelosa da França frente à Alemanha, ou de Pompidou em relação à Alemanha, juntamente com o contexto da Guerra Fria, conforme colocado por Friend acima.

Além dessa mudança de postura com relação à Alemanha, após a transição de De Gaulle para Pompidou, outro aspecto foi modificado na política externa francesa, que foi sua postura em relação à União Soviética. A busca de de Gaulle em ter uma relação privilegiada com a União Soviética, como forma de reforçar a posição hegemônica na Europa ao assumir o papel de uma espécie de porta-voz dos soviéticos no continente, se alterou fortemente após a adoção da Ostpolitik (e abandono da Doutrina Hallstein) por parte da RFA a partir de 1969, visto que a própria Alemanha Ocidental iria alterar suas relações com a União Soviética e com o Leste Europeu, após a assinatura de tratados em 1970-1972 com os soviéticos e com a RDA.⁶⁰

⁶⁰ “The years 1970-1972 saw the signing of a German-Soviet treaty renouncing the use of force in their relations, normalization of West German-Polish relations, and recognition of the Oder-Neisse Boundary (1970). In 1971 a four power agreement on Berlin eased family movements and negotiated an end to harassment of transit travel, and in November 1972 the signing of the Basic Treaty with East Germany normalized the Federal Republic’s

A França reagiu positivamente a essas movimentações da RFA, porém, Pompidou declarou ao chanceler alemão Brandt em junho de 1973 que, pessoalmente, entendia a necessidade da Ostpolitik, mas o que preocupava a França era a “neutralização da Europa Central”, ou seja, uma desmilitarização que deixaria a França desprotegida em relação ao bloco comunista (Friend, 1991: 54;55) Uma forte aproximação da Alemanha com a União Soviética poderia levá-la ao “neutralismo”, que teria implicações na política de segurança francesa, em relação ao Leste.⁶¹

A relação entre França e RFA, ou entre Pompidou e Brandt, foi fortemente marcada pelo contexto da Guerra Fria, especialmente devido a détente, a Ostpolitik, e ao receio francês de que a Alemanha se aproximasse demais dos soviéticos. Entretanto, do ponto de vista econômico, a Alemanha ia se fortalecendo cada vez mais e assumindo a posição de principal economia da Europa. Lentamente, os aspectos de segurança nacional e relativos à era bipolar da Guerra Fria, iam, a partir dos anos 1970, ficando num patamar menos relevante que aspectos de cunho econômico, sem, entretanto, deixar de estar presente nas estratégias de todos os países.

2.3 A política econômica na gestão de Georges Pompidou (1969 – 1974)

“[During Pompidou’s presidency, Giscard’s] presence as minister of finance from 1969 to 1974 did not substantially modify the growth-oriented policies imposed by Pompidou and the neoGaullist dominated majority.” (Howard, 2000: 46)

“[During the beginning of Pompidou’s presidency] international trade and monetary problems became increasingly serious in the early 1970s; inflation was on the rise, in France and in many other countries as well. Yet for a time, the French government was remarkably successful in achieving its goals. The years of the Pompidou presidency were marked by record growth rates, and even the balance of payments showed a slight surplus from 1970 to 1973. Finally, unlike many other major industrial countries, France did not experience an important unemployment problem, and there was no decline in the rate of profit until 1973.” (Lauber, 1983: 84)

relations with the GDR and permitted both German states to enter the UN.” (Friend, 1991: 54)

⁶¹ Segundo Friend: “Since the beginning of Ostpolitik and even earlier, the French had feared a German temptation to neutralism, conceived of as a new Rapallo⁶¹ – a repetition of German-Soviet cooperation against the West. The French had seen this essentially as a diplomatic temptation. (...) Despite Gaullist doctrine, the French were aware that their own go-it-alone policy outside NATO rested on the presence of U.S. troops in West Germany, coupled with a strong Bundeswehr. The idea that a major trend in popular opinion was urging ‘drift’ in the Federal Republic toward a neutralism that would leave them undefended to the East was new and disquieting. Where once the French had been afraid of German militarism, they were now afraid of German pacifism.” (Friend, 1991: 66-67)

Georges Pompidou inicia sua gestão com a adoção de políticas econômicas mais expansionistas, se comparadas com o período anterior da gestão de Gaulle. Nesse caso, o início da análise dos ciclos de política econômica começa com o fim do “stop gaullista” e o início do “go-Pompidou”.

Do ponto de vista da análise de todo o período da pesquisa, que engloba as três gestões e vai de 1969 a 1983, temos, com intensidades diferenciadas, momentos de inflexão ou de mudança de rumos na política econômica que, ao longo do período analisado, somam ao todo **seis inflexões**. Nesse caso, antes de analisarmos o período de Pompidou, será feita uma breve apresentação dos seis momentos de inflexão da política econômica francesa ao longo do período.

As seis inflexões dos ciclos de política econômica francesa

A primeira inflexão é verificada logo no início do governo do presidente da França Georges Pompidou, quando termina o “stop gaullista” e inicia-se o “go-Pompidou” de 1969 a maio de 1974. A segunda inflexão ocorre com a posse do presidente francês Giscard d’Estaing (em maio de 1974), que inicia o governo impondo medidas austeras um mês após a sua posse. A terceira inflexão ocorre ainda na gestão do presidente Giscard, ao lançar, juntamente com o Primeiro Ministro Jacques Chirac, um pacote expansionista em setembro de 1975 (após um ano e quatro meses do início do mandato) e que dura até agosto de 1976. A quarta inflexão ocorre quando termina o “go-Giscard/Chirac” e se inicia o “stop-Giscard/Barre”, que vai de setembro de 1976 a maio de 1981. A quinta inflexão ocorre quando termina o “stop-Barre” e se inicia o “go-Mitterrand/Mauroy”, com a eleição de Mitterrand, que vai de maio de 1981 a junho de 1982. A sexta inflexão (que é o objeto central e inicial de pesquisa da tese, o “Mitterrand U-turn”) ocorre em duas etapas dentro da gestão de Mauroy: a primeira, quando começa a abandonar a política expansionista em junho de 1982, lançando o primeiro pacote de austeridade; e a segunda, em março de 1983, quando lança o segundo pacote de austeridade.

No atual *item* 2.2, referente à gestão de Pompidou, será analisada uma inflexão, ocorrida na transição da gestão de Gaulle para a gestão Pompidou (1969 a 1972). Sendo a segunda, terceira e quarta inflexões, analisadas no item seguinte, 2.3, visto que ocorreram durante a gestão de Giscard.⁶²

⁶² Howarth, por exemplo, divide o período de 1969 a 1981, em três momentos, com base na dialética entre os dois tipos de objetivos citados acima (controle da inflação e superávit comercial de um lado; e ênfase em crescimento, geração de emprego e boa política salarial de outro): 1. “the inflationary growth-oriented policies of the Pompidou presidency; 2. the ‘stop’ and ‘go’ policies during the first two years of Giscard’s presidency to August 1976; 3.

Inflexão 1. Do “stop-gaullista” para o “go-Pompidou/Delmas”

Os ciclos podem ser observados para um prazo além do estudado na pesquisa (1969-1983), visto que o governo da Quarta República, anterior a posse de De Gaulle, sob a presidência de René Coty (1954-1959), buscou políticas monetárias e fiscais expansionistas, que foram revertidas com o início da Quinta República em 1958, penúltimo ano da presidência de Coty, e que foram seguidas pelo presidente de Gaulle, após sua posse em 8 de janeiro de 1959:

“The establishment of the Fifth Republic, in 1958, ushered in a new regime that was more supportive of price stability and a presidential constitution that would enable its new leader, Charles de Gaulle, to achieve that goal.” (Goodman, 1992: 108-109)

Ou seja, na transição da Quarta para a Quinta República, já é possível se identificar uma inflexão de política econômica, antes da posse de De Gaulle.

Na gestão De Gaulle, as principais metas eram a restauração das forças militar e econômica da França, e, para tanto, De Gaulle enfatizava a necessidade de “controlar a inflação e restabelecer o valor externo do franco”. (Goodman, 1992: 109) Segundo o general, a força do franco “atraía poupança, encorajava o espírito empreendedor, contribuía para a paz social, e ajudava a obter influência internacional”, enquanto que o franco fraco, “desencadeava inflação e desperdício, obstruía a recuperação, criava problemas, [e] comprometia a independência.” (apud Goodman, 1992: 109) Segundo Goodman, os conservadores que vieram ao poder na Quinta República diagnosticaram a raiz da causa da inflação, não devido a um crescimento monetário excessivo, mas sim devido aos déficits orçamentários herdados do governo da Quarta República. Logo, a partir desse diagnóstico, a solução passou a ser a busca por um equilíbrio orçamentário alcançado através de uma austeridade fiscal, que foi praticada durante a década de 1960, política esta que foi uma das razões da greve geral em maio de 1968. (Goodman, 1992: 109)

Essas manifestações de maio de 1968 levaram aos Acordos de Grenelle como forma de tentar apaziguar o descontentamento dos trabalhadores:

“Although the events of May 1968 began as a student protest, workers soon joined in; strikes erupted spontaneously in many factories. At first, the three union confederations were caught off guard, but they quickly sought to regain control through negotiations with the government. The resulting agreement, the *accords de Grenelle*, conceded substantially higher wages.” (Goodman, 1992: 109-110)

Os acordos de Grenelle, negociados em 25 e 26 de maio e concluídos em 27 de maio, levaram a um aumento do salário mínimo francês (SMIC)⁶³ de 35% e um aumento de 10% dos salários reais médios, além de outras medidas mais. Essas medidas tiveram conseqüências inflacionárias na economia francesa nos anos seguintes. As manifestações levaram à queda de De Gaulle e à ascensão de Pompidou à presidência da França, que adotou mudanças no rumo da política econômica, onde "o gaullismo de de Gaulle foi substituído por outra versão – o pompidóismo". (Lauber, 1983: 8) Pompidou rejeitava a crítica à sociedade de consumo feita pela esquerda francesa durante as manifestações de 1968, considerando-a "arqui-reacionária". Segundo o futuro presidente da França:

"the 1968 events were not the result of some metaphysical 'crisis of civilization', but simply the result of over-extended austerity policies. He was persuaded that the great majority of the French wanted above all an increase in material goods, (...) and that other 'goods' (including cultural ones) could and should wait. Prosperity was the appropriate remedy." (Lauber, 1983: 9) (grifo meu)

Essa abordagem, portanto, marca a primeira inflexão analisada na pesquisa: a passagem de um período de maior austeridade do governo de Gaulle, para um período de políticas econômicas voltadas para o crescimento, a indústria e a modernização, durante o **governo Pompidou**.⁶⁴

Pompidou assume então a presidência, juntamente com o primeiro-ministro Jacques Chaban-Delmas, marcando a mudança de rumos, alterando as políticas econômicas anteriores aos eventos de maio de 1968, e, ao contrário de de Gaulle, que havia se recusado a desvalorizar o franco a despeito do déficit comercial durante o final de sua gestão, o fez no verão de 1969, dando uma "generosa ajuda ao setor privado", de forma tal que os anos de 1969-70 foram excepcionalmente bons para o setor empresarial francês. (Lauber, 1983: 9) Segundo Lauber: "High profits were viewed as necessary if France was to plunge into the headlong drive for industrialization." (Lauber, 1983: 9)

A meta principal de Pompidou passa a ser o crescimento, em detrimento do controle da inflação, agravada com os acordos de Grenelle. Crescimento, emprego

⁶³ SMIC – *Salair Minimum Interprofessionnel de croissance*.

⁶⁴ Lauber faz uma síntese das diferenças entre as duas abordagens: "Where de Gaulle, in his addresses, had spoken of grandeur, independence, and effort, Pompidou now spoke of growth, industrialization, and prosperity. Nor was the change merely rhetorical. Economic growth now became the main criterion of governmental performance. The means to achieve it: rapid industrialization and modernization of all the sectors of the French economy. The purpose: prosperity, a prosperity 'which will increase every day, and which is a source of honor and greatness to the country'. The target: a 'living, free and dynamic, truly competitive economy, domestically for the benefit of the consumer, internationally in order to increase the national wealth.'" (Lauber, 1983: 9)

e investimento eram as metas prioritárias. (Howarth, 2000: 44) Durante a gestão de Pompidou a França obteve uma rápida industrialização numa época em que vários países da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – encontravam dificuldades. (Lauber, 1983: 9)

O foco na industrialização na gestão Pompidou era vista como uma forma de se criar uma economia e uma indústria francesa competitiva, que levaria ao desenvolvimento das exportações, que por sua vez, eram uma condição a mais para o crescimento industrial de longo prazo. Lembrando que, desde 1968, a Alemanha Ocidental e o marco alemão, já haviam demonstrado seu poder frente à França e ao franco, a França, por sua vez, lutava para não ficar para trás. Logo, a política econômica de Pompidou tinha seus olhos voltados para o cenário internacional também, e para seu principal aliado no processo de integração europeu. Um aliado que a França queria manter boas relações tanto econômicas como do ponto de vista da política externa, mas que não via com bons olhos seu fortalecimento econômico exacerbado, principalmente, quando comparado com a economia francesa e deixando-a num segundo plano de importância econômica dentro da Europa. Nesse contexto, nos primeiros anos da gestão Pompidou, o foco no crescimento industrial era visto como uma forma de sustentar a posição internacional da França. (Lauber, 1983: 9)

Nessa linha de política econômica, o controle da inflação era considerado como algo secundário, uma vez que Pompidou havia declarado em 1970 que a produção industrial teria que dobrar dentro de um período de dez anos, uma meta que visava “eventualmente ultrapassar a RFA como uma potência industrial”. (Lauber, 1983: 10) Pompidou lança então o “Sexto Plano” (1971-75),⁶⁵ que estabelecia como meta para o crescimento anual do PIB, 5.8 a 6 por cento, e 7.5 por cento para o crescimento da produção industrial. (Lauber, 1983: 10)

O governo Pompidou obteve bons resultados. Do ponto de vista social, nos primeiros anos da sua gestão (1969-1972) foram constatados avanços rumo a uma diminuição da disparidade entre ricos e pobres, a uma redistribuição via crescimento, e a adoção de uma política social efetiva. Além disso, “tentativas foram feitas visando introduzir relações de trabalho mais cooperativas; foi dado

⁶⁵ Para uma leitura dos “Nove planos”, ver (HALL, 1986: 141-145). Segundo o autor: “The Sixth Plan (1970-75) put renewed emphasis on the growth of heavy industry. It concentrated on six basic policy options elaborated into 25 specific objectives, and introduced a set of indicators, known as *clignotants* or warning lights, designed to direct the government toward corrective action when the goals of the Plan were not being met. While some provision was made for social infrastructure, the basic object of the Plan was to create a more favorable environment for industry. Once again the planners were most concerned about the ability of French manufacturers to compete within the newly liberalized trading regime of the European Economic Community. The ambitious 7.5 percent annual growth rate anticipated in the Plan was largely achieved until the oil crisis of autumn 1973 plunged the world into recession.” (Hall, 1986: 145)

maior reconhecimento aos sindicatos, que, em troca, deveriam “demonstrar maior responsabilidade não fazendo greves”; e algumas leis deram aos trabalhadores um status mais próximo do patronato. (Lauber, 1983: 11) Paralelamente a essas medidas, o rápido crescimento gerou um ambiente favorável: o desemprego recuou levemente, e, com “expectativas de pleno emprego”, o salário real cresceu rapidamente (5 por cento na média salarial, e 14 por cento de crescimento do salário mínimo – anualmente); fazendo com que o rápido crescimento trouxesse para os assalariados “claros benefícios materiais.” (Lauber, 1983: 11)

Porém, apesar dessas medidas sociais e do benefício gerado em diversos setores da sociedade, outros setores foram prejudicados com a política de industrialização. O setor público foi beneficiado com a postura do governo de encorajar generosas políticas salariais, porém, em outras áreas isso não ocorreu.⁶⁶

Saída de Chaban-Delmas e posse de Pierre Messmer em julho de 1972

Apesar dos bons resultados obtidos com o processo de industrialização em Pompidou, conforme citado, alguns setores da economia foram prejudicados, o que abriu espaço para descontentamento e levou a uma mudança de primeiro-ministro e de orientação da política econômica, sem, entretanto, caracterizar uma “inflexão de política econômica”, como será visto adiante, uma vez que o caráter expansionista foi mantido.

“On the whole, Pompidou’s overtures to labor did not achieve the desired effect. The unions were not converted to labor peace and reformism, and Pompidou did not win back the political support that de Gaulle had once among French workers. At the same time, the politics of growth and industrialization hurt other population groups in the economically declining sectors, and these groups contained large numbers of Gaullist voters.” (Lauber, 1983: 12)

Segundo um estudo de Paul Delouvrier, “apenas um pequeno grupo de executivos no governo e na indústria apoiaram os princípios e os valores voltados para o crescimento rápido e a modernização, enquanto que a maioria da população se sentiu ameaçada por isso, principalmente em sua segurança e estabilidade”.

⁶⁶ “Public services and investments were cut back drastically from the levels set out in the Sixth Plan, victims of ‘productivism’: while the immediately productive investments (auto-routes, telephones) were singled out for privileged treatment, expenditures on hospitals, public transportation, day care and the like had to wait. Likewise, the structure of power in business enterprises, often criticized for being excessively authoritarian and autocratic, remained unchanged. A Common Market proposal which would have allowed direct incorporation of business firms under European law was rejected by the French government essentially because it provided for a measure of workers’ representation on the corporation’s board; this was unacceptable to the hard-liners in French business, and Pompidou counted on this group to lead the growth of the French economy.” (Lauber, 1983: 11)

(*apud* Lauber, 1983: 12). Pompidou chegou a concordar com essa análise, porém, “isto não levou-o a concluir que deveria haver alteração de política econômica no que tange a busca pelo crescimento econômico”. (Lauber, 1983: 12)

Nessas circunstâncias, então, os conservadores gaullistas, liderados por Pierre Juillet, “eminência parda” e “conselheiro político” de Pompidou, persuadiu o presidente de que uma mudança era urgentemente necessária. E ela veio. Em 1972, os arquitetos da “nova sociedade”, que haviam planejado pôr em movimento novamente a “velha sociedade”, foram todos removidos dos cargos: o Primeiro Ministro Chaban-Delmas juntamente com Jacques Delors (então membro do gabinete de Delmas) e Simon Nora, diretor do gabinete de Delmas de 1969 a 1972.⁶⁷ Delmas foi substituído por Pierre Messmer que passou a dar mais ênfase “aos grupos que estavam sendo afetados negativamente pela evolução econômica, em particular os pequenos camponeses e comerciantes, e os novos pobres (“nouveaux pauvres”) que ficaram de lado durante os anos de progresso rápido.” (Lauber, 1983: 12) Além disso, Messmer era mais voltado para os interesses do empresariado francês.

Entretanto, a mudança de cargo de Chaban-Delmas para Pierre Messmer, não pode ser caracterizada como um ponto de inflexão de política econômica, visto que não alterou as diretrizes básicas de política econômica que tinham por diretriz básica, a busca pelo crescimento. Segundo Goodman, “apesar do governo francês ter ficado um pouco mais preocupado com a taxa de inflação no final de 1972 [tendo Messmer assumido em 6 de julho de 1972] e reduzido a disponibilidade de crédito, a política monetária, no geral permaneceu no curso da expansão econômica.” (Goodman, 1992: 110-111)

2.3.1 A origem da “Serpente Monetária Européia”

Richard Nixon, em agosto de 1971, rompeu com os acordos selados em Bretton Woods no pós-Segunda Guerra Mundial, e acabou com a conversibilidade do dólar em ouro, afetando a política monetária européia. Com a ruptura, a CEE foi obrigada a abandonar o sistema de paridades fixas. Nesse quadro, enquanto que a Alemanha Ocidental “preferiu deixar o marco flutuar contra o dólar”, a França defendia a adoção de controle de capitais. (Goodman, 1992: 186) O chanceler alemão Willy Brandt conseguiu um acordo com Pompidou em dezembro de 1971 (Friend, 1991: 56) duas semanas antes das negociações realizadas com o Grupo dos Dez (Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda, Suíça,

⁶⁷ Simon Nora, foi autor, junto com Delors, do famoso discurso sobre a « Nova Sociedade », pronunciado por Chaban-Delmas em setembro de 1969. Fonte : http://fr.wikipedia.org/wiki/Simon_Nora

Suécia e Japão) que visavam solucionar a crise monetária internacional instalada. Desse encontro, saiu o Acordo Smithsonian que permitia uma desvalorização do dólar em cerca de 9% (através de uma elevação do preço do ouro em dólares de US\$35,00 para US\$38,00 a onça de ouro), uma revalorização do marco alemão em aproximadamente 17%, do iene japonês em aproximadamente 14%, das demais moedas em percentagens menores em relação ao dólar, além de estipular uma ampliação da banda de flutuação de 1% (segundo os acordos de Bretton Woods) para 2,25%, para cima e para baixo em relação ao dólar norte-americano, ou uma margem de flutuação de 4.5%. (Salvatore, 2000: 397; Goodman, 1992: 186). Nesse processo, “uma vez que uma moeda da CEE estivesse no limite superior da sua paridade com o dólar, enquanto que outra estivesse no seu limite inferior, a divergência total entre duas moedas européias poderia então passar a ser até 9%.”⁶⁸ (Goodman, 1992: 186)

A partir do acordo smithsoniano, França e Alemanha puderam por em funcionamento uma maior cooperação monetária entre os países da CEE. O objetivo era “isolar duas moedas da potente pressão externa gerada pela perda de confiança no dólar”, em especial a Alemanha Ocidental, devido à forte procura pelo marco alemão. Para tanto, os líderes da CEE (os membros da “Europa dos Seis”), em março de 1972, elaboraram um plano para estreitar as margens de flutuação entre as moedas dos países da CEE: a margem de flutuação frente ao dólar permaneceu a um máximo de 4.5% (conforme o acordo smithsoniano), e o total de divergência entre duas moedas de dois países quaisquer da CEE, ficou limitado em um máximo de 2.25%, logo, “dentro da margem de flutuação mais ampla permitida pelo Acordo Smithsonian, as moedas da CEE iriam mover-se para cima e para baixo juntamente dentro de uma banda mais estreita”: iniciava-se a “serpente monetária européia”⁶⁹ em sua fase “dentro do túnel do dólar”, ou seja, o eixo central da

⁶⁸ Goodman chama atenção para o fato de que dentro do Acordo Monetário Europeu de 1958, “todas as moedas européias flutuavam com uma banda de apenas 0.75 por cento para cima e para baixo em relação ao dólar (0.25 menos que o permitido dentro do Articles of Agreement do FMI).” Sendo que “nenhum arranjo especial foi feito para as moedas dos países da CEE, que, portanto seguiram as mesmas regras. Então, cada duas moedas de países da CEE poderiam divergir de apenas 3%.” (Goodman, 1992: 186)

⁶⁹ A serpente monetária, apesar de ter sido criada de forma reativa a ruptura dos EUA com Bretton Woods, foi mais um passo rumo a integração econômica e monetária européia. Já no Tratado de Roma em 1957, que originou a CEE, haviam sido criados o Comitê Monetário e, em 1964, o Comitê dos governadores dos Bancos Centrais. Dentro do Sistema de Bretton Woods, a flutuação das moedas entre os países era feita numa banda de 4%, enquanto que os países europeus decidiram estabelecer bandas de flutuação face ao dólar norte-americano de $\pm 0,75\%$ (resultando numa flutuação máxima de 3%). Em outubro de 1970, quase um ano antes da ruptura dos EUA com Bretton Woods, Pierre Werner, primeiro-ministro de Luxemburgo, liderou uma comissão para organizar os passos para se atingir uma União econômica e Monetária em etapas, até 1980. Tal projeto ficou conhecido como o **Plano Werner**. A meta seria alcançar: (1) total convertibilidade das moedas dos países da CEE; (2) fixação irrevogável das taxas de câmbio; (3) completa liberalização dos movimentos de

serpente oscilava em função do valor do dólar. Nesse processo, “todos os países da CEE (juntamente com Grã Bretanha, Irlanda, Noruega e Suécia) acordaram em dar suporte à serpente através de compra e venda das outras moedas, que seriam periodicamente saudadas através de transferências de devedores para credores.” (Goodman, 1992: 187; Salvatore, 2000: 398)

A serpente fora do túnel do dólar

Os Estados Unidos, mesmo após a desvalorização do Acordo Smithsonian, continuou a sofrer déficits em seu balanço de pagamentos, chegando a um déficit de US\$9 bilhões em 1972, levando-os a decidirem pelo abandono do Acordo Smithsonian e pela realização de uma nova desvalorização do dólar, que gerou uma onda de especulação contra a moeda, levando os EUA a se verem forçados a desvalorizar o dólar ainda mais, em cerca de 10% (através de um aumento do preço oficial do ouro para US\$42,22 a onça). (Salvatore, 2000: 397) Nesse quadro, a partir de março de 1973, as principais nações do bloco capitalista decidiram, finalmente, adotar um sistema de taxas de câmbio flexíveis (ou “sistema de taxas de câmbio de flutuação administrada”), com uma flutuação independente entre o dólar norte-americano, a libra inglesa, o iene japonês, a lira italiana, o dólar canadense e o franco suíço, e uma flutuação em conjunto entre o marco alemão, o franco francês e as moedas de seis outras nações da Europa central e setentrional, ou seja, a “serpente monetária europeia fora do túnel do dólar”, “com um spread total máximo de 2,25% entre a moeda mais forte e a mais fraca em relação ao dólar” (Salvatore, 2000: 398; Goodman, 1992: 187)

As tensões na serpente aumentaram ainda mais com as crises do petróleo no último trimestre de 1973 e com a evolução diferenciada da inflação nos diversos países europeus depois de 1974. Com isso 10 realinhamentos e várias entradas e saídas da serpente sucedem-se entre 1973 e 1978.⁷⁰ Reino Unido e Irlanda saíram da serpente logo em junho de 1972, Itália, em fevereiro de 1973, e a França em

capitais; (4) possível criação de uma moeda única. (Fonte: <http://www1.eeg.uminho.pt/economia/fjveiga/IntMon/cap6.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2011) Segundo Knapp e Wright: “a União Monetária Européia (UME) levou três décadas para ser alcançada, não apenas uma como esperado inicialmente, tendo sido o Relatório Werner a base para a ‘Serpente’ (1972-1976) e o Sistema Monetário Europeu (SME) de 1979-1999) – ambas as iniciativas tomadas para obter uma certa estabilidade monetária na Europa durante o período turbulento que se seguiu ao colapso do sistema de Bretton Woods de taxas de câmbio fixas em agosto de 1971.” (Knapp e Wright, 2006: 10)

⁷⁰ Fonte: <http://www1.eeg.uminho.pt/economia/fjveiga/IntMon/cap6.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2011

janeiro de 1974, retornando em julho de 1975 e ficando até março de 1976, quando saiu pela segunda vez. Nos períodos em que a França saiu (com Reino Unido, Irlanda e Itália já fora), a serpente “se tornou meramente uma zona do marco alemão”, devido à força da economia alemã. (Goodman, 1992: 187)⁷¹

E o que chama atenção no processo de formação da “serpente”, no que tange o eixo franco-germano, foi o fato de que as figuras-chaves no processo de articulação monetária dos dois países foram os ministros das finanças da França, Giscard d'Estaing, e seu colega da Alemanha, o ministro das finanças Helmut Schmidt (que assumiu o cargo em julho de 1972), que iriam se tornar, respectivamente, presidente da França e chanceler da Alemanha em 1974. Dando início a mais uma parceria entre um líder francês e um alemão.

2.3.2 O primeiro choque do petróleo e o final da gestão Pompidou

O governo Pompidou começou a sentir as mudanças ocorridas no sistema monetário internacional (a ruptura com os acordos de Bretton Woods pelos EUA em 1971 e a adoção de um sistema de taxas de câmbio flexíveis a partir de março de 1973), fazendo com que a adoção de políticas monetárias expansivas levasse a problemas que viriam a acompanhar os governos de Giscard (no período do pacote expansionista de Chirac analisado adiante) e de Mitterrand (no período inicial de adoção de políticas expansionistas, analisado no capítulo 3).

“Until March 1973 [before the first oil shock] the French government was able to achieve its growth objective at a cost – in terms of inflation and the balance of payments – it considered acceptable. With the collapse of the Bretton Woods system, however, that cost began to escalate. France’s continued emphasis on growth came into conflict with restrictive policies pursued in both the United States and West Germany.” (Goodman, 1992: 111)

No longo prazo, caso as autoridades francesas viessem a manter a política doméstica expansionista, iriam ter que lidar com a desvalorização do franco ou com a diminuição das reservas internacionais. E no curto prazo, as autoridades poderiam minimizar estes custos (possibilitando um adiamento no ajustamento econômico, ou seja, na adoção de medidas restritivas) através de duas opções: (a) impondo controle de capitais (para proteger a taxa de câmbio); (b) pedindo emprestado do exterior (de forma a reconstituir as reservas internacionais). (1992: 111) Com medo da reação da classe trabalhadora, o governo Pompidou preferiu optar pelas medidas que levaram a um adiamento na adoção de medidas

⁷¹ Segundo Goodman, Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), Dinamarca, Noruega e Suécia atrelaram suas taxas de câmbio ao marco alemão e ajustaram suas políticas de acordo com o padrão da RFA. Tendo a Suécia saído da serpente em agosto de 1977 e a Noruega em dezembro de 1978. (Goodman, 1992: 187)

econômicas mais austeras. (Goodman, 1992: 112) O efeito inflacionário, oriundo do primeiro choque do petróleo,⁷² que ocorreu paralelamente a um “declínio do crescimento econômico”, não fez o governo francês mudar sua política econômica, visto que este decidiu que “a melhor forma de lidar com a inflação era continuar com as políticas econômicas voltadas para o crescimento”. (Howarth, 2000:44) Diante desse cenário (pós-aumento do preço do petróleo a partir de outubro de 1973) buscando evitar qualquer guinada para a adoção de uma política deflacionária, o governo Pompidou tomou três medidas em seqüência:

1. A primeira medida foi defender o franco diminuindo suas reservas internacionais. Entretanto, mesmo os dois bilhões de francos que o governo gastou em 1973, não conseguiram conter a pressão especulativa contra sua moeda.
2. A segunda medida foi em janeiro de 1974, quando o então Ministro das Finanças Giscard d’Estaing sugeriu que, ao invés de exaurir suas reservas internacionais, a França saísse da “serpente monetária” e deixasse o franco flutuar, porém, não livremente, visto que a depreciação tinha seus limites, uma vez que levava a um aumento do preço das importações (“the import bill”), em especial do petróleo.
3. A terceira medida foi pedir emprestado no exterior “na sua tentativa de fortalecer o franco, financiar seu déficit externo crescente e, portanto impedir um ajuste [recessivo]” (Goodman, 1992: 112-113)

Essa terceira medida permitiu ao governo Pompidou no período de janeiro a maio de 1974, a obtenção de uma linha de crédito de \$2.5 bilhões, além de ter encorajado as firmas do setor público a pedir emprestado do exterior também. (Goodman, 1992: 113) Uma ajuda que o governo Mitterrand não iria contar, pois em 1981-1982, o cenário internacional estava ainda mais restritivo. Segundo Goodman:

“The willingness of international markets to continue lending France enabled the government to sustain its expansionary policy without a rapid depreciation in the exchange rate.” (Goodman, 1992: 113)

⁷² O quadro se agravou ainda mais com o primeiro choque do petróleo ocorrido a partir de outubro de 1973: “Pompidou’s domestic predicament became even more difficult when the oil shock hit at the end of the year [of 1973]. The quadrupling of the price of oil fueled inflationary pressures and, at the same time, worked to reduce the growth rate. The government expected to pay its higher oil bill – which amounted to 3 percent of domestic incomes and expenditures – through higher growth and exports. Therefore, the Banque de France continued to provide ample credit to the economy (which rose by 18.2 percent for the year as a whole); and in this way it managed to keep the economy growing at a rate of 5.4 percent in 1973 – but at a high cost of over 7 percent inflation plus a deterioration in the current account. As inflation rose and the current account deteriorated, the franc came under increased pressure, amplified by participation in the snake.” (Goodman, 1992: 112)

Apesar da opção pela saída da serpente, Pompidou declarou que essa não era uma boa medida, visto que a França deveria coordenar sua política monetária com os alemães. (Friend, 1991) Enquanto que no início de 1974, a inflação na França atingia seus maiores índices desde o início da Quinta República, a RFA conseguia conter de forma bem sucedida sua inflação, o que permitia melhor balança comercial para a Alemanha e piora na balança comercial francesa, pressionando o franco para baixo, levando, como já citado, à primeira saída da França da serpente. O franco, a despeito da ascensão do marco após a crise especulativa de novembro de 1968, "permaneceu forte até 1973, reforçado pelo forte crescimento econômico desde a Segunda Guerra Mundial e um superávit comercial até 1972", situação esta que foi alterada em janeiro de 1974, pelos motivos expostos. (Howarth, 2000: 44)

2.4 A política externa francesa e o eixo franco-germano na era Giscard (1974-1981)-Schmidt (1974-1982)

“The natural and confiding intimacy which existed between Helmut Schmidt and myself was without doubt a unique case in the relations among the leaders of great contemporary states” (Valéry Giscard d’Estaing, *apud* Friend, 1991: 56)

Os ciclos de política econômica na gestão Giscard ocorreram dentro de um contexto político internacional, onde a política externa desempenhava também o seu papel, em especial na relação entre França e Alemanha Ocidental, com os presidentes dos dois países atuando de forma coordenada. Nesse quadro, a parceria entre os presidentes de seus respectivos países, Giscard como presidente da França e Helmut Schmidt, como chanceler alemão pelo partido Social Democrata, se iniciou quando ambos ainda eram ministros das finanças em seus respectivos países, no momento em que França e Alemanha buscavam se ajustar às mudanças ocorridas no sistema monetário internacional depois da ruptura dos EUA com os acordos de Bretton Woods em agosto de 1971. E se estendeu ao longo de seus mandatos como presidente e chanceler iniciados simultaneamente em maio de 1974. Segundo Friend:

“They communicated easily in English, seeing and telephoning each other frequently. Both men were highly intelligent, experienced, impatient. Schmidt had expertise in both defense and financial matters, Giscard primarily in the latter. Their greatest success was to be in this field.” (Friend, 1991: 57)

Logo que assumiram em 1974, o primeiro choque do petróleo já estava em marcha, com os efeitos na economia começando a se fazer sentir levando os presidentes do eixo franco-germano a realizarem que “eles deveriam coordenar suas políticas tanto quanto possível, controlar a inflação e evitar uma volta a um protecionismo.” (Friend, 1991: 57)

O eixo franco-germano e o Reino Unido

O comportamento do Reino Unido dentro da CEE demonstrou que o eixo do processo de integração se encontrava no eixo franco-germano. O RU demandou uma redução dos seus pagamentos para a CEE, e se mostrou intransigente em questões como a pesca e a crise a respeito do petróleo do Mar do Norte, deixando-o separado do resto dos países, “fortalecendo a entente entre França e Alemanha” e desapontando os europeístas que acreditavam numa Europa Unida, com o Reino

Unido formando uma espécie de triangulação (um "strong third") vis-à-vis a liderança de França e Alemanha. (Friend, 1991: 60) Segundo a Revista Inglesa Economist:

"[The rest of Europe] has come to march to the tune of France and West Germany ... Close cooperation between Europe's Siamese twins makes so much sense that the relationship must be seen as permanent." (apud, Friend, 1991: 60)

E sobre a liderança do processo de integração europeu, a revista também sugeria que Giscard tinha a "aura" do chefe de Estado líder da Europa, "porque Schmidt queria daquela forma", uma vez que, apesar dessa aparência, para os observadores mais atentos, o chefe de Estado líder da Europa era, de fato, o chanceler alemão Schmidt, e não Giscard. (Friend, 1991: 60) Haja vista a proeminência da Alemanha Ocidental do ponto de vista econômico. Na prática, o que a França buscava era manter seu status de potência hegemônica da Europa, mas o fator econômico estava pesando cada vez mais, e o Mitterrand U-turn viria a consolidar essa posição de liderança econômica da Alemanha na Europa e nos rumos do processo de integração europeu.

O eixo franco-germano e a União Soviética

O principal cálculo da política externa tanto da França quanto da Alemanha Ocidental se baseava na relação entre os dois países, juntamente com o seu posicionamento diante do condomínio de poder estadunidense-soviético e do eixo anglo-saxão. Esse cálculo influenciou a orientação básica da política externa de Giscard, que tinha como meta o avanço do processo de integração europeu, boas relações com os Estados Unidos, e também a busca, na mesma linha de De Gaulle, de uma relação privilegiada com a União Soviética.⁷³

Desde a época em que era ministro da economia e das finanças, Giscard tinha uma boa relação com os soviéticos, dessa forma, quando presidente, Giscard procurou manter essa boa relação, visto que tinham efeitos benéficos, não apenas do ponto de vista da política externa, mas também do ponto de vista da política doméstica. Do ponto de vista da política doméstica francesa, boas relações francesas com os soviéticos, traziam, em retribuição, algum tipo de controle sobre o Partido Comunista Francês. Essa boa relação pode ter influenciado a sabotagem

⁷³ "Progress toward European integration was the only grand design in foreign policy of Giscard's presidency, and the one where his prior experience served him best. In other affairs he wished both to preserve something of the Gaullist manner and policy and simultaneously to get on well with all major powers. He wanted a better relation with the United States than that maintained by Pompidou (...). Still, he also believed in and wished to keep France's 'privileged relation' with the Soviet Union." (Friend, 1991: 61)

do PCF, frente à União da Esquerda em 1977 (terceiro ano do mandato de Giscard), que tinha como certa sua vitória nas eleições parlamentares francesas de 1978 (vencida pelos conservadores). (Friend, 1991: 61)

Já do ponto de vista da política externa francesa, uma boa relação com a União Soviética era de grande importância dentro dos cálculos de balanço de poder de Giscard, visto que a Alemanha Ocidental, durante a gestão de Helmut Schmidt, devido “a uma série de problemas de política interna” havia se afastado da Ostpolitik.⁷⁴ Apesar da boa relação entre França e Alemanha Ocidental, ou entre Giscard e Schmidt, a Alemanha estava se fortalecendo cada vez mais como potência econômica européia, e isso gerava receios em Giscard, a despeito da boa relação que mantinha com o chanceler alemão. Logo, no cálculo de Giscard, a manutenção de uma boa relação com a União Soviética poderia servir como um “poder balanceador” vis-à-vis o poderio alemão, visto que Giscard “temia uma relação desbalanceada na Europa Ocidental”, com uma Alemanha muito poderosa, especialmente do ponto de vista econômico. (Friend, 1991: 61) Essa estratégia visava evitar que um único país dominasse o processo de integração europeu, conforme declarou o próprio Giscard:

“It would not be good if one country in Europe could dominate. One can have no confederation in which one member dominates. It would explode. There should be at least two countries in Europe with comparable influence. As I see it today, these are the Federal Republic and France. It would not be good if there were only one. Ultimately, that would be unacceptable.” (*apud*, Friend, 1991: 61-62)

Em 1979, a União Soviética invade o Afeganistão. Giscard se recusou a “seguir a política de sanções proposta pelos EUA e também o boicote às Olimpíadas de 1980 em Moscou”, enquanto que Schmidt, apesar de ainda estar chateado com Carter, permanecia preocupado em manter boas relações com os EUA, o que levou-o a atrasar seu anúncio de boicote aos jogos olímpicos. (Friend, 1991: 62) Dois anos depois, Giscard perdeu as eleições para Mitterrand em maio de 1981. Num balanço de seu governo, diz Friend:

“[Giscard’s] cooperation with the Federal Republic – or, more properly, with Helmut Schmidt – had produced important and lasting results. His domestic stewardship had left him vulnerable to attack both from the left and his own coalition on the right, however. His view of France’s relations with the Soviet Union had turned out to be obsolete, in the mind of French public opinion and the electorate. His German colleague would himself soon have to face a

⁷⁴ Ostpolitik. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. [Consult. 2012-01-23]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$ostpolitik](http://www.infopedia.pt/$ostpolitik)>.

domestic challenge that would remove him too from the political scene.”
(Friend, 1991: 62)

2.5 A política econômica na gestão de Giscard d’Estaing (1974 – 1981)

“The austerity measures of June 1974 [one month after Giscard won presidency], were very successful. They permitted a return of the franc to the Snake a year later, a considerable drop in inflation and a trade surplus for 1975. In September 1975, Giscard could no longer resist the pressure from the Chirac government [the Gaullist majority in parliament] which insisted upon adopting measures to stimulate economic growth and combat rapidly growing unemployment. However, the government’s reflationary package was excessive: inflation rose and the trade deficit exploded. Under such conditions the franc was again placed under downward pressure and on 12 March 1976, after a brief monetary crisis during which the Germans refused to revalue the mark, the French floated the franc [leaving the Snake]. The Chirac government maintained these policies until the summer of 1976, [when Chirac resigned and Raymond Barre assumption as prime minister adopting austerity measures].” (Howarth, 2000: 44)

Inflexão 2. Das políticas orientadas para o crescimento de Pompidou para as medidas de austeridade pós-eleição de Giscard

Georges Pompidou faleceu em 2 de abril de 1974, impedindo que o governo adotasse medidas mais restritivas num momento de grande “incerteza política”, conforme declarou um oficial sênior do governo Pompidou. Durante o período da campanha eleitoral presidencial de 1974, as políticas monetária e fiscal acabaram ficando no “piloto automático” “enquanto que a situação econômica doméstica se deteriorava”. (Goodman, 1992: 114) No final do período da campanha eleitoral (abril e início de maio de 1974), a taxa de inflação estava aumentando como efeito do primeiro choque do petróleo e dos salários crescentes, resultando em perda de competitividade das exportações francesas, aliadas a uma redução da demanda por estas, que levaram a um déficit de conta corrente de \$2.5 bilhões nos primeiros seis meses de 1974 (janeiro a junho). Uma situação que iria dificultar bastante a não-adoção de políticas monetárias restritivas, qualquer que fosse o candidato eleito. (Goodman, 1992: 115)

E foi exatamente o que aconteceu. Logo após ganhar as eleições, Giscard realizou a segunda inflexão de política econômica do período 1969-1982, quando o Ministro das Finanças, Jean-Pierre Fourcade anunciou um plano de austeridade, em junho de 1974, para desaquecer a economia (“plan de refroidissement” ou “cooling-off plan”) com aumento de impostos e tetos mais restritivos para a concessão de créditos, com a exceção de empréstimos bancários voltados para o financiamento

das exportações e investimentos em setores que diminuíssem a dependência na importação de petróleo. (Goodman, 1992: 115)

Segundo Howarth, as medidas de austeridade de junho de 1974 foram bem sucedidas em alguns aspectos: primeiro, permitiram que a França retornasse à serpente monetária em junho de 1975; segundo, a inflação caiu consideravelmente; e, terceiro, foi obtido um considerável superávit comercial para o ano de 1975. (Howarth, 2000: 44) Entretanto, na gestão Pompidou, os limites da política expansionista começaram a se manifestar no penúltimo ano de seu governo – 1973. E mais adiante, os limites das medidas de austeridade impediriam que essas fossem mantidas por muito tempo. Segundo Goodman:

“The restrictive policies implemented in Giscard’s first months in Office were gradually reinforced by the dampening effect of a decline in world trade. As a result, the French economy fell into recession at the end of 1974; the current account consequently improved, but unemployment also began to rise. Government officials watched this rise in unemployment with some trepidation, for their memories of May 1968 remained quite vivid.” (Goodman, 1992: 116)

Se a recessão e o desemprego seriam facetas econômicas dos limites enfrentados pelo governo francês após a implementação de medidas austeras, o receio de uma guinada nas urnas em favor da União da Esquerda, como fruto do descontentamento com a situação econômica durante o primeiro ano do governo Giscard, seria a faceta política do mesmo processo, que começou a mobilizá-los na direção da terceira inflexão de política econômica, com a adoção de políticas expansionistas.

As eleições parlamentares de outubro de 1974 “demonstraram crescente suporte para a União da Esquerda”, o que levou o governo Giscard a temer que essa tendência levasse à vitória da esquerda nas próximas eleições (locais em março de 1976, municipais em março de 1977 e parlamentares em março de 1978). Tal receio e tal possibilidade “levou o governo Giscard a mudar de marcha em direção a um programa mais expansionista.” (Goodman, 1992: 116)

O governo começou a adotar algumas medidas expansionistas, como tetos mais altos para o crédito, anunciados em dezembro de 1974, e aumento de gastos, porém, estas não foram suficientes para “diminuir o crescimento do desemprego” que levou a uma insatisfação da população com o governo Giscard, refletida nos relatórios de maio de 1975, obtidos em pesquisas realizadas por quadros do governo que viam uma “nação pessimista crescentemente insatisfeita com seu governo.” (Goodman, 1992: 116-117) E tal insatisfação preocupava o governo, por causa das eleições locais de março de 1976, visto que, “apesar de não ameaçarem

a maioria conservadora na Assembléia nacional, representavam um referendun da população a respeito da política do governo e fornecia uma pista para o futuro político da França." (Goodman, 1992: 117) Nessas circunstâncias, Giscard não conseguiu resistir mais à maioria parlamentar neogaullista que pressionava o governo Giscard (que era do Partido Republicano Independente, "centrista") para adotar medidas expansionistas. Segundo Howarth: "In September 1975, Giscard could no longer resist the pressure from the Chirac government which insisted upon adopting measures to stimulate economic growth and combat rapidly growing unemployment." (Howarth, 2000: 44)⁷⁵

Inflexão 3. O pacote expansionista de Chirac

Em setembro de 1975, o Primeiro Ministro Jacques Chirac inicia a adoção de um pacote expansionista, a terceira inflexão de política econômica francesa desde o final da gestão de Gaulle. Um pacote que, em termos financeiros, foi bastante próximo do pacote que Mitterrand iria adotar no início do seu governo. Segundo Singer: "In financial terms, the package [of Mitterrand's government], designed at the same time to spur output through higher consumption, was not comparatively bigger than the one introduced by Chirac's government after Giscard's election in 1974." (Singer, 1988: 108)⁷⁶

Entretanto, o pacote expansionista de Chirac exacerbou os mesmos problemas que foram vistos no final da gestão Pompidou: aumento da inflação, problemas no balanço de pagamentos e pressão sobre o franco. Diante de tais circunstâncias, a desvalorização do franco era uma solução, mas que, mais e mais, se mostrava eficiente até certo ponto:

"Devaluation was only a temporary solution to the balance of payments problem as it led to even higher levels of inflation which further contributed to the trade deficit. However, given domestic political constraints, which encouraged growth-oriented policies, the French only fully embraced the

⁷⁵ Howarth organiza o período de 1969 a 1981, em três momentos: 1. Políticas voltadas para o crescimento em Pompidou (1969—1974); 2. Políticas "stop and go" em Giscard (1974-1976); 3. E o terceiro momento que começa em setembro de 1976 com as medidas de austeridade após a posse de Raymond Barre como primeiro-ministro, indo até o fim da gestão Giscard em 1981. A diferença da periodização de Howarth para a atual pesquisa é que estamos analisando o período de 1969 a 1983, como um longo período de "stop and go" policies, porém, um ciclo que transcende os mandatos dos presidentes. (Howarth, 2000: 44)

⁷⁶ E segundo John Goodman: "In September 1975, Prime Minister Jacques Chirac disregarded his finance minister, who argued that a stimulus package of more than FF 15 billion would spur inflation and imports. Chirac announced a package twice that size. The additional expenditures contributed to a budget deficit of FF 45.7 billion, financed primarily through monetary creation, which led to a 15.9 percent increase in the money supply in 1975. The economy, buoyed by this procyclical stimulus, grew at an annual rate of 6.4 percent during the first half of 1976." (Goodman, 1992: 117)

goal of price stability in august 1976 with the appointment of Raymond Barre as prime minister.” (Howarth, 2000: 43)

Um ponto chave durante a adoção de políticas expansionistas na França era que seus principais parceiros comerciais (com destaque para a Alemanha) não estavam seguindo o mesmo ritmo de crescimento, o que levava a um ciclo: as políticas expansionistas estimulavam fortemente a demanda francesa por importações, enquanto que, paralelamente, o menor ritmo de crescimento dos parceiros comerciais não gerava um aumento equivalente na demanda pelas exportações francesas, resultando em déficit comercial. (Goodman, 1992: 117) A França, que após a adoção do pacote de austeridade a partir de junho de 1974, havia estabilizado sua balança comercial, tinha agora suas contas desequilibradas, após o pacote expansionista de Giscard/Chirac, adotado a partir de setembro de 1975, apresentando, portanto, um déficit no ano de 1976. Isso pressionou o franco, e a França teve que sair da “serpente” pela segunda vez, em março de 1976. (Goodman, 1992: 117)

A saída da “serpente” evitou que o governo adotasse uma política econômica mais austera, pelo menos até antes das eleições locais que ocorreriam em março de 1976. (Goodman, 1992: 118) Logo, o que impediu que um novo “teto” às políticas expansionistas do pacote de Chirac fosse adotado, foi a data das próximas eleições locais e também, a “ameaça da militância dos trabalhadores”. (Goodman, 1992: 118) Porém, os problemas de balanço de pagamentos levaram Giscard a perceber que, apesar do adiamento da adoção de políticas mais restritivas, estas seriam inevitáveis.⁷⁷

Tais problemas levaram Giscard a pressionar o governo para a readoção de medidas austeras, levando Chirac a renunciar e Raymond Barre a assumir o cargo. Esse processo levou à quarta inflexão de política econômica, do “go-Chirac”, para o “stop-Barre”.

“The government’s reflationary package was excessive: inflation rose and the trade deficit exploded. Under such conditions the franc was again placed under downward pressure and on 12 March 1976, after a brief monetary crisis during which the Germans refused to revalue the mark, the French floated the franc. The Chirac government maintained these policies until the summer of 1976.” (Howarth, 2000: 44)

Inflexão 4. O “stop-Barre”

⁷⁷ Segundo Goodman: “While France’s strong reserves, together with its ability to borrow funds on international markets, did enable policy-makers to delay the required adjustment, Giscard d’Estaing nevertheless had to acknowledge that the nation could not swim indefinitely against an international tide.” (Goodman, 1992: 118)

Após a adoção do pacote expansionista de Chirac, e antes de Barre assumir o posto de primeiro-ministro, como já citado, a economia francesa se encontrava com sérios problemas relativos a balanço de pagamentos e inflação, agravadas pelo primeiro choque do petróleo em 1973-74. Segundo o futuro primeiro-ministro Barre, em 1974, na adoção do pacote de austeridade logo após a eleição de Giscard, as empresas francesas foram as que pagaram o custo mais alto, e por isso "cortaram drasticamente seus investimentos"; e, em seguida, com o pacote expansionista de Chirac, esse custo foi transferido para o Estado, visto que levou a um aumento dos investimentos, porém, com um "forte déficit orçamentário, e um enfraquecimento do franco." (Lauber, 1983: 89) Barre analisava que essa situação não iria perdurar, e que uma disciplina econômica seria necessária para que a indústria francesa pudesse se fortalecer de forma a poder se "confrontar competição intensificada no mercado internacional." (Lauber, 1983: 89)

Raymond Barre foi nomeado primeiro-ministro em agosto de 1976 e lançou um pacote de austeridade em setembro do mesmo ano. Segundo Howarth:

"For the first time since May 1968, the French government was ideologically committed to anti-inflationary measures. Barre succeeded in lowering inflation and the trade deficit, and the franc strengthened against the mark. With the brief exception of 1981 to 1983, this remained official government policy into the 1990s." (Howarth, 2000: 44-45)

Essa observação de Howarth ajuda a visualizar que, do ponto de vista do ciclo analisado no período de 1969 a 1983, os únicos momentos de adoção de políticas expansionistas de 1969 até os anos 1990 teriam sido: a gestão de Pompidou (maio de 1969 a maio de 1974); o pacote de Chirac durante a gestão Giscard (de setembro de 1975 a agosto de 1976); e o início da gestão Mitterrand-Mauroy (de maio de 1981 a Junho de 1982). Se a observação de Howarth se confirma, o restante da gestão Mitterrand (de 1983 a 1995) e os primeiros anos da gestão do presidente Jacques Chirac (1995-2007) nos anos 1990, teriam seguido políticas antiinflacionárias, na linha da ortodoxia predominante na economia mundial dos anos 1990.

Essa mudança de rumos na economia francesa, segundo Howarth, também foi influenciada pela posição econômica da RFA visto que, "a partir de 1974, a fraqueza estrutural da economia francesa em comparação com a economia alemã se tornou crescentemente aparente." (Howarth, 2000: 45) A Alemanha Ocidental conseguia conciliar uma taxa de inflação e de desemprego um pouco menor que na França, com uma taxa de crescimento maior que a francesa. Nesse quadro, as mudanças ocorridas na economia francesa com a adoção de políticas austeras após a posse de Barre em 1976, teve relação com uma adesão ao "modelo alemão de

crescimento econômico com baixa inflação”, um modelo que iria se tornar o “leitmotiv da presidência de Giscard.” (Howarth, 2000: 45-46)

Além do aspecto econômico da escolha de Barre, havia também um aspecto político. Barre, do partido “de centro” da União para a Democracia Francesa (*Union pour la Démocratie Française* - UDF) era o primeiro primeiro-ministro da Quinta República que não era membro de um partido Gaullista (Goodman, 1992: 119), visto que na gestão Pompidou, os primeiros-ministros Chaban-Delmas e Messmer, e na gestão Giscard, Jacques Chirac, eram do partido gaullista da União dos Democratas pela República - UDR (*Union des démocrates pour la République*). Isso permitia que Giscard criasse uma “maioria mais centrista, afastando sua base de suporte político do partido gaullista de Chirac.” (Goodman, 1992: 119)

A entrada de Barre marcou uma mudança radical na linha de política econômica, em comparação com a linha de Chirac. Barre assumia o mandato, portanto, para impor um programa de austeridade econômica, pois acreditava que sua abordagem austera iria solucionar os problemas de balanço de pagamentos, o que, por sua vez, iria viabilizar o tão almejado crescimento e resolver o problema do desemprego. Em tese, a política austera de Barre solucionaria os problemas criados pela adoção de políticas expansionistas, e ainda alcançaria o objetivo do crescimento, através de um equilíbrio das contas externas.⁷⁸

Barre enfatizou a importância e os efeitos benéficos da estabilidade da taxa de câmbio e da estabilidade monetária. Para Barre, uma taxa de câmbio “estável”, ou até mesmo sobrevalorizada frente ao marco alemão, “forneceria a disciplina necessária para a economia francesa; através da escolha do marco como uma meta, ele esperava ‘importar’ para a França o modelo econômico do seu maior parceiro comercial.” (Goodman, 1992: 119) Além disso, “a pressão resultante desse comprometimento com a taxa de câmbio iria forçar as firmas francesas a controlarem seus preços para baixo, resistirem a demandas por aumentos salariais, e buscar melhores posições no mercado mundial, em suma, a ficarem mais competitivas.” (Goodman, 1992: 119) E a respeito da estabilidade monetária, a política econômica de Barre se centrava num “rígido controle da oferta monetária” que visava conter a inflação e fortalecer a credibilidade do seu programa econômico. (Goodman, 1992: 120)⁷⁹

⁷⁸ Segundo Goodman: “[According to Barre’s view] growth would be sustained when the balance of payments remained in equilibrium, and maintaining external balance depended, in turn, on the international competitiveness of French industry. The key to real growth, Barre suggested, lay in reducing inflation and improving the profitability of French firms. His program included wage moderation, a balanced budget, exchange rate stability, and firm control of the money supply.” (Goodman, 1992: 119)

⁷⁹ Para detalhes sobre a política monetária de Barre, ver Goodman, 1992, p. 120.

Porém, a prática mostrou que Barre não conseguiu alcançar todos os seus objetivos. Ela não conseguiu conter a inflação, que passou de 9% em 1977 a 13% em 1980, em parte, devido ao fato de que o governo Barre adotou medidas de austeridade monetária, sem adotar medidas de austeridade fiscal, devido ao medo de gerar insatisfação dos trabalhadores e perda de votos. (Goodman, 1992: 123)

Logo, mesmo no período de "stop" de Barre, o governo de Giscard se deparou com o "piso" político da adoção de medidas austeras, ou seja, a reação nas urnas da população francesa e a constante ameaça, para os conservadores, de uma guinada para a União da Esquerda.⁸⁰

É por esse motivo que Volkmar Lauber separa a gestão de Barre em três fases: a primeira fase, que foi de setembro de 1976 a março de 1978, foi de "relativa moderação", devido à preocupação dos conservadores com a eleição parlamentar que ocorreria em março de 1978; a segunda fase, analisada a seguir, começa após a vitória dos conservadores nas eleições parlamentares de março de 1978, quando Barre se sentiu mais livre para impor medidas mais austeras; e a terceira fase, inicia em 1979 após o segundo choque do petróleo e foi marcada por uma política ainda mais austera. (Lauber, 1983: 92-93)

Segunda fase da gestão Barre – de março de 1978 a 1979

A segunda fase da gestão Barre, começa após a vitória dos conservadores nas eleições parlamentares de março de 1978, que ocorreu devido, em grande parte, a quebra da aliança entre os Partidos Socialista e Comunista. Com essa vitória, Barre se sentiu mais livre para impor sua política austera. (Lauber, 1983: 93)

Barre tomou algumas medidas visando cortar a inflação e tornar as companhias francesas mais competitivas: propôs uma redução significativa na expansão monetária; começou a liberalizar preços e ampliou o acesso das empresas francesas à bolsa de valores, "com o objetivo de fortalecer o balancete das companhias fazendo-as menos dependentes de financiamento bancário." (Goodman, 1992: 124) Essas medidas também foram fortalecidas pela decisão de Giscard "em cooperar com o chanceler Helmut Schmidt na criação do Sistema Monetário Europeu" (Goodman, 1992: 124), analisado adiante, visto que Giscard estava esperando o resultado das eleições parlamentares de março de 1978, para

⁸⁰ "During Barre's first year in Office, his initial steps toward austerity did threaten to provoke a voter backlash. Parties in the conservative government failed to gain a majority of the vote in the March 1977 municipal elections, and it appeared that they would lose in the parliamentary elections scheduled for March 1978. Given the popularity of the massive reflationary program proposed by the Union of the Left, Barre remained reluctant to adopt any unpopular economic measures." (Goodman, 1992: 123)

consolidar e anunciar o novo passo de integração monetária para os novos membros da CEE (como será analisado a seguir no item 2.3.2).

Entretanto, apesar de Barre ter se sentido mais livre para impor as medidas austeras, ele continuou sofrendo pressão política, não mais pela União da Esquerda ou por uma possível derrota nas urnas, mas pela UDR, o partido gaullista liderado pelo ex-primeiro-ministro Jacques Chirac, recém saído do cargo em setembro de 1976, e que tinha metas de conquistar a presidência da república. Essa pressão política "enfraqueceu a habilidade do governo em levar adiante qualquer política monetária rigorosa o suficiente para alcançar seus objetivos." (Goodman, 1992: 125)

Terceira fase da gestão Barre - 1979

Entretanto, mudanças no cenário internacional em 1979, iriam afetar fortemente os rumos da economia mundial e da economia francesa. Até 1979, "o ambiente monetário internacional permaneceu permissivo, permitindo que o governo francês adotasse políticas monetárias mais soltas sem repercussões negativas no balanço de pagamentos ou na taxa de câmbio", entretanto, nesse mesmo ano, o segundo choque do petróleo, mais a elevação da taxa de juros norte-americana a partir de setembro e a adoção de políticas monetárias ainda mais restritivas nos EUA e na RFA repercutiram fortemente na economia francesa. Nesse cenário internacional, o então primeiro-ministro Barre, viu que a França não poderia mais manter políticas monetárias expansivas, visto que tais medidas iriam gerar uma espiral inflacionária nos preços franceses e gerariam um novo déficit em conta corrente. A resposta de Barre a esse novo cenário internacional mais restritivo foi uma diminuição dos limites de crédito e uma elevação da taxa de juros. (Goodman, 1992: 125)

A gestão Giscard e os conservadores, dentro desse quadro recessivo internacional, se encontravam com sérios problemas. O aumento do preço do petróleo afetava fortemente a economia francesa (devido a sua forte dependência a este produto) e a recessão mundial, em 1980, diminuiu a demanda pelas exportações francesas. Em outros momentos, como antes das eleições parlamentares de 1978, os conservadores conseguiram postergar a adoção de medidas austeras e impopulares, entretanto, nem as eleições presidenciais do ano seguinte, marcada para maio de 1981, conseguiram fazer com que Giscard e Barre abandonassem as medidas recessivas de política econômica. As restrições internacionais se mostraram mais decisivas que as questões políticas nacionais.⁸¹

⁸¹ "France's experience at the turn of the decade revealed that, in reality, the international environment set the outer limits for national monetary policy. Barre had been willing to allow monetary policy to expand beyond domestic targets – but not beyond trends in international

As medidas de austeridades (juntamente com o cenário internacional) continuaram agravando a recessão francesa e a impopularidade de Giscard e dos conservadores cresceu, preparando o terreno para a vitória de Mitterrand em maio de 1981. A eleição de Mitterrand, em parte, ilustra a insatisfação da população francesa com a ortodoxia aplicada durante a gestão Giscard/Barre (a despeito de que a recessão tenha sido, em grande parte, fruto do cenário internacional recessivo). Nesse ponto do ciclo, temos uma inflexão de política econômica com uma mudança de presidente, que, por sinal, foi um padrão no período analisado de 1969 a 1983, pois ocorreram na mudança da gestão de De Gaulle para Pompidou, de Pompidou para Giscard, e de Giscard para Mitterrand.

2.5.1 Da “Serpente” ao Sistema Monetário Europeu

Desde a serpente monetária européia, até a criação do Sistema Monetário Europeu – SME, França e Alemanha Ocidental atuaram de forma bastante coordenada. No processo de entrada e saída da França da serpente monetária o presidente francês Giscard e o chanceler alemão Helmut Schmidt trabalharam juntos, de forma a melhorar o sistema financeiro e fortalecer a cooperação européia, tendo Schmidt apoiado a iniciativa de Giscard de manter os encontros econômicos anuais, estipulados pelo Tratado Franco-Germânico de 1963. (Friend, 1991: 57) No encontro franco-germânico de fevereiro de 1977, foi anunciado que a partir de então, os ministros das finanças e da economia iriam se encontrar trimensalmente e, além disso, desde dezembro de 1974, os nove chefes de Estado da CEE, ou “Europa dos Nove” (França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e os recém ingressados Reino Unido, Irlanda e Dinamarca durante a gestão Pompidou) já haviam acordado se encontrarem três vezes por ano na forma de um Conselho Europeu (uma instituição diferenciada do Conselho da Europa).⁸²

markets. When the United States and West Germany tightened monetary policy, Barre and Giscard felt forced to do the same. In fact, it was Giscard’s desire to give greater weight to this external constraint that led him to join the EMS.” (Goodman, 1992: 126)

⁸² Conselho da Europa é diferente de Conselho Europeu: “**Conselho da União Europeia.** O Conselho da União (Conselho de Ministros ou Conselho) é a principal instituição que tem poderes de decisão na União Europeia. Reúne os ministros dos quinze Estados membros competentes em matéria que consta na ordem do dia: assuntos externos, agricultura, indústria, transportes, etc. Cada país da União exerce a Presidência, por rotatividade, por um período de tempo de 6 meses. As decisões do Conselho correspondentes ao primeiro pilar (Cidadania da União, políticas da Comunidade, União econômica e monetária...) tomam-se a partir de propostas da Comissão. Desde a entrada em vigor do Tratado de Amsterdão, o Secretário-Geral desempenha a função de Alto Representante para a política externa e de segurança comum. Conta com a assistência de um secretário geral adjunto, nomeado por unanimidade pelo Conselho e encarregado da gestão da Secretaria Geral do Conselho. O actual Secretário Geral é o espanhol Javier Solana.” **Conselho Europeu.** “Chama-se Conselho Europeu às reuniões regulares dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros da União Europeia. Foi instituído pelo comunicado final da Cimeira de Paris de

Entretanto, em 1978, durante a gestão Giscard, do ponto de vista da integração europeia, ocorreu um importante passo relativo a integração econômica da Europa, que foi a criação do Sistema Monetário Europeu. No cenário internacional, a política monetária norte-americana, a partir da ruptura com Bretton Woods, afetou fortemente a política monetária europeia, uma vez que a instabilidade do dólar levava a uma corrida ao marco alemão e afetava a capacidade dos países da CEE de manter a paridade de suas moedas dentro das margens da "serpente monetária" (1972-1978), analisada no capítulo anterior. Nesse quadro:

"[The German chancellor] Schmidt wanted to keep the mark from becoming a reserve currency and resented Washington's inability to put its own house in order. As relations with Washington became more strained, cooperation with Paris on a European initiative grew more attractive." (Friend, 1991: 58)

A França já havia deixado a "serpente" em janeiro de 1974, retornado em junho de 1975, e saído novamente em março de 1976, levando Schmidt a se reunir com Giscard para elaborarem formas de coordenarem a política monetária europeia, que levaria a formação do Sistema Monetário Europeu. Segundo Goodman:

"The Idea of a new system, one that was more comprehensive and more constraining than the snake, was not new; the idea had already been advanced in 1977 by Roy Jenkins, then president of the European Commission. But nothing much happened until 1978, when Chancellor Helmut Schmidt converted to the cause." (Goodman, 1992: 188)

Nesse caso, a iniciativa do SME partiu do chanceler alemão Helmut Schmidt, que foi motivado pela fuga do dólar com subsequente forte procura pelo marco alemão, que por sua vez levou a sua apreciação, "não apenas em termos nominais, mas também em termos reais" (ou seja, uma valorização mesmo levando-se em conta o índice de inflação alemão), o que significou uma perda de competitividade dos produtos alemães no comércio internacional, a despeito de sua política antiinflacionária. E, como a Alemanha era fortemente dependente de suas exportações, o chanceler, temendo que a perda de competitividade levasse a um menor crescimento da economia e a um maior desemprego, realizou que "uma cooperação europeia mais ampla iria servir para proteger o marco de tais pressões externas." (Goodman, 1992: 188) A idéia seria estabelecer uma margem mais

Dezembro de 1974. O Acto Único Europeu consagrou juridicamente a sua existência e recebeu um estatuto oficial no Tratado da União Europeia. Reune-se pelo menos duas vezes por ano e inclui, como membro de direito, o Presidente da Comissão Europeia. O seu objectivo consiste em dar à União Europeia os impulsos necessários para o seu desenvolvimento e em definir as orientações políticas gerais". Fonte: www.historiasiglo20.org

estreita de flutuação entre as moedas os países da CEE, juntamente com um aumento da coordenação das políticas macroeconômicas.

Antes de anunciar aos demais membros da CEE, a primeira pessoa que Schmidt conversou privadamente sobre um novo sistema monetário europeu foi o presidente Giscard d'Estaing, "que recebeu a proposta entusiasticamente, por suas próprias razões." (Goodman, 1992: 188) Giscard, durante o início dos anos 1970, já "havia aprendido que a França não poderia divergir das tendências da economia mundial – a não ser a um custo econômico muito pesado" (Goodman, 1992: 188), e Mitterrand viria a realizar isso durante os primeiros anos do seu governo. Então, como já analisado, em conjunto com o primeiro-ministro Barre, Giscard, antes da adesão ao SME, passou a adotar políticas austeras e atrelou o franco ao marco, uma estratégia denominada de "opção pela moeda forte" ("strong currency option"). (Goodman, 1992: 188)

As conversas iniciais sobre o novo sistema, entre representantes do governo francês e alemão, começaram em fevereiro de 1978 e foram até abril do mesmo ano. Após isso, o eixo franco-germano apresentou a proposta aos líderes da CEE. Do ponto de vista francês, Giscard esperou o término das eleições parlamentares realizadas em março de 1978, onde os conservadores obtiveram vitória sobre a União da Esquerda, e "se sentiu politicamente seguro o bastante" a respeito da iniciativa europeia de Schmidt, o Sistema Monetário Europeu. (Goodman, 1992: 188-189) Giscard não tinha apenas motivos econômicos para entrar no SME, mas também políticos. Segundo Goodman:

"The French president (...) had a strong political incentive to join the EMS – namely, the establishment of a broader centrist coalition. (...) By joining, he could establish common ground between his own centrist party and the pro-EC Socialists while isolating both the Communists and his nominal allies, the Gaullists." (Goodman, 1992: 190)

Já na Alemanha Ocidental, a dificuldade de Schmidt foi convencer o Banco Central alemão, o Bundesbank, em aderir ao SME, visto que, devido a sua tradição anti-inflacionária, apresentou resistência em atrelar o marco alemão a moedas de países com políticas mais inflacionárias, como a França e a Itália. O medo era que, tal medida levasse a preços mais altos e diminuísse a habilidade do Bundesbank em controlar a espiral inflacionária. (Goodman, 1992: 190) Nesse processo, a preocupação do Bundesbank era sobre como o SME iria funcionar, e logo após a entrada em funcionamento, em março de 1979, o presidente do Bundesbank Emminger "anunciou que o Banco Central poderia se recusar a obedecer as regras do SME, caso colocassem em risco a meta de estabilidade de preço." (Goodman, 1992: 191)

As decisões finais do SME foram acordadas num encontro entre França e Alemanha, em setembro de 1978 e aprovadas pelo Conselho Europeu no mês seguinte, em Bruxelas, Bélgica, com início do funcionamento em março de 1979. A iniciativa do SME foi considerada "a mais importante conquista da cooperação Franco-germana dentro da CEE". (Friend, 1991: 59-60) A Itália resistiu inicialmente, porém, o primeiro-ministro Giulio Andreotti concluiu: "qualquer que sejam as desvantagens econômicas que possam aparecer devido à adesão [ao SME], os custos políticos de uma não-participação seriam ainda maiores." (*apud* Goodman, 1992: 190) Já o Reino Unido se recusou a entrar no SME, então sob a gestão do Partido Trabalhista liderado pelo Primeiro Ministro James Callaghan (o RU só viria a entrar no SME em outubro de 1990).

O SME entraria em vigor a partir de março de 1979 e estabelecia uma zona de flutuação do valor de câmbio dos países membros numa margem de 2,5%, e incluía também a coordenação conjunta de suas políticas monetárias e o estabelecimento de uma unidade de conta, que seria valorada com base numa cesta das moedas dos países pertencentes à CEE, e levou o nome em inglês (pois não seria politicamente aceitável um termo em francês ou em alemão), de "European Currency Unit", ou ECU.⁸³

Medidas estas que representavam avanços importantes no processo de integração econômico europeu e serviriam como passos rumo ao Ato Único Europeu, em 1986; Maastricht, em 1992; criação do Banco Central Europeu, em 1998; e adoção do euro, em 1º de janeiro de 1999, por onze países membros (dentro da Europa dos XX).

⁸³ Meses depois, entretanto, os EUA elevam a taxa de juros norte-americana com repercussões para a economia mundial e para a França. A análise desse processo ocorrido em setembro de 1979, apesar de se inserir cronologicamente no final da gestão Giscard, será feita no capítulo 3, no item 3.1, referente a descrição do contexto internacional em 1981, ano em que Mitterrand assumiu a presidência.

Capítulo 3. A política econômica nos primeiros anos do governo Mitterrand (1981-1983) e o “Mitterrand U-turn”

“Under President Giscard, a brief period of deflation was followed by an equally short period of reflation. This was followed by a period of stabilization. In 1981, the Socialists made an effort to reflate again while avoiding the pitfalls of such a policy. In addition, they undertook major changes in the distribution of income, wealth, and economic power. In 1982 however, they had to embark on an austerity program (...). Such ‘stop-go’ policies are quite uncharacteristic of French economic management in the postwar period.” (Lauber, 1983: 81)

“French Socialist President François Mitterrand discovered in 1983 that France could not survive as an island of socialist policy in a sea of West European capitalism. His conclusion was that to strengthen France he needed to strengthen Europe – where stagflation and Europessimism still reigned. French-German cooperation helped prepare the European Single Act of 1986, the blueprint for the Europe of 1992.” (Friend, 1991: xx-xxi)

No atual capítulo será analisado, no *item* 3.1, o contexto internacional no início da década de 1980, com destaque para as mudanças do cenário internacional, em especial, a intensificação da guinada mundial para a ortodoxia na esfera de política econômica; no *item* 3.2, será analisado o Mitterrand U-turn, a partir do eixo franco-germano e da política externa francesa do período; no *item* 3.3 será analisado, segundo a perspectiva de Helleiner (1996), o primeiro dos três pontos críticos de transição (“turning points”) – o “turning point” britânico – que conduziram a economia mundial do sistema regulado de Bretton Woods para o sistema das finanças globais, sendo o “Mitterrand U-turn” o quarto e último desses “turning points”; no *item* 3.4 será analisado o objeto inicial e principal da tese, que é a mudança de política econômica do governo Mitterrand (1981-1983), dividida em quatro fases (descritas adiante); no *item* 3.5, será feita uma espécie de consideração final sobre os ciclos de economia política da França, durante o período de 1969 a 1983, analisando-se aspectos como: (i) os “tetos” ou limites encontrados durante a adoção das políticas expansionistas e os “pisos” encontrados ao se tentar adotar ou manter políticas restritivas; (ii) como, de Pompidou a Mitterrand, as restrições econômicas externas foram aumentando gradativamente; (iii) e os aspectos em comum presentes nas gestões de Pompidou, Giscard e Mitterrand.

3.1 O contexto internacional em 1981

A década de 1980, de certa forma, iniciou em 1979, com a ocorrência de quatro eventos extremamente importantes para a economia política internacional: a

intensificação da guinada mundial para a ortodoxia com a vitória de Thatcher na presidência do Reino Unido, a elevação da taxa de juros norte-americana a partir de setembro de 1979, o segundo choque do petróleo e, do ponto de vista europeu, a entrada em vigor do Sistema Monetário Europeu.

Como já citado na análise do contexto internacional dos anos 1970, no início dessa década, as elites financeiras já iniciavam uma mudança de rumos na economia mundial, do "keynesianismo" dos países do então "Primeiro Mundo"⁸⁴ para a adoção de políticas ortodoxas. Após a experiência pioneira do Chile, a partir do segundo semestre de 1979 e passando pelos primeiros anos da década de 1980, essa guinada assume uma radicalização com a chegada ao poder de Margaret Thatcher no Reino Unido em 1979, Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980 e Helmut Kohl na Alemanha Ocidental em 1982, quando os respectivos presidentes e seus governos passam a adotar políticas austeras em seus países, gerando, a partir de então, uma espécie de "efeito dominó" (Fiori, 1998: 115) no qual "todos os demais países industrializados foram adotando sucessivamente as mesmas políticas, mesmo no caso dos governos social-democratas e socialistas" (Fiori, Globalização, hegemonia e império, 1998: 115) e onde essas reformas neoliberais se "espalham por todo o mundo, com a conhecida exceção do Leste Asiático (que só entra em crise na segunda metade dos anos 1990), da Índia e da China, (...) mesmo quando [os demais países] tenham partido de patamares diversos e seguido timings diferentes." (Fiori, De volta à questão da riqueza de algumas nações, 1999: 12.)

Nesse processo, do ponto de vista dos grupos sociais, temos uma intensificação do processo de controle sobre as forças trabalhistas, uma vez que a crise dos anos 1970 tenha levado as elites financeiras e forças conservadoras em geral a um diagnóstico que apontava para a "necessidade de um 'redisciplinamento do mundo do trabalho e das periferias mal comportadas'." (Fiori, Globalização, hegemonia e império, 1998: 117)

Do ponto de vista da política internacional, durante o período da Guerra Fria, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos mantiveram sua posição hegemônica no hemisfério ocidental, porém, nos anos 1960 e 1970, os demais países europeus ocidentais e do chamado "Terceiro Mundo" estavam ganhando força e iniciando o período da "contestação" da ordem bipolar vigente, que vai de 1968 a 1979. (Serrano, 2005) José Flávio Sombra Saraiva, referindo-se

⁸⁴ Sendo que nos países do então "Terceiro Mundo", em geral, vivenciavam projetos desenvolvimentistas, que foram gradativamente sendo interrompidos nos anos 1980, devido aos mecanismos de aumento/negociação das suas dívidas externas, e substituídos, na década de 1990, por modelos de corte ortodoxo-neoliberal, fundamentados em planos de estabilização.

a aproximadamente o mesmo período (de 1968 a 1979) cita os diversos fenômenos que estavam ocorrendo que geravam uma fase de “diversidade de interesses nas relações internacionais”: (1) o revigoramento da capacidade operativa dos Estados europeus juntamente com o nascimento da organização da Comunidade de Estados Europeus; (2) a emergência da economia japonesa; (3) o esforço de afirmação da América Latina; (4) e os movimentos de contestação e reivindicação da ordem bipolar organizados pelos povos do Terceiro Mundo. (Saraiva, 2001: 72)

A esse movimento de contestação dos países do Terceiro Mundo, Saraiva denominou de “ilusões igualitaristas”, uma vez que foi abafado a partir dos anos 1980 com o início de uma crise econômica mundial agravada pela elevação da taxa de juros dos EUA em 1979 e do segundo choque do petróleo ocorrido no mesmo ano. Anos antes, no encontro em Genebra em 1964, nas primeiras sessões das Conferências das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad – *United Nations Conference for Trade and Development*), emergiu o tema da desigualdade econômica entre os povos do então “Primeiro Mundo” e “Terceiro Mundo”. Nesse fórum foi organizado o Grupo dos 77, constituído de países em desenvolvimento. A ONU declarou as décadas de 1960 e 1970, as “Décadas para o Desenvolvimento” e, os países do Terceiro Mundo organizaram a proposta de uma nova ordem internacional mais igualitária, a Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) que foi convertida em Resolução da ONU em 1979. O objetivo era reduzir a dependência dos países em desenvolvimento em relação aos centros hegemônicos. Na década de 1960 surge também o Movimento dos Não-alinhados (MNA) que visava contestar o domínio de poder americano-soviético e cujos expoentes mais conhecidos são os presidentes Nasser do Egito, Nehru da Índia e Tito da Iugoslávia. Segundo Saraiva, esse movimento “foi a tradução política da busca da Nova Ordem Econômica Internacional.” (Saraiva, 2001: 82-84)

Ainda na esfera da política internacional, o processo de retomada da hegemonia norte-americana não se deu apenas na esfera econômica, mas também foi acompanhado nas esferas ideológicas e de segurança internacional. Do ponto de vista da Guerra Fria, o mundo encontra-se mais precisamente na “nova Guerra Fria” (ou “segunda Guerra Fria”), que vai de 1979 a 1991.⁸⁵ Após o período de esfriamento do conflito bipolar na coexistência pacífica e na política da *détente*, a Guerra Fria “ressurge”, com a invasão da URSS ao Afeganistão em 1979, juntamente com a chegada ao poder nos EUA, do presidente Ronald Reagan (que assumiu uma postura novamente agressiva em relação à União Soviética, aliada a

⁸⁵ Os subperíodos anteriores são: 1. Guerra Fria - 1947 a 1953; 2. “coexistência pacífica” - 1953 a 1969; 3. *détente* - 1969 a 1979.

iniciativa militar-tecnológica, a SDI, Strategic Defense Initiative – Iniciativa de Defesa Estratégica, conhecida como “Guerra nas Estrelas”).⁸⁶

Nesse cenário, a Alemanha Ocidental já havia iniciado sua *Ostpolitik* (Política do Leste), na gestão do chanceler Willy Brandt (mas que tinha recuado na gestão de Helmut Schmidt) assim como os próprios Estados Unidos já haviam se aproximado da República Popular da China a partir de 1971 (Fiori, 2005: 91) e já praticavam políticas de ajuda mútua com a própria União Soviética, no período da *détente* (1969 a 1979).⁸⁷ Logo, falar em “conflito bipolar” ou “Guerra Fria”, nos anos 1960 e 1970 era algo inadequado, do ponto de vista prático, visto que as “fronteiras ideológicas” da Guerra Fria já haviam sido rompidas em nome do pragmatismo.

Anterior a 1981, do ponto de vista econômico, Maria da Conceição Tavares descreve um movimento policêntrico, que estava ocorrendo nos anos 1960 e 1970, na mesma linha do que Saraiva descreveu, do ponto de vista político, como um surgimento de uma “multiplicidade de interesses no cenário internacional”. Segundo Tavares esse movimento policêntrico se deu em duas frentes: a primeira era através do sistema bancário privado que “operava totalmente fora de controle dos bancos centrais, em particular [do banco central norte americano, o] Fed”; a segunda frente ocorria no subsistema das filiais transnacionais que atuava em

⁸⁶ A “nova Guerra Fria”, iria esfriar novamente em meados de 1985, com a chegada ao poder na União Soviética de Gorbachev. Segundo Hobsbawn, “para fins práticos, a Guerra Fria terminou nas duas conferências de cúpula de Reykjavik (1986) e Washington (1987)”. (1995: 246) Além disso, segundo o mesmo autor: “À medida que avançava o Breve Século XX, essa imagem da política mundial como um duelo entre as forças de dois sistemas sociais rivais (cada um, após 1945, mobilizado por trás de uma superpotência a brandir armas de destruição global) se tornou cada vez mais irrealista. Na década de 1980, tinha tão pouca relevância para a política internacional quanto as Cruzadas.” (1995: 63)

⁸⁷ Segundo Saraiva: “O avanço dos entendimentos entre Washington e Moscou foi incontestável naqueles anos [da *détente* – 1969 a 1979] e pavimentaram o caminho para a gradual erosão da ordem bipolar. De 1970 a 1975, as exportações ocidentais para a União Soviética quadruplicaram, especialmente animadas pela ampliação da demanda soviética por produtos agrícolas e industriais diversificados. Os defensores da *détente* chamavam a atenção, no Ocidente e no Oriente, para os aspectos positivos criados pelos intercâmbios econômicos novos. A abertura comercial entre os gigantes era garantia de paz duradoura no conjunto das relações Leste-Oeste. A Emenda Jackson, de dezembro de 1974, e o próprio acordo comercial de outubro de 1972, garantiram aos soviéticos, nos Estados Unidos, as vantagens da cláusula da nação mais favorecida. A tradução dessas condições excepcionais no relacionamento mercantil entre as superpotências permitiu a elevação do volume do comércio de 200 milhões de rublos em 1971 para 3 milhões em 1979. Era claro o avanço econômico resultante das conquistas políticas da era da *détente*. Esses fatos teriam mais peso no fim da guerra fria do que a queda simbólica do muro de Berlim na década seguinte. /// É evidente, no entanto, que essa evolução precoce na direção da corrosão dos paradigmas da guerra fria não pode ser superestimada. A aproximação americano-soviética não pode ser objeto de uma visão simplista e ingênua. A convivência tolerante em parte dos anos 1970 e na segunda metade dos anos 80 não significou a inexistência de tensões entre Moscou e Washington. Permaneceriam problemas herdados da guerra fria em algumas áreas como (1) a situação de Berlim, (2) a divisão da Alemanha, (3) e a questão fronteiriça com a Polônia.” (Saraiva, 2006, in Altemani, vol.1: 65)

“divisões regionais de trabalho intra-firma, à revelia dos interesses nacionais americanos, processo este que acirrava a concorrência no interior dos demais países capitalistas que era favorável à modernização e expansão européia e japonesa e desfavorável aos EUA”. (Tavares, A retomada da hegemonia norte-americana, 1985: 30.)

Esse movimento policêntrico, entretanto, não agradava os Estados Unidos e foi dentro desse contexto que veio a decisão de Paul Volcker de elevar a taxa de juros norte-americana em setembro de 1979, com conseqüências para a economia mundial, inclusive a norte-americana.⁸⁸

O dólar estava desvalorizado desde a ruptura dos Estados Unidos com os acordos de Bretton Woods em 1971. Volcker, defendendo os interesses norte-americanos, decidiu reverter esse processo elevando a taxa de juros norte-americana e “declarou que o dólar manteria sua situação de padrão internacional e que a hegemonia da moeda americana iria ser restaurada. Esta diplomacia do dólar forte custou aos EUA mergulhar a si mesmos e a economia mundial numa recessão. Os desdobramentos da política econômica interna e externa dos EUA, a partir de 1979 foram no sentido de “reverter o movimento policêntrico e retomar o controle financeiro internacional através da (...) diplomacia do dólar forte.” (Tavares, 1985: 33)

Com relação à posição dos países europeus frente a essa nova política norte-americana, “até 1981, só a política econômica da Inglaterra apoiava declaradamente a moeda americana”. Já os demais países da Europa –como França, Áustria, os do Norte da Europa e mesmo o Brasil– “tentaram, cada um à sua maneira, resistir ao alinhamento automático da política econômica ortodoxa”. (Tavares, 1985) Com o processo da retomada da hegemonia norte-americana, ocorreu o enquadramento de todos os países desenvolvidos do mundo, quaisquer que tenham sido seus governos – socialistas, social-democratas, conservadores, etc. Segundo Tavares, todos os países ficaram “praticamente alinhados em termos de política cambial, política de taxa de juros, política monetária e política fiscal. O resultado deste movimento é que o espectro das taxas de crescimento, das taxas de câmbio e de juros passou a ser concêntrico ao desempenho destas variáveis no âmbito da economia americana.” (Tavares, A retomada da hegemonia norte-americana, 1985: 35-36)

⁸⁸ Segundo Tavares: “Na reunião mundial do FMI de 1979, Mr. Volcker, presidente do Fed, retirou-se ostensivamente, foi para os EUA e de lá declarou ao mundo que estava contra as propostas do FMI e dos demais países membros, que tendiam a manter o dólar desvalorizado e a implementar um novo padrão monetário internacional.” (Tavares, A retomada da hegemonia norte-americana, 1985: 33)

A retomada da hegemonia norte-americana pode ser vista, a partir dessa perspectiva, como uma reação, do ponto de vista político, aos movimentos de "contestação" e às "ilusões igualitaristas" dos países do Terceiro Mundo; e, do ponto de vista econômico, ao "movimento policêntrico" identificado por Tavares. A partir de 1979, esses movimentos foram abafados, tanto do ponto de vista dos estados nacionais, como do ponto de vista dos grupos sociais.

Do ponto de vista da integração européia, na gestão Mitterrand, o único evento relevante foi a entrada da Grécia na CEE em 1981, ano da eleição de Mitterrand, uma vez que os governos europeus e do mundo em geral, estavam com os olhos voltados para as soluções imediatas de um mundo em crise, sobrando pouco espaço e atenção para ser dado a questões supranacionais. Do ponto de vista do alargamento europeu, Portugal em 1986, e Áustria, Suécia e Finlândia (1995) entrariam na então União Européia, ainda dentro do segundo mandato de Mitterrand.

3.2 A política externa francesa e o eixo franco-germano na era Mitterrand-Schmidt, Mitterrand-Kohl

Segundo Julius Friend, existiu uma troca entre Mitterrand e Helmut Schmidt (o chanceler alemão que permaneceu no cargo durante os primeiros 17 meses da gestão de Mitterrand) que se insere dentro de todo o quadro de restrições macroeconômicas em que se encontrava a França no período analisado no item 3.4, mas que engloba questões relativas à política externa. Nesse período, segundo a perspectiva de Friend, a troca envolvia, por parte da França, uma questão relativa à segurança, e por parte da Alemanha Ocidental, um suporte monetário.

Esse processo ocorreu dentro do cenário internacional da "segunda Guerra Fria" (descrito anteriormente) e no início da gestão de Mitterrand, que se via afetado pelas seguintes questões:

1. As contradições militares da Aliança Atlântica;
2. A questão dos "euromísseis" (a instalação dos mísseis estadunidenses pershing na Europa para fazer frente aos SS-20 soviéticos);
3. Passos para o retorno a uma nova *détente* (os planos SALT I e II)⁸⁹ (Mitterrand, 1982: 199; 211.)

⁸⁹ Sigla do inglês que significa *Strategic Army Limitation Talks*, ou, Conversações Sobre Limites para Armas estratégicas, que ocorreu em duas rodadas de negociação (SALT I – 1969-1972/ SALT II – 1972-1979) entre os Estados Unidos e a União Soviética, de onde saíram tratados internacionais entre as duas superpotências do período da Guerra Fria, a respeito do controle de armas nucleares.

Com relação às contradições, do ponto de vista francês, existia a contradição entre a necessidade de uma proteção dos EUA frente aos soviéticos, ao mesmo tempo em que a França buscava manter uma autonomia nas questões relativas a defesa nacional e europeia, além de evitar uma aproximação muito forte entre os EUA e a Alemanha Ocidental. A RFA, por outro lado, buscava, como citado anteriormente, boas relações com os EUA, a URSS e também com a França. O eixo franco-germano, portanto, se via tensionado entre as duas potências.

Nesse processo, Mitterrand havia iniciado seu mandato com uma postura crítica em relação a postura de Giscard, pois este havia dado muita ênfase às relações preferenciais com a RFA. Porém, o recém eleito presidente francês rapidamente mudou o discurso e a postura e descobriu que tinha mais em comum com Schmidt, do que com Thatcher ou os líderes italianos. (Friend, 1991: 67) A partir dessa mudança de postura, Mitterrand e Schmidt passaram a concordar em termos de segurança europeia do ponto de vista de um "balanço militar na Europa", visto que ambos "estavam incomodados com o desenvolvimento soviético". (Friend, 1991: 67) Em troca, a RFA deixou claro que iria dar suporte ao franco contra a especulação internacional, tendo feito isso duas vezes na gestão de Schmidt através de desvalorizações-valorizações do marco no SME em outubro de 1981 e junho de 1982. (Friend, 1991: 67)

Outubro de 1981 e junho de 1982 foram os momentos críticos da economia francesa, sendo outubro de 1981, o início da "pausa" do projeto expansionista, pedida pelo então ministro das finanças Jacques Delors; e junho de 1982, o lançamento do primeiro pacote de austeridade. Nesse processo, França e Alemanha Ocidental estavam atuando de forma coordenada, tanto do ponto de vista monetário, quanto do ponto de vista da segurança, um processo que continuou após o fim da gestão de Schmidt e continuou após a posse de Helmut Kohl.

Da parte da França, Mitterrand deu continuidade às consultas entre França e Alemanha, iniciadas entre Giscard e Schmidt, no que tange assuntos de segurança. E da parte da Alemanha, após a saída do chanceler Helmut Schmidt, o recém empossado chanceler Helmut Kohl, foi a Paris em outubro de 1982 e buscou dar continuidade aos acordos e processos iniciados entre Mitterrand e Schmidt. Após isso, organizou uma Comissão Franco-germana de Segurança e Defesa, que visava promover a cooperação entre os dois países. (Friend, 1991: 68)⁹⁰

⁹⁰ "Mitterrand and Schmidt decided in February 1982 that they would pursue deeper consultations on security matters (thus following up on precedents roughed out by Schmidt and Giscard)." (Friend, 1991: 68) "Immediately after becoming chancellor, Helmut Kohl went to Paris in October 1982 to inform himself on the arrangements made by Mitterrand and Schmidt, and a Franco-German Security and Defense Commission was organized to promote cooperation." (Friend, 1991: 68)

A parceria no campo monetário também se manteve entre França e Alemanha no período de Kohl sendo que o lançamento dos pacotes de austeridade em junho de 1982 e março de 1983 ocorreram em momentos que a França se viu incapaz de manter as políticas expansionistas dentro da "lógica anti-inflacionária preponderante da Alemanha no SME" (Knapp e Wright, 2006)

Mesmo após as duas desvalorizações em 1981 e 1982, o franco continuou sobre forte pressão dos mercados. A opção pelo realinhamento do franco dentro do SME requeria, entretanto, uma "convergência com a política monetária e econômica da Alemanha Ocidental". Nesse processo, a condição do governo Kohl para aceitar um terceiro realinhamento monetário do franco no SME era de que a França "adotasse medidas efetivas em taxa de juros e gastos públicos que viessem a reduzir inflação e limitar a necessidade de outras desvalorizações." (Knapp e Wright, 2006).

A questão dos euromísseis continuou em 1983, e Mitterrand, em janeiro desse ano, foi a Bonn e pediu aos alemães que aceitassem os mísseis dos norte-americanos, visto que o Partido Social Democrata alemão (SPD) estava realizando uma campanha contra a aceitação dos mísseis norte-americanos (devido a razões que envolviam a política doméstica alemã).⁹¹

Mitterrand e Helmut Kohl

Mitterrand e Kohl atuaram juntos no processo de integração europeu, os dois presidentes se encontraram "quase que mensalmente desde 1982" (Knapp e Wright, 2006: 42). Não só Mitterrand fez associações e conexões entre o Mitterrand U-turn e o projeto europeu, como também Kohl "ao longo de seu longo mandato de chanceler (1982-1998), explicitamente conectou suas ambições para a Alemanha com o desenvolvimento da Europa" (Knapp e Wright, 2006: 35)

Nesse sentido, se avaliarmos, por exemplo, o avanço do processo de integração europeu nos anos posteriores ao Mitterrand U-turn, ou seja, a partir de 1984, veremos que a opção de Mitterrand pela integração européia e não pela ruptura com a Alemanha ou com o processo de integração europeu, simplesmente manteve em marcha a "Europa". Anos depois de ter abandonado seu projeto keynesiano-expansionista, Mitterrand formou a importante triangulação com Helmut Kohl e Jacques Delors, que foi crucial na consolidação do Ato Único Europeu

⁹¹ "After a reversal of political alliances by the FDP in October 1982 had dumped the Schmidt government and brought in a CDU/CSU-FDP government with Helmut Kohl as chancellor, new elections were scheduled for March. The SPD [Schmidt's party] was now campaigning against acceptance of U.S. missiles. Under these circumstances the Socialist Mitterrand went to Bonn in January 1983 and urged the Bundestag to accept them." (Friend, 1991: 69)

em 1986 (dois anos após o período analisado na tese) e dos processos de integração econômica e monetária em andamento.⁹² Após o Ato Único, seguiu-se Maastricht (com a criação da União Européia) em 1992, a criação do Banco Central Europeu em 1998 e o lançamento da moeda européia, o euro, em 1999. Enfim, permitiu a criação de um bloco europeu, com o eixo franco-germano desempenhado um papel fundamental no processo de integração.

3.3 Os quatro “turning points” do sistema de Bretton Woods para a “reemergência das finanças globais”

Partindo da perspectiva dos quatro “turning points” de Helleiner que levaram o mundo da ordem regulada de Bretton Woods para a “reemergência das finanças globais”, a mudança de política econômica de Mitterrand (o “Mitterrand U-turn”) seria o quarto e último “turning point” ou “peça de dominó” a “cair” em seqüência, antes que as reformas neoliberais se espalhassem pelo mundo. Os quatro “turning points”, em ordem cronológica foram: (1) no Reino Unido em 1976, (2) nos Estados Unidos, em 1978-1979; (3) no processo de regulação dos “Euromarkets” por parte do Fed, em 1979-1980; (4) e por último, o “Mitterrand U-turn”. (Helleiner, 1996) Essa análise auxilia a compreender como a dinâmica ocorrida na França, nos quatro primeiros anos do governo Mitterrand, se insere numa dinâmica mais ampla, mundial, que vai além das fronteiras nacionais francesas e que não pode ser explicada *apenas* do ponto de vista nacional francês (como os diagnósticos feitos pelos autores de perspectiva endógena).

A partir da mudança estrutural do sistema de taxas de câmbio fixas para flexíveis a partir de 1971/1973 é que, segundo Helleiner, se deu os “quatro pontos críticos” de transição. E, segundo o autor, se a implementação do controle de

⁹² “Baseando-se no eixo Paris-Bonn como motor da integração europeia, [Helmut Kohl] formou com o presidente francês Mitterrand e o Presidente da Comissão Europeia Jacques Delors um trio que acelerou de maneira notável o processo de integração. Pela sua influência directa aprovou-se o Acto Único (1986) e o Tratado da União Europeia o de Maastricht (1992), preparando-se as etapas definitivas até a moeda única.” Fonte: História Siglo 20. <http://www.historiasiglo20.org/europortug/biografias.htm> Segundo Knapp e Wright: “Jacques Delors had left his post as Mitterrand’s Finance Minister to become the longest-serving President of the European Commission (1985-1994). Determined to make Europe a model of economic growth and of social justice, Delors was also keen to use the opportunities offered by the European agenda – notably the Single Act and EMU – reinforce the standing of the Commission generally and of his office in particular.” (Knapp e Wright, 2006: 35) Entretanto, “Mitterrand did not share the quasi-federalist views of Delors, and in common with other European leaders was careful, in the Maastricht negotiations, *not* to link Europe’s new areas of competence to big increases in the Commission’s powers.” (Knapp e Wright, 2006: 35) Porém Delors era um importante aliado de Mitterrand “por causa de sua habilidade em conectar regras européias à favor da França na ocasião, sua experiência em reforçar as estruturas de trabalho francesas na Comissão, e a afirmação que ele ofereceu ao público, de que a integração era um projeto francês.” (Knapp e Wright, 2006: 35)

capitais tivesse sido aplicada e tivesse sido bem sucedida em qualquer um dos quatro pontos críticos, isso talvez tivesse alterado o rumo da globalização das finanças mundiais e a autonomia das políticas nacionais frente aos detentores do poder financeiro teria sido mantida. (Helleiner, 1996: 124)

Dos quatro pontos críticos, será analisado apenas o primeiro ponto, o britânico, uma vez que este apresenta forte semelhanças do ponto de vista de seu andamento, com o caso francês.

3.3.1 O primeiro “ponto crítico” de transição: Reino Unido em 1976

Como já citado no capítulo 2, anterior à chegada ao poder de Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, outros eventos já marcavam uma “ruptura” com o modelo keynesiano instaurado desde o pós-Segunda Guerra Mundial. Para Harvey, muitos passaram a ver a guinada neoliberal de Thatcher e Reagan como uma “ruptura” com o antigo modelo. Porém, o autor analisa esse processo como uma “consolidação” do que já estava ocorrendo na década de 1970, quando a adoção das políticas expansionistas acabava resultando em inflação e levou os governos do presidente norte-americano Richard Nixon e do Primeiro Ministro britânico Edward Heath à reconhecer tal problema no período 1970-1974 e a iniciar “lutas contra o trabalho organizado e reduções das despesas governamentais”. (Harvey, 1992: 157-8) Processo que se seguiu no governo seguinte no Reino Unido, do Partido Trabalhista britânico durante a gestão do Primeiro Ministro James Callaghan, segundo Harvey, que, diante das pressões (descritas a seguir), iniciou uma “gradual retirada de apoio ao Estado do bem-estar social”, um “ataque ao salário real e ao poder sindical organizado”, que acabaram por se transformar numa “necessidade econômica na crise de 1973-1975”. (Harvey, 1992: 157-8)

Era esse abandono do keynesianismo que estava em marcha no Reino Unido, no ano de 1976, durante a gestão do Primeiro Ministro James Callaghan e que caracterizou o primeiro “ponto crítico” de transição. Porém, este ocorreu, não sem uma tentativa de resistência por parte de algumas autoridades britânicas, num processo que pode ser dividido, segundo a perspectiva adotada na atual tese, em quatro momentos decisivos: num primeiro momento se inicia uma forte especulação contra a libra esterlina e o Reino Unido se vê obrigado a recorrer ao FMI; o segundo momento ocorre quando, após o primeiro resgate do FMI, a crise continua e, no segundo pedido do Reino Unido de ajuda, os governos dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental exigem que o país aplique o pacote de reformas exigido pelo Fundo; o terceiro momento é caracterizado pelo racha no Partido Trabalhista onde se formam coalizões entre os que defendiam a adoção do pacote

do FMI e os que eram a favor da “Estratégia Econômica Alternativa” (ou AES – sigla do inglês, *Alternative Economic Strategy*) à proposta do Fundo; e finalmente, num quarto momento, o Partido Trabalhista, com medo das conseqüências de não aceitar o pacote do FMI e não receber nenhum tipo de ajuda externa, acaba cedendo.

Primeiro momento. Ataque especulativo contra a libra

O primeiro momento do “ponto crítico de transição” do Reino Unido pode ser identificado quando os investidores começaram a especular fortemente contra a libra esterlina, apesar de não existir uma razão aparente para isso, visto que a situação da conta corrente do Reino Unido estava melhorando e a inflação diminuindo. (Helleiner, 1996: 124-5) Portanto, se do ponto de vista econômico não havia uma explicação para a fuga de capitais do Reino Unido, do ponto de vista ideológico e no campo das idéias poderia ter, pois, o início desse ataque a libra aparece, segundo William Keegan e Rupert Pennat-Rea, devido à desilusão com as políticas keynesianas do Partido Trabalhista e com a crescente popularidade do monetarismo. (*apud* Helleiner, 1996: 125)⁹³

Porém, essa popularidade do monetarismo, segundo Helleiner, ia além de uma simples circulação de idéias, visto que existia uma interação entre o que os comentaristas monetaristas falavam e os investidores nos mercados financeiros faziam. A ação dos comentaristas influenciava a ação dos mercados financeiros e a atuação desses mercados acabava por confirmar as previsões dos comentaristas, num típico caso de “profecia auto-realizável”. (Helleiner, 1996: 125) No geral, ataques especulativos a uma moeda ocorrem porque os indicadores econômicos de um país não estão bem. Entretanto, como já citado, apesar do Reino Unido estar apresentando bons indicadores, a influência dos comentaristas monetaristas passou a afetar os mercados que, por sua vez, iniciaram ataques especulativos à libra esterlina e acabaram por catalisar uma depreciação dessa moeda, levando a uma pressão inflacionária doméstica que passou a, “num círculo vicioso clássico”, reforçar a falta de confiança na libra. Então, o FMI surge no cenário descrito para socorrer o Reino Unido juntamente com a ajuda de outros bancos centrais. (Helleiner, 1996: 125)

⁹³ Se, do ponto de vista da análise de Helleiner, baseada no ramo acadêmico da Economia Política Internacional, (Helleiner, 1996: vii) essa desilusão com o keynesianismo e o aumento da popularidade do monetarismo aparecem como um fenômeno oriundo de um marketing monetarista, do ponto de vista da hipótese de David Harvey, a “desilusão” aqui apontada pode ser traduzida em: (1) diminuição das margens de lucro das elites, (2) avanço das forças ligadas ao trabalho, (3) forte influência das experiências socialistas em andamento na Europa, (4) aumento do conflito distributivo entre outros processos já citados, relativos aos anos 1960 e início dos anos 1970. (Harvey, 2003)

Segundo momento. O “veto” dos Estados Unidos, da Alemanha Ocidental e do “capital internacional” ao Reino Unido

Com a continuação da crise no Reino Unido, a necessidade de mais dinheiro se tornava evidente, dando início ao segundo momento caracterizado por uma “mudança de tom” por parte dos fornecedores de crédito internacional. O Primeiro Ministro britânico James Callaghan pediu um novo financiamento, porém, os Estados Unidos e a Alemanha ocidental impuseram ao país que esse novo resgate só seria disponibilizado caso o governo britânico adotasse o “pacote de estabilização do FMI” que incluía reformas de estilo monetarista – ou seja, metas de restrição monetária e corte de gastos a serem efetivados pelo governo. (Helleiner, 1996: 125)

Um dos argumentos levantados por especialistas em finanças dos países credores é que essa mudança de postura “foi necessária porque nos anos 1970, os empréstimos internacionais não conseguiam contrabalançar as enormes pressões especulativas tão facilmente quanto conseguiam durante os anos 1960.” (Helleiner, 1996: 125) Então, os empréstimos deveriam vir acompanhados de “medidas austeras” para a restauração da “confiança nos mercados”, ou seja, nos investidores, uma exigência que marcou uma mudança de atitude governamental em relação à extensão de crédito incondicional e benevolente dos governos credores nos anos 1960. (Helleiner, 1996: 125)⁹⁴

É a partir dessa guinada política, influenciada pela proeminência do pensamento monetarista (que viria a ser chamado de neoliberal) nos países do centro do capitalismo, que o financiamento incondicional também passou a não vigorar mais. (Helleiner, 1996:126) Nesse ambiente, as idéias keynesianas defendidas por Fred Hirsch no Reino Unido e James Tobin nos Estados Unidos (que defendiam, por exemplo, o controle de entrada e saída de capitais dos países frente ao risco dos ataques especulativos) não ganharam muito suporte político. Enquanto Fred Hirsch rejeitava as interferências do FMI em assuntos “domésticos” (nacionais), Tobin argumentava que a “autonomia política dos Estados precisavam ser protegidas dos efeitos especulativos dos fluxos de capital”. (*apud* Helleiner, 1996:126) Porém, a história mostrou que: entre a manutenção da autonomia das

⁹⁴ Porém, explicações econômicas podem ser complementadas por posicionamentos políticos (que por sua vez podem estar relacionados com a manutenção de um poder de classe) de autoridades simpáticas às idéias neoliberais que passaram a ter posição de relevo nos países credores. Nos Estados Unidos destacam-se o secretário do Departamento do Tesouro Simon, seu assistente Edwin Yeo e o presidente do Fed Arthur Burns. Na Alemanha ocidental, os oficiais das finanças Otmar Emminger e Karl Otto Pohl, e o “economicamente conservador” chanceler Helmut Schmidt. (Helleiner, 1996: 126)

políticas nacionais e o aumento de poder dos investidores (ou do poder financeiro), o jogo de forças pendeu para o segundo pólo.

Terceiro momento. Divisão no governo e resistência ao ajuste recessivo

O terceiro momento se inicia quando o Partido Trabalhista se encontrava diante de um dilema: aceitar o ajuste recessivo proposto pelo FMI para recuperar a confiança dos mercados ou manter-se fiel aos princípios keynesianos vigentes desde o pós-Segunda Guerra Mundial. (Helleiner, 1996: 126-127) Nesse quadro, a posição do FMI apenas refletia o posicionamento político adotado pelos Estados Unidos, pela Alemanha Ocidental e por todas as forças políticas, econômicas e acadêmicas vinculadas aos ideais liberalizantes da economia e ao pensamento monetarista. (Helleiner, 1996: 125) Enquanto isso, o Partido Trabalhista organizava a proposta da Estratégia Econômica Alternativa (AES) para fazer frente à proposta do Fundo. Essa estratégia ganhou suporte considerável dentro do Partido Trabalhista e se transformou, na conferência do partido em setembro de 1976, numa política do partido. (Helleiner, 1996: 127) Forma-se então uma polaridade entre forças políticas defensoras da estratégia liberalizante e forças favoráveis à AES.⁹⁵

Dois grupos se formaram dentro do Partido Trabalhista: um deles era o grupo de ministros do gabinete liderados por Tony Benn que apoiavam a AES e, conseqüentemente, se opunham radicalmente à proposta do FMI; o outro grupo, liderado por Tony Crosland, já fazia uma oposição mais moderada às propostas do FMI. O Primeiro Ministro Callaghan e o Chanceler Healey se mantiveram contrários à AES. Porém, Callaghan e Healey reconheceram que seriam derrotados se fosse feita uma aliança entre o grupo de Tony Benn (que apoiava a AES) e o grupo mais moderado de Tony Crosland. (Helleiner, 1996: 127) Foi nesse quadro político que no encontro do Partido Trabalhista em 23 de novembro de 1976, os “membros do Gabinete acordaram que iam comunicar à Alemanha Ocidental e aos Estados Unidos que o Reino Unido não iria aceitar os termos do FMI que estavam sendo discutidos em negociações secretas.” (Helleiner, 1996: 127)

Quarto momento. Fim da resistência e adoção do pacote de austeridade proposto pelo FMI

⁹⁵ Na mesma conferência do Partido Trabalhista, também foi emitida uma resolução na qual, segundo documento do partido, eles buscavam investigar maneiras pelas quais a compra e venda de libra e divisas internacionais [poderiam] ser retiradas das firmas privadas da City de Londres que era a principal praça financeira do país. (Helleiner, 1996: 127) Mostrando aqui, uma tentativa do poder político vir a fazer frente ao poder financeiro privado.

É chegado o quarto e último momento. O Primeiro Ministro James Callaghan concluiu que a não-aceitação do pacote do FMI iria gerar um racha no partido, igual ao racha que havia tirado do poder o Partido Trabalhista em 1931. Nesse quadro, o grupo de Tony Crosland (os opositores moderados), diante do risco do racha político e dos atritos com o grupo de Tony Benn, optou por apoiar a posição do Primeiro Ministro James Callaghan em aceitar o pacote. Porém, nesse exato momento, ocorre uma mudança no FMI, quando ele endurece mais sua proposta de reformas demandando, em 3 de dezembro de 1976, com mais cortes de gastos do que no pacote anterior. (Helleiner, 1996: 128) Diante de tal endurecimento, o primeiro ministro Callaghan e o chanceler Healey não chegaram nem a discutir o novo pacote, visto que era inviável.

Segundo trecho da autobiografia de James Callaghan, pode-se notar a presença de um padrão que ocorrerá repetidas vezes nos anos 1980 e 1990 nos países periféricos e também em países do centro (em graus diferenciados): a situação em que os governantes se encontram diante de duas opções ruins e procuram então avaliar qual seria a menos pior. No caso do primeiro ministro James Callaghan, ele avaliou o que podia acontecer de pior caso aceitasse o pacote, ou caso não o aceitasse e o novo empréstimo não fosse cedido. Diz Callaghan na sua auto-biografia:

“[Chancellor Healey] and I sat for some time in my bedroom talking over the various drastic policy changes that would be needed if a loan was not forthcoming. They would have meant a bumpy ride not just for the British people but also for the international community, with serious implications for our relations with the GATT, the European Community and NATO, as well as the United States. On that night anything seemed possible.” (*apud* Helleiner, 1996: 128)

Após dois dias da apresentação do pacote mais austero, o FMI suavizou sua proposta e apresentou um novo pacote que foi aceito pelo Primeiro Ministro e pelo chanceler. As medidas foram adotadas com pouca oposição do público britânico e a libra se estabilizou em seguida. Esse momento foi um marco que, segundo Joel Krieger, “significou o fim da sociedade keynesiana britânica”, e o “thatcherismo estava para chegar”.(Helleiner, 1996: 128)

Segundo Helleiner, o gabinete do Partido Trabalhista havia rejeitado a Estratégia Econômica Alternativa por três motivos. O primeiro motivo dizia respeito às conseqüências para a economia britânica de uma retaliação internacional por parte dos investidores. Os efeitos de tal retaliação seriam piores do que se o partido adotasse as reformas propostas pelo FMI. Nessa circunstância, “até mesmo defensores da ‘AES’ foram forçados a reconhecer que os custos econômicos –em

termos de (...) retaliação internacional- teriam provavelmente sido piores do que as associadas com o pacote do FMI". (Helleiner, 1996: 129) O segundo motivo era relativo à esfera política, visto que o Partido Trabalhista era minoria no Parlamento inglês. E o terceiro motivo dizia respeito à aceitação, por parte de políticos influentes (como o chanceler britânico Healey, oficiais do Tesouro britânico e do Banco da Inglaterra, que apoiaram fortemente as posições do FMI; e do Tesouro dos Estados Unidos) das idéias neoliberais que se fortaleciam paralelamente a uma desilusão com o "embedded liberalism" ou com o keynesianismo.

3.3.2 O quarto "ponto crítico" de transição: França e o "Mitterrand U-turn", 1981-1983

Passado os pontos críticos britânico e os demais "turning points", chega a vez do ponto crítico francês: o Mitterrand U-turn.

Segundo Helleiner, a adoção de reformas austeras na França, não só trouxe implicações para o próprio país como também para o resto do mundo, visto que a França "se tornou uma importante propagadora do projeto neoliberal pan-Europeu de 1992, que, depois de janeiro de 1985, foi liderado por Delors com seus novos poderes como presidente da Comissão Européia." (Helleiner, 1996: 143) Outra repercussão para o exterior foi que a experiência francesa acabou influenciando uma reformulação de pensamento de intelectuais de centro e de esquerda, juntamente com políticos de países industrializados, visto que, para eles "a aceitação forçada [da França] da disciplina [imposta] pelo mercado internacional era um indicador das enormes dificuldades de se tentar preservar o keynesianismo nacional no novo mundo das finanças globalizadas". (Helleiner, 1996: 143)

Diante desse quadro, Helleiner conclui que, apesar dessas transformações terem ocorrido em inúmeros países já na década de 1970 e início de 1980, "os quatro pontos críticos que ocorreram no Reino Unido, nos Estados Unidos e na França são os mais significantes na história política da re-emergência das finanças globalizadas". (Helleiner, 1996: 144) Além disso, ainda segundo a perspectiva do autor, se alguns desses pontos críticos não tivessem ocorrido, o rumo do processo de globalização financeira teria sido consideravelmente bloqueado, visto que os países citados possuem posições-chaves dentro do sistema econômico e político mundial. (Helleiner, 1996: 144)

Como poderá ser observado no próximo item, o quarto "ponto crítico" de transição, ou o "Mitterrand U-turn" também será analisado em quatro fases que são muito similares aos quatro momentos (ou fases) ocorridas no "ponto crítico" britânico.

3.4 As quatro fases da mudança de política econômica do governo Mitterrand (1981-1983)

Assim como foram identificados quatro momentos da transição do Reino Unido do keynesianismo para a ortodoxia anteriormente, o Mitterrand U-turn também pode ser analisado em quatro momentos ou fases: a primeira, caracterizada pelo início da implementação do projeto "keynesiano-expansionista" logo após as eleições; a segunda, caracterizada pela intensificação das restrições internas e externas, pelo racha no governo em dois grupos (um favorável a ruptura com o SME e à manutenção do projeto expansionista, e outro favorável a um freio no projeto expansionista) até o lançamento do primeiro pacote de austeridade em 13 de junho de 1982; a terceira fase, caracterizada pela indecisão de Mitterrand em continuar com as medidas austeras de um lado, ou aderir à pressão sofrida por Mitterrand pelos chamados "visitantes noturnos", que queriam que Mitterrand se mantivesse fiel ao projeto expansionista adotando a "outra política", e voltasse atrás em relação às medidas de austeridade (no caso britânico essa alternativa era representada pela AES – Alternative Economic Strategy); e, a quarta e última fase, quando Mitterrand finalmente "joga a toalha" em junho de 1983, após a crise de março de 1983, lançando o segundo pacote de austeridade, que foi seguido, até 1984, com medidas liberalizantes e com a saída de Pierre Mauroy do cargo de primeiro-ministro no mesmo ano.

A primeira fase. O projeto "keynesiano-distributivo" de maio de 1981 a junho de 1982

"Government spending designed to increase the incomes of the low-paid and to provide jobs for the unemployed was supposed to spark off a boom in consumer spending that would lead to the expansion of French industry. Accordingly, the Government embarked on an ambitious program of 'redistributive Keynesianism' in the spring of 1981." (Hall, 1986: 194)

O foco de análise das medidas desse programa do governo Mitterrand será nas medidas de política econômica, sem levar em consideração outras áreas como auto-gestão, descentralização, mudanças na legislação, etc.⁹⁶

François Mitterrand foi eleito em maio de 1981 com o compromisso de por em prática uma "estratégia econômica expansionista keynesiana" para resgatar a França da crise econômica internacional do início dos anos 1980. (Helleiner, 1996: 140) Essa estratégia envolvia "gastos oficiais do governo, nacionalização da

⁹⁶ Sobre descentralização, ver (Christofferson, 1991: 83-95; Friend, 1989: 60). Sobre as mudanças legislativas, ou "reformas estruturais", ver (Friend, 1989: 60-61; 81-85).

indústria, e maiores benefícios para os trabalhadores”. (Blustein, 2002: 48) Porém, já no começo da adoção do plano, a economia francesa começou a apresentar um crescente déficit em conta corrente e um aumento da inflação vis-à-vis os demais países da Europa Ocidental. Nesse quadro, já em maio de 1981 o governo teve que aumentar drasticamente a taxa de juros (para controlar a inflação e atrair mais capital externo), uma vez que, logo ao assumir, o projeto socialista gerou um ambiente de desconfiança nos investidores que levou a um ataque especulativo. (Helleiner, 1996: 140)

Fora isso, dois meses após a eleição de maio de 1981, ocorreu o encontro anual de economia em Ottawa em julho de 1981, onde Mitterrand realizou que os Estados Unidos não iriam alterar sua política de juros altos, pois essa não era a meta de Reagan. Apesar de o governo francês estar contando com essa alteração da economia norte-americana para poder dar sustentação ao seu projeto expansionista, o governo recém eleito seguiu adiante com seu “ambicioso programa”. (Friend, 1989: 52)

Mitterrand, logo no início do seu governo, adotou as seguintes medidas:

1. Aumento de 81 por cento da ajuda de custo às famílias (“family allowances”) com dois filhos e 44 por cento para famílias com três filhos durante os dois anos seguintes a maio de 1981.
2. Verbas para habitação (“housing allocations”) para trabalhadores de baixa renda foram aumentadas em 25 por cento em 1981.
3. Benefícios em seguro saúde (“health insurance benefits”) tornaram-se mais amplamente disponíveis para trabalhadores temporários (“part-time employees”) e trabalhadores desempregados.
4. Pensões para idosos foram aumentadas de 300 francos por mês para 1700 francos por mês para pessoas solteiras e 3700 francos para casais.
5. O poder de compra advindo das transferências sociais cresceu 4.5 por cento em 1981 e 7.6 por cento em 1982. (Hall, 1986: 194)

Fora isso, o governo aumentou o salário mínimo francês (o SMIC) em 10 por cento em junho de 1981, “com um efeito direto em um milhão e meio de trabalhadores”; além do aumento do subsídio, da ajuda aos agricultores pobres, e um aumento na compensação para os desempregados parciais (“part-time”). Ao todo, “o custo por todas essas medidas sociais foi de 200 milhões de francos no segundo semestre de 1981 e 800 milhões em 1982.” (Friend, 1989: 53)

Medidas “drásticas” também foram tomadas para a redução do desemprego:

1. Num primeiro programa, a jornada semanal de trabalho foi reduzida, em julho de 1981, de 40 para 39 horas, e a força de trabalho recebeu uma quinta

semana de férias, medidas que melhoraram a qualidade de vida de muitos trabalhadores, mas tiveram pequeno efeito no desemprego.⁹⁷

2. Um segundo programa foi lançado em janeiro de 1982, que encorajava as firmas a estabelecerem "contratos de solidariedade" com o governo. Uma medida permitia que empregados entre 55 e 60 anos se aposentassem com 70% do seu salário, que seria pago pelo Estado, caso a firma substituísse os trabalhadores aposentados por novos trabalhadores. Cem mil empregos novos foram criados em 1982 devido a essa medida. Outra medida do programa garantiu que empregadores que reduzissem a jornada semanal de trabalho para menos de 39 horas e contratassem trabalhadores adicionais em compensação, ficariam isentos dos custos de seguridade social dos seus novos empregados contratados. Mais de treze mil postos de trabalho foram criados com essa outra medida em 1982.

3. Um terceiro programa permitia que empregados mais velhos passassem a trabalhar metade da jornada diária de trabalho, recebendo 80% do seu salário anterior (com o Estado pagando os adicionais 20%), caso trabalhadores mais novos fossem contratados para substituí-los. Mil e quinhentas pessoas ganharam emprego devido a esse programa segundo o jornal *Le Monde* (*apud* Hall, 1986: 195)

4. Uma quarta medida foi a adoção de um programa de antecipação de aposentadoria ("early retirement program") para ser iniciado em abril de 1983. Nele, qualquer trabalhador que tivesse pago sua contribuição de seguridade social por 37 anos e meio poderia se aposentar aos 60, com uma aposentadoria que variava de 80 por cento do salário anterior, caso este fosse o recebedor de um salário mínimo (denominado "smicard")⁹⁸, a 50 por cento do salário, caso fosse um gerente mediano (que era denominado de "cadre").⁹⁹

⁹⁷ Segundo Hall: "The left wing of the PS and the PCF argued against corresponding reductions in pay, while centrist Socialists favored them. Mitterrand ostensibly left the decision up to enterprise negotiators but ultimately urged them to avoid wage reductions. As a result the policy improved the quality of life for many employees but had little effect on unemployment. Only a fifth of all firms took on new employees, and no more than 28,000 jobs were created by the reduction of the work-week (Hall, 1986: 194) Segundo Friend: "Mitterrand had promised in 1981 that the work-week would be reduced from forty hours to thirty-five, a measure expected to create new jobs. (...) Acting without fully consulting his prime minister, Mitterrand opted in January 1982 for the thirty-nine hour week paid as forty. Only a few thousand jobs were created instead of the hundred thousand jobs optimistically estimated. (...) The precedent of a drop in hours worked without a drop in pay did however block further motion toward a thirty-five hour week." (Friend, 1989: 53)

⁹⁸ Vem da sigla SMIC, do francês *salairé minimum interprofessionnel de croissance*. Ou seja, o salário mínimo francês.

⁹⁹ A respeito dessa medida, diz Hall: "While some cadres lost the right to retire at 60 with 70 percent of their salary under this scheme, there were 360.000 potential beneficiaries, of whom a quarter were expected to retire and open up positions for younger employees. To supplement its job creation program, the Government itself hired an additional 200.000 employees em 1981-82." (Hall, 1986: 195)

Além dessas medidas, o governo socialista também havia incluído no seu programa de governo, o vigésimo primeiro ponto da plataforma eleitoral, que ficou conhecida como “as 110 propostas”, o programa de nacionalizações. Nas “110 propostas”, lia-se:

“The public sector will be enlarged by the nationalization of the nine industrial groups foreseen by the Common Program and the Socialist program, and of the steel industry and the armaments and space activities financed by public funds. The nationalization of credit and insurance will be completed.” (apud Friend, 1989: 48)

Mitterrand enfatizou a importância da nacionalização numa conferência, em setembro de 1981:

“The nationalizations will give us the tools for the next century. If that were not done, instead of being nationalized these enterprises would speedily be internationalized. I refuse an international division of labor and production decided on far away and obeying interests other than our own. Nationalizations are an arm of the defense of French production.” (apud Friend, 1989: 49)

Porém, apesar do apoio integral dos membros do governo ao programa de nacionalizações, havia divergências na maneira como ela seria efetivada. No final das discussões a respeito da nacionalização Mitterrand acabou optando por uma “nacionalização completa.” (Friend, 1989: 50-51)¹⁰⁰

Então, Mitterrand inicia seu programa com a promessa de um “rápido reaquecimento da economia objetivando aumentar o emprego”, e, paralelamente, os economistas do governo “disseram a Mitterrand que, desde que a nova administração Reagan em Washington viesse a reaquecer a economia norte-americana, a França poderia se lançar na crista da onda de uma economia mundial.” (Friend, 1989: 52) Entretanto, não foi o que aconteceu, como será visto adiante.

¹⁰⁰ Segundo Friend, a respeito das nacionalizações: “In the end, Mitterrand accepted the advice of his economic counselors and opted for full nationalization. Six industrial groups were to be entirely nationalized: the Compagnie Générale d’Electricité (electronics, naval construction, cables, computers, telecommunications), the Compagnie Générale de Constructions Téléphoniques (...) Pechiney-Ugine-Kuhlman (aluminum, ferrous metals and copper, chemical products), Rhône-Poulenc (chemicals), Saint-Gobain-Pont à Mousson (glass and plastics), and Thomson-Brandt (electronics and telecommunications). Two big steel companies, Usinor and Sacilor, (...) were taken over by conversion of their debt into stock held by the state. (...) Thirty-six banks were also nationalized – most notably the major investment banks Banque de Paris et des Pays Bas (Paribas) and Banque de Suez (...). The newly nationalized sector made up twenty percent of the gross turnover of French industrial production, and together with the older nationalizations employed twenty-four percent of the industrial labor force.” (Friend, 1989: 51)

O que vale salientar a respeito das medidas do governo Mitterrand é que, antes das restrições externas se tornarem aparentes (a fase 2), as medidas foram bem sucedidas, tanto internamente, quanto do ponto de vista de uma análise comparada frente à Alemanha Ocidental, Estados Unidos, ou demais países do Ocidente no mesmo período. Seja do ponto de vista do controle do aumento do desemprego, quanto do ponto de vista do crescimento. Segundo Hall:

“In distributive terms these measures were a great success. The position of the poor, aged, and lower-paid was substantially improved. Many of the least-advantaged French workers were able to take early retirement and longer vacations without loss of income. When most other nations were trimming transfer programs and workforce privileges, France took a dramatic step forward. The policies simultaneously cut the rate of growth of unemployment. Although 140.000 formerly illegal immigrants joined the labor force under a government amnesty, unemployment rose only 4 percent in France during 1982 against a rise of 29 percent in Germany and 22 percent in the US. No other Western nation had been able to reduce the growth of unemployment so significantly. The French economy grew by 2 percent over two years, while growth in most other European nations was stagnant.” (1986: 195)¹⁰¹

Michael Louriaux, também avalia positivamente o resultado das medidas adotadas no governo Mitterrand: “Such measures not only promoted the redistribution of wealth in favor of the aged and the less well off, but also helped slow the growth of unemployment and sustain economic growth during a period of global recession.” (Louriaux, 1991: 216)

O início das restrições internas e externas

Entretanto, a segunda fase do Mitterrand U-turn se inicia quando o governo Mitterrand começou a enfrentar sérias restrições (externas e internas) relativas à manutenção do projeto expansionista que levou ao lançamento do primeiro pacote de austeridade em 4 de junho de 1982.

¹⁰¹ Alguns dados a respeito do crescimento do PIB de alguns países:

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
United States	- 1.0	4.7	4.5	5.1	2.0	0.0	2.1	-2.5	3.4	6.6	2.9
Germany	- 1.6	5.4	3.0	2.9	4.2	1.4	0.2	-0.6	1.5	2.7	2.6
France	0.2	5.2	3.1	3.8	3.3	1.1	0.5	1.8	0.7	1.5	1.1
UK	-0.6	3.8	1.1	3.5	2.2	-2.3	-1.2	1.0	3.8	2.2	3.7
Italy	-3.6	5.9	1.9	2.7	4.9	3.9	0.2	-0.5	-0.2	2.8	2.3

Fonte: PIANTA, Mario. “**New technologies across the Atlantic: US Leadership or European Autonomy?**” **1988.**
<http://www.unu.edu/unupress/unupbooks/uu38ne/uu38ne05.htm> Acesso em 27 de janeiro de 2010.

Nesse momento, as ações do governo francês davam grande ênfase em justiça social, porém os economistas do PS “também esperavam que a liquidez injetada na economia iria expandir fortemente os gastos com consumo trazendo um novo crescimento para a economia francesa.” (Friend, 1989: 53) Entretanto, segundo Friend, esse plano não funcionou por duas razões:

A primeira foi que os socialistas não inseriram em seus cálculos, as medidas expansionistas que o primeiro-ministro de Giscard, Raymond Barre adotou com a proximidade das eleições presidenciais de maio de 1981, que foram: i. aumento das pensões para idosos; ii. Garantia de nova ajuda ao investimento; iii. alteração da prática dos anos anteriores, onde excluía os aumentos no custo do petróleo das contas de energia pagas direta ou indiretamente pelo público. Essas medidas estimularam o crescimento de 1981 (ano da posse de Mitterrand) em 0.4 por cento, e “foram integradas apenas imperfeitamente nas medidas keynesianas dos economistas socialistas”. (Friend, 1983: 53) A segunda razão foi o erro de cálculo do projeto expansionista feita na estimativa de meados de 1981, onde previa-se que a economia francesa teria “capacidade suficiente para suprir a demanda de consumo que resultaria do aquecimento da economia”; entretanto, o dinheiro injetado na economia não estimulou suficientemente a produção francesa voltada para esse consumo, o que levou a um aumento nas importações, particularmente da Alemanha Ocidental, levando um desequilíbrio no balanço de pagamentos. (Friend, 1989: 53) Esse aumento da importação foi acompanhado por uma queda nas exportações francesas devido a dois fatores: (i) altos preços dos produtos franceses devido a sobrevalorização do franco entre 1979 e o início de 1981; (ii) e o influxo de produtos altamente competitivos japoneses e de outros países não-europeus na Alemanha Ocidental e em outros mercados europeus.” Esse desequilíbrio na balança comercial começou a ser sentido em dezembro de 1981 e continuou em 1982. (Friend, 1989: 54)

Nesse cenário, Jacques Delors, ministro da economia, já havia previsto que a desvalorização do franco não iria alterar muito o cenário econômico e, portanto, “argumentou vigorosamente no Conselho de Ministros no início de outubro de 1981 para um orçamento mais restrito e uma expansão mais lenta do poder de compra.” (Friend, 1989: 54) Entretanto, no mesmo mês, o governo francês desvalorizou o franco dentro do Sistema Monetário Europeu –SME– “acalmado” os mercados. Porém, essa calma foi temporária, visto que, em junho de 1982, o processo especulativo contra o franco retornou. (Helleiner, 1996: 140.)

Nesse momento, a França começou a sofrer pressão de dois atores internacionais: em primeiro lugar, os países da Europa Ocidental, inseridos no SME, que não iriam mais aceitar uma desvalorização do franco (que tornam as

exportações francesas mais baratas que as exportações dos demais países) “a menos que viessem acompanhadas de medidas de austeridade que demonstrassem a determinação do governo em diminuir o déficit externo”; em segundo lugar, o governo dos Estados Unidos, sob a administração de Ronald Reagan que, assim como fez com o Reino Unido em 1976, também estava negando novos “financiamentos compensatórios a menos que o governo mudasse suas políticas econômicas”. (Helleiner, 1996: 140) Fora a não-aprovação de novos financiamentos, os Estados Unidos estava planejando, segundo Henry Nau – membro sênior do Conselho de Segurança Nacional da França – utilizar “pressões internacionais de mercado” para forçar a França, ou qualquer outro país que não estivesse adotando políticas econômicas voltadas para o controle da inflação e a criação de incentivos para os investidores atuantes nos mercados, a se enquadrar às políticas econômicas defendidas naquele momento pelos EUA. (Helleiner, 1996: 140-141)

Enquanto a situação no front externo era de pressão, no front interno não era diferente, pois Mitterrand se encontrava diante de outra polaridade: forças trabalhistas *versus* forças empresariais, onde as forças empresariais gozavam de um poder de barganha muito maior, visto que Mitterrand dependia do empresariado francês (em verdade, da manutenção de boas margens de lucro deste) para que eles mantivessem suas taxas de investimento, peça fundamental para a manutenção do projeto expansionista. A situação se agravava, pois, além do conflito capital-trabalho, o empresariado francês também competia com o empresariado de outros países, principalmente da Alemanha Ocidental, que contava com melhores condições de “competitividade”. (ver Hall, 1986: 196) Diante de tal pressão, já em novembro de 1981, Mitterrand “orientou seus ministros para tentar restaurar a confiança dos investidores”. (Murray, 1997: 97)

A “pausa” em novembro de 1981

“In fact, the Socialists had mistaken a delirious honeymoon for a stable marriage. The honeymoon soon ended. Confidence in Mitterrand’s ability to resolve France’s problems was measured by polls at seventy-four percent in June 1981, but began to decline in September, and dropped below sixty percent by December[1981].” (Friend, 1989: 57)

Em novembro de 1981, Delors, em entrevista de rádio, pediu uma “pausa” nos novos projetos. Diante desse pedido, Mitterrand disse a Delors: “As pessoas que votaram contra a política de austeridade de Barre, não irão aceitar rapidamente um retorno a restrições ... De qualquer forma, a direita irá fazer tudo para CAPSIZE a política de mudança que é apoiada pela opinião pública.” (apud Friend, 1989: 54)

O processo de reaquecimento da economia continuou em 1981 até junho de 1982. Em 1981, “apenas um quarto dos novos gastos foram injetados na economia, e os efeitos econômicos do reaquecimento de Barre [realizado antes da eleição presidencial de Mitterrand] foram levemente mais importantes para a economia em 1981 do que os efeitos obtidos pelas medidas tomadas pelo novo governo.” (Friend, 1989: 54)

A divisão do governo francês

Assim como no Reino Unido, na França, a implementação de um projeto expansionista e a tensão gerada por essas medidas levou a uma divisão séria entre os membros do governo: de um lado estavam os que apoiavam a adoção dos pacotes com medidas austeras, como o ministro das finanças Jacques Delors e o Primeiro Ministro Pierre Mauroy; de outro, defendendo medidas similares a Estratégia Econômica Alternativa do Partido Trabalhista britânico (a AES – *Alternative Economic Strategie*) estavam Laurent Fabius, Pierre Bérégovoy e Jean-Pierre Chevènement. Na França, a adoção de um programa como a AES britânica significaria a saída do país do Sistema Monetário Europeu e o aumento do comércio e de restrições cambiais de forma a manter o programa expansionista. (Helleiner, 1996: 141)

Mitterrand precisava encontrar uma solução para superar o impasse e a divisão dentro do governo. Ele se encontrava diante de um dilema: manter em andamento as políticas econômicas keynesianas expansionistas ou manter a França dentro do Sistema Monetário Europeu, na linha de uma “política pró-Europa”. (Helleiner, 1996: 141) Esse dilema pode ser sintetizado nas palavras do próprio presidente François Mitterrand em 1983:

“I am torn between two ambitions: constructing Europe and [bringing about] social justice. The European Monetary System is necessary to achieve the former, and it limits my ability to [bring about] the latter’.”¹⁰²

A frase citada acima foi proferida no ano seguinte em 1983, porém Mitterrand se encontrava diante desse dilema já em 1982. Segundo Helleiner, o comprometimento de Mitterrand com sua “política pró-Europa”, o deixava despreparado para aceitar a decisão de manter seu programa de governo, visto que implicaria na saída do SME. Mitterrand então propôs aos membros da Comunidade

¹⁰² Tradução minha: “Estou pressionado entre duas ambições: construir a Europa e [realizar] justiça social. O Sistema Monetário Europeu é necessário para alcançar [a primeira ambição], e ele limita minha habilidade para [realizar] a [segunda].” (*apud* Smith, 2006: 89).

Européia¹⁰³ que introduzissem sistemas de controle de capital (para evitar fugas de capital e ataques especulativos a determinadas moedas) para possibilitar uma política de determinação das taxas de juros independente em relação à taxa de juros dos Estados Unidos (que havia subido muito desde setembro de 1979). Isso iria permitir uma ampla recuperação econômica da Comunidade Européia. Muitos países europeus estavam frustrados com a política de juros altos dos Estados Unidos, porém a proposta ganhou um apoio pequeno do ponto de vista internacional quando apresentada por Mitterrand no início de 1982. (Helleiner, 1996: 141)

Reino Unido e Alemanha, por razões econômicas, não apoiaram a proposta de Mitterrand, pois, caso aceitassem: o Reino Unido teria que “considerar uma cooperação monetária européia mais próxima e, portanto, se distanciando de seu grande aliado político –os Estados Unidos– ou aceitar restrições nas atividades financeiras em Londres”; enquanto que a Alemanha Ocidental suspeitava de que ela iria acabar tendo que socorrer a França visto que a adoção de tal política poderia vir a inserir o país numa espiral inflacionária –como parte do “ciclo vicioso” descrito por Helleiner. (1996: 141)

A segunda fase. O encontro de Versalhes e o primeiro pacote de austeridade de 13 de junho de 1982

“O encontro de Versalhes [de 4 de junho de 1982], marcou o fim da primeira fase da presidência de Mitterrand, quando os socialistas se apoiaram numa injustificada auto-confiança, manifestando uma arrogância baseada numa má interpretação dos resultados das eleições [de maio de 1981].” (Friend, 1989: 55)

“Socialism, by definition, cannot be treated in national isolation (...). A medium-size nation-state, we argued, offers a launching pad, at best a provisional platform. Socialists are thus condemned to internationalism here and now.” (Singer, 1988: 283)

Como já dito na introdução, o primeiro marco no Mitterrand U-turn, foi o encontro anual de Economia com os chefes de Estado das sete maiores economias do mundo, ocorrido em 4 de junho de 1982 em Paris, que contou com a presença dos líderes dos Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Japão, Canadá, Reino Unido e Itália:

“The president’s attention was riveted on the economic summit to be held at the palace of Versailles. Hoping to convince the leaders of the United States,

¹⁰³ A Comunidade Européia, em 1982, era constituída de um conjunto de três comunidades: a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (Ceca), a Comunidade Européia de Energia Atômica (Euratom) e a Comunidade Econômica Européia (CEE). No ano de 1992 foi criada a União Européia englobando todas as então existentes comunidades e aprofundando os mecanismos de integração.

West Germany, Japan, Canada, Great Britain, and Italy to approve an ambitious program of worldwide economic expansion.” (Friend, 1989: 55)

Nele, a resposta negativa dos presidentes das principais economias mundiais, com relação ao pedido de Mitterrand para que a economia mundial voltasse a crescer, afetou decisivamente as decisões de política econômica do governo socialista francês que contava com esse retorno da expansão da economia mundial. Esse fato ajuda ilustrar um aspecto presente na análise de Parboni, baseada na classificação dos países de acordo com sua “condição do balanço de pagamentos”: “This division of the capitalist world into three parts according to balance of payments conditions lies at the root of my interpretation of the development of the crisis [of 1970s]” (1981: 120) O livro, tendo sido publicado em 1979, parece ter previsto o que ocorreu no governo Mitterrand em 1982, ao se ver contrariado com a decisão de governos como dos EUA e da Alemanha Ocidental. Segundo Parboni:

“The financially strapped countries [i.e. todos os países, menos Alemanha Ocidental, Japão, Holanda, Suíça, Noruega, Estados Unidos e, sob certas condições, Reino Unido] are unable to take any independent initiative aimed at economic recovery – through an increase in public spending, for example – because to do so would automatically run the risk of accumulating a foreign deficit that these countries either cannot or will not finance. They therefore have to await recovery initiatives from the strong countries, which have no fundamental balance of payments problems. The impasse of the crisis is therefore an impasse in the coordination of national economic policies. So long as Germany and Japan refrain from reflatting their economies, the rest of the capitalist world, with the exception of the United States, can only continue to stagnate.” (p. 120) (grifo meu)

Entretanto, após o encontro de Versalhes, Mitterrand ainda não estava convencido da necessidade de tomar medidas econômicas drásticas e deu uma entrevista a uma conferência de imprensa ainda cheio de otimismo. Mas, apesar do otimismo de Mitterrand, Mauroy paralelamente, anunciava seu plano de “rigor”, que era composto de três medidas: (1) um congelamento de salário e de preço até o fim de outubro de 1982; (2) um aumento de um por cento nas taxas de valor agregado (“value-added taxes” – ou VAT), sendo que a VAT sobre a comida, que Mitterrand havia prometido abolir, foi reduzida de sete por cento para 5.5 por cento; (3) e corte em gastos sociais, em parte através do congelamento de preços dos farmacêuticos e em parte através de um pagamento mínimo para os gastos com hospitais. (Friend, 1989: 59)

Porém, Mitterrand ainda “não estava convencido de que uma mudança de curso era necessária ou, se fosse necessária, se iria resolver o problema”, tendo sido apresentadas ao público francês como um “parêntesis no processo de

mudança” (Friend, 1989: 59) Porém, quatro dias depois, Mitterrand, “relutantemente concordou em desvalorizar o franco em dez por cento”. (Friend, 1989: 58)

O primeiro pacote de austeridade de 13 de junho de 1982

Porém, apesar da resistência de Mitterrand, nove dias após ter recebido uma resposta negativa de Reagan, o presidente mudou de postura e lançou, em 13 de junho de 1982, o primeiro pacote de “austeridade” com vistas a impedir uma nova queda do valor do franco: preços e renda (com algumas exceções) seriam congelados por decreto nos quatro meses seguintes; as autoridades governamentais prometeram que o déficit fiscal ficaria abaixo de 3 por cento do PIB (representando o fim da expansão do déficit orçamentário) e que balanceariam as contas da seguridade social, além de buscarem melhorar a situação financeira “deteriorante do setor empresariado privado” (Hall, 1986: 200 e Singer, 1988: 133).¹⁰⁴ Para tanto:

1. Foram cortados 20 bilhões de francos em gastos públicos no orçamento de 1982;
2. Todos os salários, exceto o salário mínimo (*le SMIC*), e a maioria dos preços foram congelados até o final de outubro de 1982.
3. O nível das contribuições de seguridade social dos empregadores foi congelado por um ano;
4. Os impostos sobre as empresas foram reduzidos em 10%;
5. Uma parcela dos custos das ajudas de custo às famílias (“family allowances”) foi transferido dos empregadores para os empregados. (Hall, 1986: 200)

Segundo Hall, tais medidas foram significativas por dois motivos: (1) marcaram o fim do expansionismo fiscal no qual o governo havia depositado suas esperanças para a recuperação econômica da França; (2) e refletiram uma reversão das prioridades distributivas do governo. O governo então passa a impor “altos

¹⁰⁴ A respeito do mesmo período, diz Singer: “The reshuffle of the government at the end of that month, on June 29, illustrated both the extent of the shift and the remaining hesitations. The break with the past was marked by the departure of [Nichole] Questiaux, the senior woman in the cabinet and the head of a department of social affairs symbolically renamed by the Socialists the Ministry of National Solidarity (it covered social security, the family and the aged). (...) Questiaux was presumably trying to convey the idea that the new regime involved a new logic, in which social need took precedent over abstract cost accounting, and social justice and the long-term benefit over immediate profitability.” (1988: 134) Hall também analisa este período que considera um ponto chave na mudança de rumos do governo Mitterrand (juntamente com março de 1983): “The real break [with the ‘redistributive keynesianism’ of 1981-82] came on 13 June 1982 after the franc was devalued again against the German currency.” (1986: 200)

custos aos trabalhadores e beneficiários sociais de forma a aliviar o fardo financeiro do empresariado francês". (1986: 200) Nesse sentido, como citado na epígrafe:

"O encontro de Versalhes [de 4 de junho de 1982] marcou o fim da primeira fase da presidência de Mitterrand, quando os socialistas se apoiaram numa injustificada auto-confiança, manifestando uma arrogância baseada numa má interpretação dos resultados das eleições [de maio de 1981]." (Friend, 1989: 55)

Nesse quadro, segundo Daniel Singer, a política keynesiana começou a ser revertida após apenas um ano de governo (maio de 1982) e "foi completamente abandonada após vinte e dois meses" (Singer, 1988: 130), ou seja, em março de 1984. Esta mudança teve dois momentos principais: o lançamento do primeiro pacote de 13 de junho de 1982; e o lançamento do segundo pacote em março de 1983.

Nesse quadro, o empresariado francês, um importante personagem para o sucesso do projeto expansionista devido ao seu papel como investidor, acabou prejudicando ainda mais o processo, pois eles "ainda estavam duvidosos a respeito das medidas sociais de 1981, profundamente desconfiados a respeito do congelamento de preços, e ressentidos com os socialistas que afirmaram que a sua relutância em investir era uma sabotagem proposital da economia". (Friend, 1989: 59)

Além disso, mesmo após o pacote, a situação da economia francesa continuou a deteriorar no ano de 1982: (i) a economia estadunidense mal começava a se recuperar; (ii) as demais economias européias estavam estagnadas; (iii) as exportações francesas para a RFA despencaram durante o ano; (iv) o desemprego manteve-se estável, mas não diminuiu; (v) e, finalmente, a inflação diminuiu levemente, porém, permanecendo em dois dígitos. (Friend, 1989: 63) E para agravar ainda mais a situação, o franco, após as duas desvalorizações, ainda estava sob ataque, pois o governo, a despeito das medidas de austeridade, continuava fazendo "declarações confusas" (Friend, 1989: 63), obviamente que refletindo as duas tendências em conflito dentro dele.

Toda esta situação levou a um sentimento de que o governo precisava de uma austeridade ainda maior, conforme a perspectiva de Mauroy, diversos economistas do governo e Delors. Mas, Mauroy sabia da resistência que Mitterrand iria fazer diante de qualquer medida que aumentasse a austeridade já em andamento no seu governo, além da possibilidade de Mitterrand optar por uma troca de primeiro-ministro. (Friend, 1989: 63) Mitterrand havia "dito a Mauroy em agosto de 1982, que ele havia lhe dado quatro meses para ser bem sucedido", uma

vez que não estava pensando em substituí-lo, pois "seus olhos estavam fixos nas eleições municipais marcadas para março [de 1983]." (Friend, 1989: 64)

A terceira fase. "Os visitantes noturnos" e a tentativa de manter a projeto expansionista

"Business circles and the press predicted a price explosion when the freeze ended. Mitterrand looked for a way out. The outline of a new policy had been suggested to Mitterrand by some of his advisers in the crisis of June 1982. They argued for BOLDNESS, a severe but salutary jolt to the economy. The rules of the European Monetary System made dramatic and competitive devaluations almost impossible; France must leave it to regain full economic independence. Had not Giscard twice left its predecessor arrangement, the 'snake', and returned? Mitterrand, they argued, could do the same. This advice came both from members of the government and from old friends of the president who had his confidence. The Delors-Mauroy course was wrong, they said; France must follow another policy." (Friend, 1989: 59-60)

Antes do primeiro pacote de austeridade, o governo já se encontrava dividido entre manter o projeto expansionista saindo do SME ou ir abandonando o projeto expansionista através do lançamento de medidas de austeridade, de forma a conter o ataque contra o franco, a inflação e os problemas de balanço de pagamentos. Essa divisão se manteve após o primeiro pacote, visto que diversos quadros do governo mantiveram-se firmes na idéia de convencer Mitterrand a, mesmo após as primeiras medidas de austeridade, voltar a trás, romper com o SME, e adotar uma postura autônoma. Os defensores dessa alternativa ficaram conhecidos como os "visitantes noturnos", e sua proposta como "a outra política" (a equivalente francesa da AES britânica – Alternative Economic Strategy):

"The ideas of those who favored a break with Delors' version of conventional austerity appealed ever more strongly to [Mitterrand]. These plans were bold, different, dramatic; if successful, they would permit a dramatic breakout from the trench warfare in which Mitterrand felt entrapped. Their advocates were old friends, ministers, personal advisors. Mauroy often met them in the presidential antechamber as he left Mitterrand's office at the end of the day. He gave them the name of the spectral presences in a famous René Clair film of the 1940s, *les Visiteurs du Soir*, the 'night visitors'." (Friend, 1989: 64)

A "outra política", defendida pelos "visitantes noturnos", defendia: (1) saída do Sistema Monetário Europeu de forma a se livrar de seus constrangimentos; (2) um certo grau de protecionismo; (3) mais intervenção do governo na economia, e (3) menos subserviência às finanças internacionais. (Singer, 1988: 144)

A idéia básica era que "o caminho para a recuperação do crescimento e a busca de um curso socialista era caminhar sozinho ["to go it alone"], buscar um curso parcialmente protecionista, diminuir a taxa de juros e fazer de tudo para desenvolver a indústria francesa e seu mercado interno", sendo que, após a adoção dessas medidas, a França poderia "voltar ao SME, ou, como a Grã Bretanha, permanecer de fora." (Friend, 1989: 65)

Entretanto, os "visitantes noturnos" se motivavam pelo compromisso com o eleitorado, sem levar em conta uma visão de mais longo prazo, de que, como analisado nos capítulos anteriores, a saída do SME representaria uma ruptura com o processo de integração (liderado pela própria França ao longo dos anos 1950-60-70), além de uma ruptura com a Alemanha Ocidental, que vinha dando suporte à França, do ponto de vista monetário, durante os anos anteriores através de uma busca por uma maior coordenação das políticas monetárias e cambiais. Além disso, levaria aos problemas econômicos clássicos já citados anteriormente, de balanço de pagamentos e inflação.

Nesse cenário, o lançamento do primeiro pacote não representou que Mitterrand tivesse "jogado a toalha" definitivamente. Ele ainda continuava dividido entre as duas opções: 1. mais austeridade; 2. ou a "outra política", dos "visitantes noturnos".

"Nine months after the first decisions on austerity, François Mitterrand was still hopeful that other roads might be found. 'The night visitors' were pressing him to switch to their 'other policy'." (Friend, 1989: 64)

E quem eram os "visitantes noturnos"? Jean Riboud, presidente da gigante multinacional Schlumberger; Jean-Jacques Servan-Schreiber, publicista; Jean-Pierre Chevènement, ministro da indústria; Jacques Attali, top adviser, e dois ministros que eram "pessoalmente muito próximos a Mitterrand", Pierre Bérégovoy e Laurent Fabius. (Friend, 1989: 64)

A crise de março de 1983

Apesar de Mitterrand ter adotado o pacote com medidas austeras (com corte de gastos, aumento da taxa de juros, etc.) a especulação contra o franco continuou durante o ano de 1982 e o início de 1983. Em setembro de 1982 a França pegou empréstimos com um consórcio de bancos e, em janeiro de 1983, da Arábia Saudita. Porém, como a fuga de capitais continuava, as reservas do Banco da França foram exauridas. A situação estava insustentável e as eleições municipais iriam ser realizadas em março de 1983. (Helleiner, 1996: 141)

Mitterrand e o Partido Socialista sofreram um revés no primeiro turno dessa eleição, visto que o resultado final revelou uma leve guinada para a direita.¹⁰⁵ Entretanto, apesar da guinada, o governo esperava algo pior, levando Mitterrand a ter uma sensação de “alívio”, fazendo com que ele abandonasse a idéia de retirar Mauroy do cargo, caso a insatisfação popular tivesse se mostrado muito grande nessas eleições. (Friend, 1989: 65) Isso levou Mitterrand a entrar na segunda tentativa de resistir às medidas de austeridade propostas pelos Estados Unidos, Alemanha ocidental e investidores em geral. Mitterrand tinha o suporte de muitos dos seus conselheiros e de repente endossou a “outra política”, o plano de expansão [econômica] independente fora do SME, tendo, porém, hesitado antes de abraçá-lo plenamente. (Helleiner, 1996: 142; Friend, 1989: 66)¹⁰⁶

“The crisis of March 1983 was the hinge event of 1981-1986. In May 1981 and June 1982 policies had been suggested that might have taken France out of the EMS and turned her toward a go-it-alone policy. In 1983 the president decided to take this course. Then for ten days he hesitated, as he consulted with his closest advisers, with the most famous French economists, and with a variety of other pundits political and economic.” (Friend, 1989: 66)

Continua o racha no governo. No grupo dos que se opuseram à posição de Mitterrand em adotar a “outra política” estava o primeiro-ministro Mauroy, que se recusou a adotar tais políticas, juntamente com o ministro das finanças Jacques Delors e a maioria dos principais economistas do governo (que prepararam uma série de memorandos a respeito da precária situação das finanças francesas). Jacques Delors “enfatizou os enormes riscos de tal rumo na condução da política econômica” com o argumento de que a saída da França do SME iria provocar uma desvalorização do franco ainda maior o que, por sua vez, iria “reforçar a pressão inflacionária doméstica [e] os custos dos serviços da dívida francesa”. (Helleiner, 1996: 142) Do outro lado, estavam os defensores da “outra política”, que

¹⁰⁵ “The socialists lost Nantes, Grenoble, Brest, Chalons-sur-Saône ; but were happily surprised to hold embattled Marseilles. Indeed, those cities where ministers were also mayors (...) almost all ended in the Socialist column. Except for Marseilles, the biggest cities had gone against the Left, with a crushing defeat in Paris. The balance of the country had shifted to the right. But, since they had expected worse results and more had shifted to the right. But since they had expected worse results and mores humiliating ones, the Socialists could think that a glass they had feared more than half empty was really almost half full.” (Friend, 1989: 65)

¹⁰⁶ “The ‘night visitors’ had, however, convinced [Mitterrand] to change economic policies. He felt constrained by an austerity policy that tied him to the European Monetary System, to humiliating negotiations with the Germans, and to a policy of slow growth.” (Friend, 1989: 65)

“continuavam a pressionar para uma política mais industrial, mais corajosa e mais expansionista”. (Helleiner, 1996: 142)

Os defensores da “outra política” argumentavam que a visão dos defensores da ortodoxia era exagerada; e, do outro lado, Henri Guillaume, ex “top aid” de Mauroy, argumentava que as idéias dos “visitantes noturnos” “eram tão vagas que eles não tinham nenhuma base para dar suporte a elas.” (*apud* Friend, 1989: 66-67). Além disso não havia um consenso entre os “visitantes noturnos” do que fazer e como fazer. (Friend, 1989: 67)

A quarta fase. O segundo pacote de austeridade em 23 de março de 1983: Mitterrand “joga a toalha”

“By early June [1982 – almost one year after the presidential election] Mitterrand began to adopt the new dispensation as his own. When in September 1982 he had mysteriously declared, ‘*I do not make socialism my Bible*’, he had not specified what new scriptures he had adopted. On June 8, 1983 he declared, ‘*There is no other possible policy*’, and admitted that mistakes had been made. ‘*It is true, perhaps we were dreaming in 1981.*’” (Friend, 1989: 69)

Inicia-se a quarta fase e o segundo momento chave do Mitterrand U-turn: a crise de março de 1983, quando, no dia 16, após um encontro entre Mitterrand, seus conselheiros e o chefe do departamento do Tesouro francês, Michel Camdessus, o governo francês finalmente viu que não seria possível resistir à adoção de um novo pacote de medidas austeras. Camdessus, no encontro, “ênfatizou que as reservas internacionais francesas tinham caído a um nível muito baixo” e que poderiam durar “dias, mas não semanas” caso houvesse uma crise cambial séria; e argumentou que a saída da França do SME iria impedir o país de pegar qualquer empréstimo levando o governo, como dito anteriormente, a ter que aumentar muito sua taxa de juros (para atrair capital externo) para evitar uma desvalorização do franco. (Helleiner, 1996: 142) Até o Ministro do Orçamento, Laurent Fabius, que era um dos proponentes da “outra política”, voltou atrás após obter informações de Camdessus, que informou Fabius que “as reservas monetárias francesas eram de apenas trinta bilhões de francos, insuficientes para sobreviver ao ‘marterlar’ dos especuladores uma vez que o franco fosse permitido flutuar.” (Friend, 1989: 66) Somasse a isso, diversos técnicos do presidente alertaram Jacques Attali (conselheiro próximo do presidente e também defensor da “outra política”) que:

“se o franco fosse deixado livre para flutuação ele iria afundar imediatamente em torno de vinte e talvez trinta por cento. Ninguém iria emprestar à França. O efeito dos preços mais altos das importações seria imediato, enquanto que qualquer efeito positivo nas exportações seria muito mais lento para surtirem efeito. Uma vez fora do Sistema Monetário

Europeu, a França não iria poder esperar nenhum suporte dos seus ex-parceiros europeus. A única defesa do franco seria um aumento radical da taxa de juros dos prevaletentes quatorze a vinte por cento ou mais. Ninguém iria investir com tais taxas.” (Friend, 1989: 66)

Os apoiadores do plano keynesiano-expansionista –como Laurent Fabius, Pierre Bérégovoy e outros– acabaram por apoiar o plano de medidas austeras prevendo que, a sua não-adoção iria acarretar em maior desemprego e falências comerciais. Com isso, Mitterrand se convenceu em se unir ao grupo do ministro das finanças Jacques Delors. No final da semana Delors “negociou uma desvalorização do franco de 8 por cento dentro do SME assim como um empréstimo de 4 bilhões de ECUs”, mas, em troca, a França teria que adotar os pacotes de reformas austeras. (Helleiner, 1996: 142) O projeto de François Mitterrand, de implementar o “keynesianismo em um [único] país” não foi possível de ser efetivado e tal decisão “acalmou os mercados” levando à estabilização do franco. (Helleiner, 1996: 142)

O segundo pacote de austeridade de 23 de março de 1983

Porém, mais uma vez o cenário externo, juntamente com algumas restrições internas (referentes ao setor do empresariado – perda de competitividade frente às empresas estrangeiras; restrições nas margens de lucro e conseqüente redução nos investimentos, etc.), continuaram a ditar os rumos do governo Mitterrand. Segundo Hall, “o impacto deflacionário das medidas de 1982 não foram suficientes para conter a fuga do franco francês” levando o governo a anunciar um novo pacote de austeridade em 23 de março de 1983, composto de algumas medidas, que recaíram principalmente sobre a classe média francesa:

1. Os impostos aumentaram em 40 bilhões de francos;
2. Os gastos públicos foram reduzidos drasticamente em 24 bilhões de francos em 1983;
3. Num total de 22 milhões de contribuintes, 15 milhões pagaram uma nova sobretaxa de 1% na renda tributável (“taxable income”) e 8 milhões foram forçados a fazer um empréstimo compulsório ao governo de 10% de seus impostos, com reembolso em 3 anos;
4. Os preços de produtos e serviços de empresas públicas aumentaram numa média de 8%, juntamente com taxas sobre tabaco, álcool e petróleo.
5. Um limite de 8% foi imposto ao aumento de salários e preços durante os próximos anos;

6. E finalmente, os turistas franceses foram proibidos de levar mais de 2000 francos para fora do país. (Hall, 1986: 200)

Diante dessa mudança de rumos, entretanto, Hall analisa que o governo socialista francês foi bem sucedido, se comparado com os demais países europeus. Entretanto, o parâmetro de referência do ponto de vista da população francesa, muitas vezes se deu com relação aos governos anteriores, e não com a situação contemporânea na Alemanha Ocidental, no Reino Unido ou nos EUA. Nesse sentido, a análise de Hall é bastante pertinente. Do ponto de vista das conquistas do governo de Mitterrand, temos: (1) a semana de trabalho de 39 horas; (2) a quinta semana de férias; (3) a aposentadoria aos 60 anos; (4) o aumento de 12% do poder de compra do salário mínimo (o SMIC); (5) ajudas de custo maiores às famílias ("family allowances"); (6) e uma taxaçoão levemente mais progressiva sobre as rendas mais altas." (Hall, 1986: 224)

Mas essas melhoras não eram sentidas pela população, visto que, algumas políticas eram simplesmente a continuação de mudanças iniciadas em governos anteriores:

"Porém, aos olhos da população francesa, essas iniciativas não pareceram ser uma mudança radical com as políticas dos governos anteriores. Apesar do valor real das transferências sociais terem aumentado 5.4% entre 1981 e 1983, ele já havia aumentado 6.6% por ano, de 1974 a 1981. (...) E até a semana de trabalho de 39 horas seguia na mesma direção do declínio de longo prazo de 43.5 horas em 1973 para 40 horas em 1981. Enquanto que a promessa de mudança de taxaçoão indireta para direta nunca ocorreu realmente." (Hall, 1986: 224)

Além disso, do ponto de vista sistêmico, a viabilidade da implementação do projeto do "socialismo em um país", se mostrou inviável devido a posição econômica que a França ocupava dentro do sistema internacional:

"The great lesson of [the crisis of March 1983] was that a middle-sized capitalist country with a network of economic and political ties to its neighbors in the European Community could ignore or shake off these ties only at extreme peril both economic and political – in fact, could not shake them off at all." (Friend, 1989: 69)

O Mitterrand U-turn teve, portanto, dois momentos principais, ilustrados pelo lançamento dos dois pacotes de austeridade, em junho de 1982 e em março de 1983. Os dois momentos representam: 1. o peso das decisões de política econômica dos EUA (o emissor da moeda internacional)¹⁰⁷ e da Alemanha

¹⁰⁷ Os EUA, como emissores da moeda internacional, gozavam de grandes benefícios no "padrão dólar flexível": "os crescentes déficits em conta corrente não impõem nenhuma restrição de balança de pagamentos à economia americana. Como o dólar é o meio de pagamento internacional, ao contrário dos demais países, praticamente todas as importações dos EUA são pagas em dólar. Isto também implica que praticamente todos os passivos externos americanos são também denominados em dólar. Como os dólares são emitidos pelo

Ocidental ("o coração da Europa", 1979); 2. e o problema de restrição do balanço de pagamentos (Parboni, Medeiros e Serrano) sofrido pela França durante os momentos em que adotava políticas econômicas expansionistas, não só na gestão de Mitterrand, mas também em 1969-1974 (Pompidou); 1974-1976 (Giscard – Chirac).

Os últimos passos do Mitterrand U-turn: março de 1983 a março de 1984

A análise do Mitterrand U-turn, dentro do corte metodológico proposto, termina em março de 1983, com o lançamento do segundo pacote de austeridade, em março de 1983, porém, as medidas liberalizantes continuaram **até março de 1984**, período que marcou o "completo abandono" do projeto keynesiano.

Em 1984, segundo John Goodman, Bérégovoy, então ministro da Economia e Finanças, adotou diversos novos instrumentos financeiros com os objetivos de: "[1] aprofundar os mercados financeiros franceses; [2] fortalecer a posição financeira das firmas francesas, e [3] permitir o Banco Central francês de controlar a emissão de moeda (...) através do controle da taxa de juros." (Goodman, 1992: 138) Essa medida, juntamente com outras, tomadas por Bérégovoy, voltadas para a reforma do sistema financeiro e para a liberalização dos mercados franceses, levaram John Goodman a concluir que tais medidas implicariam no aumento da integração da economia francesa com o resto do mundo, paralelamente à diminuição da sua autonomia, em termos de política monetária, frente às tendências mundiais. (Goodman, 1992: 138-139).

3.5 Os ciclos de economia política da França em Pompidou, Giscard e Mitterrand

As seis inflexões analisadas ao longo da pesquisa, podem ser analisadas na forma de um ciclo de política econômica, uma vez que todas elas ocorreram como parte de uma mesma dialética presente em todo o período analisado de 1969 a 1983.

Howarth, analisando o período de 1968 a 1981, faz uma síntese das contradições e dos desafios enfrentados por Pompidou e Giscard, que inclui objetivos nacionais franceses, e objetivos relacionados com o processo de integração monetária europeia (representados pela permanência na "Serpente Monetária"):

FED (...) é simplesmente impossível ((enquanto as importações americanas forem pagas em dólar), os EUA não terem recursos (dólares) suficientes para pagar suas contas externas. Além disso, naturalmente é o FED que determina diretamente a taxa de juros de curto prazo do dólar, enquanto as taxas de juros de longo prazo em dólar são inteiramente dominadas pelas expectativas do mercado sobre o curso futuro da taxa do FED." (Serrano, 2005: 211)

“During much of this period [between 1969 to 1981] there was a dialectic between the core economic goals of price stability and a trade surplus, on the one hand, and the desire to maintain high growth rates, create employment and permit wage increases, on the other. The goals of price stability and a trade surplus would enable the French to maintain a strong franc. Given the priority that the Germans placed on price stability, these goals were also crucial to the successful participation of the franc in European monetary arrangements – in particular after the decision to remove the Snake from its dollar tunnel.”¹⁰⁸ (Howarth, 2000: 42) (grifo meu)

Essa dialética, ainda segundo Howarth, levava o governo francês a conviver com uma constante “contradição” na política econômica francesa, em termos dos objetivos a serem alcançados, contradição esta que levava a um ciclo:

“There was a major contradiction in French policy: on the one hand, French governments all proclaimed their desire to maintain a strong currency and to keep the franc in the Snake, even following its two departs [on January 1974, after years of Pompidou’s growth oriented policies; and on March 1976, after Chirac’s expansionary package]; on the other, they sought to pursue growth and employment-oriented policies which weakened the franc and made floating a more acceptable option. The constraints imposed by the franc’s participation in the Snake were only tolerable when these conformed to the economic priorities of the French government at the moment: which explains the decision to float the franc outside the Snake on two occasions”. (Howarth, 2000: 43)

O interessante a observar é que essa “dialética” e essa alternância na política econômica francesa pode estar associada aos círculos vicioso e virtuoso, referentes ao sistema de taxas de câmbio flexíveis, mencionado por Helleiner (1996, 124), onde os **círculos viciosos de desequilíbrio** (desconfiança dos mercados; depreciação da moeda do país em questão; aumento da inflação que levava a um aumento da perda de confiança, que por sua vez reforçava ainda mais a espiral descendente da moeda, e que seria interrompida somente com a adoção de programas austeros que restauravam a “confiança dos mercados”) afetavam os **países que buscavam políticas expansionistas**, como era o caso da França; e os **círculos virtuosos** (ilustrados por confiança dos mercados, moeda forte, baixa inflação e bons resultados no balanço de pagamentos) eram vivenciados pelos

¹⁰⁸ A explicação da expressão “túnel do dólar” e sua relação com a “serpente monetária europeia” será explicada adiante.

países economicamente conservadores que adotavam políticas anti-inflacionárias, como era o caso da Alemanha Ocidental, a partir de 1972.

Portanto, é essa dialética e essa contradição em política econômica francesa que pautou os ciclos de política econômica francesa de 1969 a 1983, sendo o "Mitterrand U-turn" apenas uma parte do ciclo maior analisado e que também foi caracterizado pela mesma dialética.

Nesse processo, do ponto de vista da economia política, os governos de Pompidou e Giscard, durante suas fases expansionistas (Pompidou durante toda sua gestão, e Giscard durante o mandato do primeiro-ministro Chirac e o pacote expansionista de setembro de 1975 a agosto de 1976) passaram por dificuldades similares a que Mitterrand enfrentou ao adotar o projeto "keynesiano", e que formavam um ciclo vicioso:

1. Tentativa de manutenção das políticas expansionistas que prejudicavam o balanço de pagamentos (via estímulo do aumento da demanda por importações sem contrapartida nas exportações francesas), mas que eram benéficas politicamente.

2. Essas políticas levavam a um aumento da inflação francesa *vis-à-vis* a inflação da Alemanha Ocidental, que acabava por diminuir a competitividade das exportações francesas no mercado internacional (em especial, frente aos produtos alemães na própria Alemanha Ocidental, que era o seu principal mercado de exportação), e dos produtos franceses frente aos produtos importados.

3. Isso levava a uma pressão para desvalorizar o franco além dos limites permitidos pela "serpente monetária" europeia ou pelo SME (a partir de 1979): o que gerava uma pressão para decidir entre ficar ou sair da "serpente", ou ficar ou sair do SME (tendo a França saído da "serpente" pela primeira vez em janeiro de 1974, voltado em junho de 1975, e saído novamente em março de 1976; no que tange ao SME, a França não saiu em nenhum momento).

4. Uma vez realizada a desvalorização do franco, seu valor frente ao dólar aumentava o valor das importações (o "import bill"), visto que, grande porcentagem das importações francesas eram em dólar (em especial o petróleo, produto no qual a França tinha forte dependência).

5. Essas pressões de inflação e balanço de pagamentos levavam a adoção de medidas austeras, e de períodos de austeridade, que auxiliavam no controle da inflação, na valorização do franco, e em melhoras no balanço de pagamentos; porém, com conseqüências negativas em termos de crescimento e emprego, que geravam insatisfação popular e pressões domésticas com reflexos nas urnas, fortalecendo o partido de oposição (Mitterrand, por exemplo, foi eleito num desses contextos).

Os períodos de políticas econômicas austeras permitiam a obtenção dos objetivos de controle da inflação, manutenção do franco forte e da França no processo de integração monetária européia (Serpente de 1972-1979, e, a partir de 1979, o SME), e, finalmente, melhora no balanço de pagamentos. Os períodos de políticas econômicas expansionistas (Pompidou de 1969 a maio de 1974; Giscard/Chirac de setembro de 1975 a agosto de 1976; e também Mitterrand/Mauroy de maio de 1981 a junho de 1982) permitiam ao governo francês a manutenção de uma boa taxa de crescimento (o conceito de “boa” aqui iria variar de um governo para o outro, visto que o cenário internacional foi se alterando, em linhas gerais, para um quadro mais recessivo de 1969 a 1983), boas políticas salariais e de emprego.

A pressão para manutenção das políticas expansionistas e não-adoção de políticas austeras (numa direção contrária do cenário internacional), nos três governos analisados, vinha, em parte, das urnas. Entretanto, na “quebra de braço” entre “urnas” e “cenário internacional”, o último saiu vencedor em todos os governos. E tal disputa, levou à uma política de “stop and go” francesa. Segundo Goodman, ao se referir ao governo Giscard/Barre:

“Domestic constraints proved far less compelling than did international ones. France’s experience at the turn of the decade revealed that, in reality, the international environment set the outer limits for national monetary policy. Barre had been willing to allow monetary policy to expand beyond domestic targets – but not beyond trends in international markets. When the United States and West Germany tightened monetary policy, Barre and Giscard felt forced to do the same. In fact, it was Giscard’s desire to give greater weight to this external constraint that led him to join the EMS. With this decision, perhaps more than any other, Giscard established a potent legacy, later to be acknowledged by his successors.” (Goodman, 1992: 126)

Esses ciclos de adoção de políticas expansionistas e contracionistas foram representados por momentos de inflexão (os seis citados ao longo da pesquisa) com tetos (ou “pontos de máxima”) representando os limites da adoção de políticas expansionistas; e pisos (ou, “pontos de mínima”) representando os limites da adoção de políticas contracionistas ortodoxas com conseqüências, no geral, impopulares. O que caracteriza a existência de um ciclo contínuo ao longo do período, foi o fato de que tanto os tetos como os pisos, ocorreram em circunstâncias similares dentro da dialética e contradições de política econômica citadas.

Os tetos podem ser divididos em dois: os sistêmicos e os nacionais. Os **tetos sistêmicos** foram originados das variáveis macroeconômicas oriundas de mudanças no sistema internacional que impediram a manutenção da adoção de políticas macroeconômicas expansivas:

1. A ruptura dos EUA com os acordos de Bretton Woods em 1971 e a subsequente adoção de um sistema de taxas de câmbio flexíveis a partir de 1973, com repercussões na economia francesa, diante da competição entre o marco alemão e o franco.
2. Os impactos dos dois choques do petróleo na economia francesa, com repercussões no seu balanço de pagamentos e inflação, e em neutralizar os benefícios de desvalorização do franco frente ao dólar.
3. Os impactos do aumento da taxa de juros norte-americana na política econômica francesa.
4. Os impactos das mudanças de rumo da economia mundial, na direção de uma ortodoxia, por parte dos EUA e Alemanha ocidental e seus impactos na França.
5. Os impactos dos ataques especulativos contra o franco.

Os **tetos nacionais franceses** se fizeram presentes através do problema do balanço de pagamentos franceses e da inflação; além dos problemas gerados do ponto de vista dos investidores e empresários franceses.

Os **pisos**, que se faziam sentir após um determinado período de adoção de medidas ortodoxas, que aliviavam problemas do balanço de pagamento, porém, aumentavam o desemprego e a insatisfação com cortes em gastos sociais que eram manifestados nas urnas nos períodos de eleições legislativas, cantonais ou presidenciais.

Essa idéia dos ciclos pode ser sintetizada com a afirmação de Peter Hall, ao se referir ao dilema enfrentado pelo governo francês e que ajuda a resumir o Mitterrand U-turn e inseri-lo no ciclo que o antecede e o engloba:

“The socialists faced an acute policy dilemma, for which conventional economic theory left them only two options. (i) they could use traditional Keynesian techniques to stimulate demand, although this might well cause balance of payments problems before it began to affect investment. (ii) Their second option was to raise profit levels directly by depressing wages or cutting corporate taxes, but to do this the Socialists would have to discipline the workforce or cut social spending. **The first tactic was economically dangerous; the second was politically unpalatable.** In the large measure **the history of the Mitterrand years is the story of how the Government gradually moved from the first option to the second.**” (Hall, 1986: 198) (grifo meu)

3.5.1 A intensificação das restrições externas ao longo das gestões Pompidou-Giscard-Mitterrand

Nos ciclos, fora as variáveis sistêmicas e nacionais francesas, é possível se observar uma intensificação das restrições externas ao longo das gestões de Pompidou-Giscard e Mitterrand. Apesar dos governos terem enfrentados situações semelhantes, Giscard enfrentou restrições externas e internas maiores que Pompidou, pois assumiu após o primeiro choque do petróleo e após a implementação do sistema de taxas de câmbio flexíveis juntamente com um processo de liberalização financeira em andamento, iniciado pela liberalização da conta capital norte-americana em 1974; e Mitterrand enfrentou restrições externas ainda maiores que Giscard e Pompidou, pois assumiu após o segundo choque do petróleo, e após a política de elevação da taxa de juros norte-americana desde setembro de 1979, juntamente com um cenário internacional recessivo, bem mais desfavorável que Pompidou e D'estaing. Segundo Goodman:

"In the first five months of 1974, the government arranged an international credit line of \$2.5 billion and encouraged its public sector firms to borrow abroad as well. The willingness of international markets to continue lending to France (...) enabled the government [of Pompidou] to sustain its expansionary policy without a rapid depreciation in the exchange rate." (Goodman, 1992: 113)

Essa "disposição dos mercados internacionais" em emprestar à França, mudou na gestão Mitterrand. O cenário internacional foi ficando cada vez mais restritivo, e a medida que, principalmente as economias norte-americanas e alemã, e os investidores internacionais em geral, iam adotando um corte mais ortodoxo, mais difícil ficava para a França manter seu projeto expansionista. Mitterrand assumiu contando com essa expansão da economia norte-americana, que não ocorreu, conforme confirmado no encontro de Versalhes em março de 1982.

Capítulo 4

O Mitterrand U-turn a partir de uma análise sistêmica

O Mitterrand U-turn pode ser entendido numa perspectiva de mais longo prazo (ou seja, relativa ao fator tempo) como parte de um ciclo de expansão-contracção de política econômica francesa que vem, dentro do marco da atual pesquisa, desde De Gaulle; porém, numa perspectiva sistêmica (ou seja, relativa ao fator espaço) pode ser entendida como parte de um sistema político e econômico internacional fortemente hierarquizado e com economias "nacionais" crescentemente internacionalizadas e integradas entre si, especialmente a partir dos anos 1960, diminuindo assim a capacidade dos governos nacionais de pensarem e atuarem de forma isolada e autônoma, em especial em relação às economias mais fortes, que se encontravam numa posição mais privilegiada dentro de uma hierarquia informal de poder econômico e político. É nesse sentido que, juntamente com a perspectiva temporal dos ciclos (analisada nos capítulos 1,2 e 3), podemos inserir uma perspectiva espacial ou sistêmica do Mitterrand U-turn, que envolve seis aspectos que serão analisados ao longo do capítulo:

1. O histórico francês de construção da Europa e a tradição de ajuda e cooperação entre França e Alemanha;
2. O aumento da integração econômica a partir dos anos 1960, levando a uma diminuição de autonomia política dos países em geral (Strange, 1995), com exceção do "emissor da moeda internacional", conforme a perspectiva de Medeiros e Serrano (1999);
3. O projeto expansionista dos EUA do pós Segunda Guerra Mundial, no qual todos os demais países se encontravam inseridos (como no caso da Europa e do "hemisfério ocidental") ou afetados por ele, conforme a perspectiva de Fiori (2005).
4. Dentro desse projeto expansionista norte-americano, insere-se a dinâmica do "desenvolvimento a convite" da Alemanha Ocidental (Medeiros e Serrano, 1999) e sua "transformação" no "centro cíclico principal" da Europa, conforme a perspectiva de Parboni, Medeiros e Serrano.
5. A perspectiva da França como um país situado "dentro" de dois "territórios econômicos supranacionais" (Hilferding/Fiori): a zona do marco alemão, e o padrão dólar-flexível (Serrano).

4.1 A opção pela manutenção da França no Sistema Monetário Europeu, a opção pela Europa

“Eu estou dividido entre duas ambições: construir a Europa e [realizar] justiça social. O Sistema Monetário Europeu é necessário para conquistar o primeiro, e este limita minha habilidade de [realizar] o último.” (Smith, 2004: 89)

“France is our *patrie*, but Europe is our future” Mitterrand em 1986 (apud Knapp e Wright, 2006: 34)

“Mitterrand’s creativity in accepting a large-scale liberalisation of France’s economy (...), but harnessing it to a European Project that was given the stamp both of: (i) neo-Gaullism (Europe as an economic pole independent of the United States) and (ii) of social democracy (Europe as a model of the social market economy) transformed an economic constraint into a political opportunity.” (Knapp e Wright, 2006: 34)

O processo de integração europeu visava, em parte, em seus primórdios e do ponto de vista francês, criar um bloco de poder que pudesse garantir maior autonomia francesa e europeia frente ao poder norte-americano. Nesse sentido, para um europeísta confesso como Mitterrand, tanto o projeto da Europa, quanto a implementação do projeto expansionista (e mais “justiça social”), eram de fundamental importância. Porém, sejam por todas as restrições de cunho macroeconômicas analisadas anteriormente, seja pela parceria histórica entre França e Alemanha Ocidental na construção da Europa, o programa de governo foi sendo abandonado e Mitterrand manteve-se fiel ao projeto europeu, arcando com os custos econômicos, políticos e sociais de manter a França dentro dos padrões econômicos exigidos pelo SME. Nesse processo:

“For Mitterrand, Europe replaced socialism as the central presidential project after the economic U-turn of March 1983: as an accepted economic discipline, and as a justification for sacrifices imposed. The Single Market, and then the single currency, would offer a stable environment within which French business could thrive, and a framework for the construction of a European economic superpower to rival the United States.” (Knapp e Wright, 2006: 28-9)

A decisão de se manter no SME de Mitterrand não foi um fato isolado. Fez parte de uma atuação conjunta e histórica entre França e Alemanha Ocidental, que estava acompanhando a França do ponto de vista monetário, desde o período da “serpente monetária”. Como já colocado no capítulo anterior, e segundo a perspectiva de Julius Friend, um momento dessa parceria pode ser exemplificada pela “troca” entre Mitterrand e Schmidt, no que tange assuntos relativos a segurança e questões monetárias, reforçando o entrelaçamento entre questões de cunho econômico e de política internacional (Friend, 1991: 67)

A saída da França do SME também não necessariamente representaria uma ruptura com a Alemanha Ocidental ou com o projeto europeu, visto que ela já havia deixado a “serpente monetária” duas vezes anteriormente, sem implicações para a

relação com a RFA e para o processo de integração europeu. Pelo contrário, a Alemanha atuou de forma coordenada com a França mesmo nesses momentos. A França, após a primeira saída da serpente em janeiro de 1974 (no final da gestão Pompidou) fica fora da "serpente" durante aproximadamente um ano e meio e retorna em junho de 1975, graças ao pacote de austeridade que Giscard lançou logo no início do seu mandato, que permitiu um reequilíbrio do balanço de pagamentos e das finanças francesas. Porém, a França só conseguiu permanecer na serpente durante aproximadamente oito meses, visto que, com a possibilidade de um reaquecimento da economia (devido ao pacote expansionista de Jacques Chirac iniciado em setembro de 1975), o franco novamente ficou abalado, levando a França a deixar a "serpente" pela segunda vez em março de 1976.

Nesse processo, o presidente francês Giscard e o chanceler alemão Helmut Schmidt trabalharam juntos, de forma a melhorar o sistema financeiro e fortalecer a cooperação européia, tendo Schmidt apoiado a iniciativa de Giscard de manter os encontros econômicos anuais. (Friend, 1991: 57) No encontro Franco-germano de fevereiro de 1977, foi anunciado que a partir de então, os ministros das finanças e da economia iriam se encontrar trimensalmente e, além disso, desde dezembro de 1974, os nove chefes de Estado da CEE (França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e os recém ingressados Reino Unido, Irlanda e Dinamarca) já haviam acordado se encontrarem três vezes por ano na forma de um Conselho Europeu (uma instituição diferenciada do Conselho da Europa).

Nesse caso, fica difícil avaliar o que aconteceria se Mitterrand tivesse adotado a "outra política", ou seja, a política de autonomia francesa (que incluía um afastamento do SME) frente à linha de política econômica ortodoxa adotada pela RFA e, conseqüentemente, pelos parâmetros do Sistema Monetário Europeu. Se avaliado a partir de experiências anteriores (no caso as duas saídas da "serpente") a saída do SME não teria gerado nenhuma ruptura. Porém, em 1982-83, o momento era outro, e, nesse ponto da pesquisa, não será inserida nenhuma análise contra-factual a respeito desse assunto, e a análise se fundamentará no que ocorreu: Mitterrand, entre manter-se fiel ao projeto expansionista, ou manter-se fiel ao projeto de integração europeu, optou pelo segundo. Esse dilema é expresso na frase de Mitterrand pronunciada em 1983:

"Eu estou dividido entre duas ambições: construir a Europa e [realizar] justiça social. O Sistema Monetário Europeu é necessário para conquistar o primeiro, e este limita minha habilidade de [realizar] o último." (Smith, 2004: 89)

Se a manutenção da França no SME foi uma "opção" ou se "não havia alternativa" (na linha da célebre frase de Thatcher), isto vai depender do ponto de

vista adotado. Conforme a análise feita na atual pesquisa, essa decisão teria sido um somatório dos dois, visto que, como analisado, as restrições externas da França, em parte fruto de decisões tomadas em especial pelos Estados Unidos e pela RFA, já vinham afetando os rumos da economia francesa desde Pompidou, e foram se agravando cada vez mais. Isso, em parte, diz respeito ao processo ocorrido a partir dos anos 1960, de aumento da integração econômica entre os países, e conseqüente diminuição de suas "fronteiras nacionais" no que tange questões financeiras e econômicas. Pontos que serão analisados no item seguinte, e no item 4.3.2 relativo aos "territórios econômicos supranacionais".

4.2 Aumento da integração econômica internacional: fortalecimento do topo da hierarquia política e econômica internacional e diminuição de autonomia política dos demais países

"Os anos Mitterrand revelam a extensão na qual, até mesmo um regime socialista com um mandato firme é restringido pela economia internacional e a organização existente na sociedade. Enquanto o governo se articulava contra as restrições econômicas que derivavam de sua inserção nos mercados mundiais, ele enfrentou a difícil escolha de adaptar sua estratégia *vis-à-vis* as operações das forças de mercado ou de mover-se para um caminho mais radical do que o previsto. Nessa difícil situação, o governo escolheu a primeira." (Hall, 1986, p. 225)

"Quite simply, a real left-wing policy can be applied in France only if the other European countries also follow policies of the left ... I want to change the habits of this nation. If the French resign themselves to living with an inflation of 12%, then they should know that, because of our economic interdependence with Germany, we will be led into a situation of imbalance. France must rid herself of this inflationary disease (*L'Express*, 8 April 1983)." (Pierre Mauroy, *apud* Hall, 1986: 201).

O peso das decisões de política econômica dos EUA e Alemanha Ocidental sobre a França, analisados no capítulo 3, só se concretizaram devido ao crescente processo de integração econômica entre os países (incluindo a França), desde os anos 1960. Aspecto fundamental para se entender, não somente o Mitterrand U-turn, como também todo o "efeito dominó" das reformas neoliberais que se espalhou, em graus e em tempos diferentes, pelo mundo, levando governos socialistas a aderirem à cartilha neoliberal de forma muito similar a Mitterrand, ao Reino Unido em 1976 (também analisado no capítulo 3), e também ao caso da Espanha após a eleição de Felipe González (Fiori, O espelho espanhol de FHC, 1997), entre outros.

Nesse sentido, dois aspectos podem ser destacados no caso francês durante os primeiros anos da gestão Mitterrand, relativos ao aumento da integração da economia mundial e da francesa com a economia internacional:

i. Na esfera comercial, em 1953, 13 % do PIB francês estava ligado a atividades de importação e exportação; em 1983 essa porcentagem subiu para 23%. Esse aumento significou que a “indústria francesa passava a ficar mais vulnerável em relação às recessões internacionais e as expansões econômicas domésticas tendiam a resultar em aumento das importações”.

ii. Na esfera energética, 80% das suas necessidades eram supridas via importações, e, portanto, “qualquer aumento no preço internacional da energia poderia lançar o balanço de pagamentos num déficit imediato”, como no caso do aumento de 1979 (o “segundo choque do petróleo”) que deixou o país com um déficit de 60 bilhões de francos, “antes mesmo dos socialistas assumirem o poder.” (Hall, 1986: 196)

A maior integração da economia francesa com o mundo fortaleceu, em especial, a influência que as economias alemã e norte-americana tinham sobre a política econômica francesa, como analisado separadamente a seguir.

República Federal da Alemanha e a França

“The crisis of March 1983 was caused by the collision between the French tradition of inflation and devaluation (...) and the German-dominated anti-inflationary logic of the EMS. With the franc under intense pressure from the markets, despite two devaluations in 1981 and 1982, Mitterrand faced a stark alternative, to leave the EMS or to seek another monetary realignment within it. (...) [So] the Kohl government’s conditions for accepting [a third monetary realignment of the franc] were that France should adopt effective measures on interest rates and public spending that would reduce inflation and limit the need for further devaluations.” (Knapp e Wright, 2006: 81)

Nesse caso, essa maior integração comercial da França no comércio internacional intensificou o peso das decisões de política econômica da Alemanha Ocidental na condução da política econômica francesa, visto que a Alemanha era o seu principal parceiro comercial. Uma dessas variáveis-chaves era a taxa de inflação visto que a política expansionista na França, além de estimular o aumento das importações, aumentava a taxa de inflação francesa frente à alemã. Nesse processo, pode-se observar uma seqüência:

1. A Alemanha Ocidental (no papel de “centro cíclico principal europeu”) era o principal mercado para as exportações francesas e, em 1982, os preços dos produtos franceses estavam aumentando a uma taxa duas vezes maior que a dos produtos alemães que competiam com os franceses no mercado interno alemão.

2. Em parte para compensar essa perda de competitividade dos produtos franceses no mercado alemão, o franco foi desvalorizado em relação ao marco-alemão em três ocasiões: 4 de outubro de 1981; 12 de junho de 1982 e 21 de

março de 1983 (os três momentos críticos em que se encontrou o governo francês, incluindo os dois momentos de lançamento dos pacotes de austeridade – junho de 1982 e março de 1983). O franco desvalorizou 27% em dois anos. Com essas desvalorizações, o governo francês esperava: i. aumentar as exportações em 3%; ii. o PIB em 1%; iii. criar 120.000 novos postos de trabalho; iv. e melhorar o balanço de pagamentos em 24 bilhões de francos por 3 anos. (Hall, 1986: 198-199)

Porém, a desvalorização não se sustentava, visto que aumentava o custo das importações (como analisado logo a seguir), entre outros aspectos mais que foram analisados no capítulo 3. Uma vez que a desvalorização não tenha resolvido os problemas vigentes, a saída foi o abandono das políticas expansionistas.

Estados Unidos e a França

Além das decisões de política econômica da Alemanha Ocidental, a condução da política econômica norte-americana - o emissor da moeda "internacional"- afetava diretamente a economia francesa. Logo, uma vez que Reagan e o governo norte-americano continuassem com a política de juros altos, a conseqüente valorização do dólar norte-americano acabava por pressionar ainda mais a França, visto que, segundo Hall, "apesar da maior parte das exportações francesas irem para a Alemanha, muitas das importações francesas [37%] eram denominadas em dólar" (Hall, 1986: 196; 199), logo, quando o franco se desvalorizava aumentava o valor dessas importações, uma vez que, "para cada 10 centésimos que o franco se desvalorizava frente ao dólar, a taxa de importações francesas aumentavam em 2.5 bilhões de francos", ¹⁰⁹ o que acabava quase que anulando os benefícios obtidos com a desvalorização do lado das exportações. (Hall, 1986: 196) Além disso a França era dependente em energia, com oitenta por cento dela dependente de importação, logo, "qualquer aumento no preço internacional da energia poderia lançar o balanço de pagamentos num déficit imediato." (Hall, 1986: 196) O segundo choque do petróleo de 1979, por exemplo, deixou um déficit de 60 bilhões de francos, "antes mesmo dos socialistas chegarem ao poder."

Esse quadro se agravou por duas razões:

1. Os EUA continuaram com a política de juros altos, apreciando ainda mais o dólar norte-americano.

¹⁰⁹ Fonte: *Commissariat Général du Plan*, 1983: II, 110 – *apud* Hall, 1986: 196.

2. E a especulação contra o franco nos primeiros anos do governo Mitterrand¹¹⁰ agravava ainda mais a desvalorização da moeda e a situação do balanço de pagamentos

Estes dois processos juntos levaram a uma desvalorização do franco frente ao dólar de: 4.20 francos por dólar em 1980, para 5.35 francos por dólar em abril de 1981 (um mês antes de Mitterrand tomar posse) e 8.60 francos por dólar em 1984. (Hall, 1986: 199) Segundo Hall, os efeitos dessa desvalorização do franco frente ao dólar foram “catastróficos” para a economia francesa visto que, segundo algumas estimativas: 1. reduziu a taxa de crescimento francesa em 1% em 1982; 2. aumentou o desemprego, com a diminuição de 24.000 postos de trabalho; 3. Aumentou a inflação em 3 a 5%; 4. aumentou o déficit público em 36 bilhões de francos; 5. e o efeito nos preços dos produtos importados pela França gerou um déficit comercial de 57 bilhões de francos em 1982 (*Le Monde*, 24 de março de 1983). (Hall, 1986: 199)

Entretanto, essa dependência da França nas decisões de política econômica dos EUA e da RFA, está relacionada com uma característica estrutural da economia mundial, conforme analisado no *item* seguinte a respeito da crescente integração econômica entre os países.

4.2.1 Digressão teórica e histórica. O aumento da integração econômica levando ao fortalecimento do topo da hierarquia política econômica mundial e à diminuição da autonomia política do restante da “pirâmide”

“Na contramão do seu tempo, List defendeu o livre-câmbio como uma política vantajosa apenas para as potências econômicas mais avançadas. Nesse sentido, defendeu, também, o protecionismo como caminho indispensável da industrialização e da acumulação de riqueza, e poder, por parte dos países europeus que pretendessem concorrer com a Inglaterra.” (Fiori, 2000: 21)

Nesse sentido, o caso francês ajuda a ilustrar a tese de que o aumento da integração econômica internacional diminui a autonomia de política econômica dos países, conforme a perspectiva de Susan Strange (1995), que cita inclusive o caso francês.

Strange analisa algumas transformações de longo prazo, em andamento no mundo nos anos 1990, ocorridas na economia mundial. Uma delas foi o aumento da

¹¹⁰ Seja pela expectativa constante de que uma nova desvalorização viesse a ocorrer; seja pela insatisfação dos grandes investidores internacionais a respeito das políticas econômicas expansionistas adotadas pelo governo francês; ou pela atração do “hot money” para a Alemanha Ocidental, após a vitória de Kohl em 1982.

integração das economias nacionais na economia de mercado mundial. Tal mudança “afetou os Estados mas se originou fora deles – (...) principalmente na crescente estrutura integrada de crédito e finanças e na crescente estrutura de produção transnacionalizada. (...) O resultado é uma visível redução na autonomia do Estado.” (Strange, 1995: 160) E continua Strange:

“Competing for world market shares, (...), means accepting the established structures and customs of those markets. Competing for foreign capital means accepting the terms and conditions set by the major financial centers and the major international banks, insurance firms, law firms and accountants. It means becoming vulnerable to the ups and downs (...) [of the market].” (Strange, 1995: 161)

Nessa linha de raciocínio, para exemplificar, Strange cita o caso da França que “quando elegeu um presidente socialista em 1982, este foi rapidamente obrigado *pelos mercados* a fazer um U-turn nas estratégias econômicas. (Strange, 1995: 162) Na mesma linha, Hall conecta diretamente o aumento da integração francesa na economia mundial com a diminuição da margem de manobra do governo francês no início da gestão de Mitterrand:

“As mudanças de longo prazo na posição econômica internacional da França colocou limites na margem de manobra do governo. A produção francesa estava agora profundamente integrada na economia mundial. As dimensões comercial, energética e monetária dessa interdependência transformaram a política autônoma de reaquecimento da economia francesa em uma estratégia arriscada.” (Hall, 1986: 196)

Reino Unido e Estados Unidos, as “potências hegemônicas mundiais”: do mercantilismo ao liberalismo

Nesse caso, o que podemos observar, sem querer formular nenhuma tese muito rígida, é que, quanto maior a integração econômica mais essa hierarquia internacional informal econômica e política se fortalece, ou seja, fortalece os países que estão em seu topo, em especial a potência hegemônica, e diminui o grau de autonomia de política econômica dos países não-emissores da moeda internacional. É esse processo que é ilustrado na postura do Reino Unido e dos Estados Unidos em promover fortemente a integração da economia mundial nos anos 1870 e 1970 respectivamente. O “processo de internacionalização do capital e de centralização do poder global” se intensificaram fortemente a partir da “generalização do padrão-ouro e da desregulamentação financeira, promovida pela Inglaterra na década de 1870”, e o

mesmo ocorreu após “a generalização do padrão ‘dólar flexível’ e da desregulamentação financeira, promovida pelos Estados Unidos na década de 1970.” (Fiori, 2007: 68)¹¹¹

Esse processo se reafirma pela postura da potência então hegemônica (seja ela o Reino Unido no século XIX, seja os Estados Unidos, a partir do pós Segunda Guerra Mundial, ou do eixo anglo-saxão a partir dos anos 1960) em defender fortemente o liberalismo econômico e combater os nacionalismos. Porém, antes de chegarem ao topo do poder, tanto Inglaterra, quanto Estados Unidos, praticaram fortemente políticas mercantilistas e protecionistas:

“É neste contexto que deve ser colocada e explicada a criação precoce – e única, no século XVII – da ‘economia nacional’ inglesa. (...) Depois da Inglaterra, todas as demais economias nacionais ‘tardias’ foram sendo criadas, com maior ou menor sucesso, como respostas defensivas ou competitivas com relação à própria Inglaterra, já então vitoriosa no campo econômico, depois da sua Revolução Industrial e no campo militar, depois das Guerras Napoleônicas. Este foi o verdadeiro significado estratégico do mercantilismo e a Inglaterra foi, sem dúvida, a experiência mercantilista mais bem sucedida da Europa. (...) A Inglaterra só abandonou sua estratégia mercantilista e se transformou numa potência liberal no século XIX, quando já ocupava a posição de liderança incontestada dentro do sistema econômico capitalista e dentro do sistema político interestatal.” (Fiori, 2005: 36) (grifo meu)

Nesse sentido, quando o país alcança o topo do poder, surge o paradoxo de que *o liberalismo do hegemôn poderia ser visto como uma forma de nacionalismo e/ou protecionismo*, visto que estes países estavam defendendo seus interesses nacionais ao pressionarem pela liberalização comercial e financeira do resto do mundo. Porém, conforme analisa Fiori, antes da defesa do liberalismo, as potências hegemônicas atuaram com base em estratégias mercantilistas ou protecionistas. Só após a chegada ao topo é que o discurso se inverte.¹¹²

¹¹¹ Fiori aplica o mesmo raciocínio em relação à globalização financeira ocorrida a partir dos anos 1970: “Na verdade, o que a história nos conta é que a globalização financeira foi a contraface econômica de uma estratégia política conservadora, de resposta à crise dos anos 1970 e de reafirmação mundial, na década seguinte, da hegemonia norte-americana. Uma estratégia global e imperial organizada e hierarquizada a partir do eixo anglo-saxão e que se impôs ao restante do mundo pela força simultânea e combinada do poder político e do dinheiro.” (Fiori, 2007: 77)

¹¹² “Na competição capitalista, os que ganham são sempre os que demonstram maior capacidade para contornar ou romper as regras e as instituições construídas em nome do mercado e da competição perfeita, e que cumprem o papel de bloquear e atrasar o acesso às novidades, dos concorrentes que se submetem às regras ou se atrasam em rompê-las. Por isso também, a despeito da retórica liberal, (...) os ‘estados/economias nacionais’ que ganharam também foram os que souberam navegar na contramão das ‘leis do mercado’, praticando políticas mercantilistas durante o tempo em que lutaram para ascender dentro da hierarquia mundial, mas também durante o tempo em que se mantiveram no topo do

Alguns momentos históricos ajudam a ilustrar essa tese, visto que, de acordo com a posição dos países na hierarquia monetária internacional, esses se posicionavam de uma determinada forma em relação aos processos de integração econômica. Que pode ser avaliada da seguinte maneira: quanto mais alto se encontrava na hierarquia de poder econômico, maior o apoio às medidas de integração e liberalização. Já os localizados em patamares inferiores, temem que os processos de integração fortaleçam as economias mais fortes. Fiori, analisando as “lições liberais” derivadas dos anos 1860-1870, comenta:

“Como metáfora, pode-se dizer que o ‘princípio do liberalismo’ e da internacionalização foi ‘encarnado’ pela potência hegemônica, a Inglaterra, e sua rede de alianças com as elites globalizantes do mundo capitalista. Já o ‘princípio da nacionalidade’ foi ‘encarnado’ pelos Estados tardios que disputaram diretamente a supremacia econômica e a liderança financeira inglesa: em particular, Alemanha e Estados Unidos, e mais tarde, em menor escala, também Japão e Rússia.” (Fiori, 2004: 67)¹¹³

Esse princípio também está presente na obra de Georg Friedrich List, em “Sistema Nacional de Economia Política”:

“Na contramão do seu tempo, List defendeu o livre-câmbio como uma política vantajosa apenas para as potências econômicas mais avançadas. Nesse sentido, defendeu, também, o protecionismo como caminho indispensável da industrialização e da acumulação de riqueza, e poder, por parte dos países europeus que pretendessem concorrer com a Inglaterra.” (Fiori, 2000: 21)

De um lado, a potência hegemônica promove e patrocina o desenvolvimento de certos países (de acordo com algum cálculo estratégico que envolve geopolítica, características dos países e também uma certa divisão internacional do trabalho –

sistema. No caso dos estados, como no caso do capital, eles também tiveram que inovar e sofisticar permanentemente seus sistemas de proteção, inclusive para poder dar alguma credibilidade à sua retórica liberal que foi, e será sempre, o discurso de todos os vitoriosos, dentro dos ‘territórios econômicos’ conquistados ou submetidos à condição de periferia econômica dos ganhadores.” (Fiori, 2004: 44-45)

¹¹³ O princípio liberal e o da nacionalidade, aqui citado por Fiori, faz parte do “duplo movimento” presente no sistema capitalista, segundo a visão de Karl Polanyi, em sua obra *A grande transformação*. Segundo Fiori: “Ao discutir o ‘século liberal’ e a sua crise dos anos 1930, Polanyi, de fato, transcendeu o seu próprio tema e lançou as bases e a agenda de uma nova economia política internacional, que se propunha o estudo simultâneo e histórico das relações entre os Estados, as moedas, os mercados e a luta pela riqueza capitalista.” (1999: 54) “[Polanyi] reintroduz a idéia de contradição, no seu velho sentido dialético, ao sugerir a existência simultânea, e endógena ao sistema capitalista, de um ‘duplo movimento’ provocado pela ação de dois princípios de organização da sociedade: ‘um, o princípio do liberalismo econômico, que objetiva estabelecer um mercado auto-regulado, e o outro, o princípio da proteção social, cuja finalidade é preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva” (Polanyi, 1980, p. 139 – apud Fiori, 1999: 55)

que deu origem ao sistema mundial centro/industrializado – periferia/agrária, como fruto do sistema colonial), de outro, busca manter laços de dependência e controles locais, além de uma hierarquia de poder político e econômico.¹¹⁴

E é esse movimento expansivo da potência hegemônica, que envolve o “desenvolvimento à convite” de certos países (como será visto adiante no item 4.3.1) e, posteriormente, dois movimentos: um, em que o próprio hegemôn passa a concorrer com os países que patrocinou; e outro, em que os países patrocinados e em ascensão, buscam, através da defesa dos seus interesses nacionais, conter o avanço da potência hegemônica, ao mesmo tempo em que buscam expandir seu próprio poder político e econômico, seja ele regionalmente, seja ele mundialmente, dependendo do potencial de cada um:

“[É a própria potência expansiva] que alimenta a contratendência ‘nacionalizante’ dos demais estados que bloqueiam sua marcha em direção ao poder global, e ao império mundial”. (Fiori, 2002: 58)

Essa tese pode ser exemplificada no comportamento da França, ao longo da década de 1960, e dos EUA (ou do eixo anglo-saxão), no mesmo período, conforme analisado no item seguinte.

4.2.2 A defesa do eixo anglo-saxão pela maior integração econômica e a posição contrária da França nos anos 1960-1970.

Se não é possível afirmar aqui a tese de que quanto maior for a integração econômica mais poder irão obter os países que estão no topo da hierarquia, o que é possível de se observar, como citado, é que os países se comportam seguindo esse princípio. Durante os anos 1960-1970, o eixo anglo-saxão sempre se posicionou em defesa de uma maior integração e liberalização econômica, enquanto que França sempre se posicionou contrária aos processos de liberalização financeira, pois sabia que sua posição frente a poderosa economia alemã e aos próprios Estados Unidos iria se fragilizar (Helleiner, 1996).

Os franceses e alguns representantes da Europa Ocidental, eram defensores do controle de capitais em “discussões preliminares no início de 1972”. Em março do mesmo ano, o “ministro das finanças Giscard d’Estaing implorou aos Estados Unidos para reverterem sua indiferença em relação à saída de capitais de curto prazo originado dentro de suas fronteiras”. Diante dessa posição, estava a postura

¹¹⁴ Segundo Fiori: “Por isso [é a própria potência hegemônica que] promove, sempre que necessário, o desenvolvimento econômico dos seus futuros concorrentes, como aconteceu com a Inglaterra em relação à Alemanha, aos Estados Unidos e ao Japão, no século XIX, e voltou a acontecer com os Estados Unidos, no século XX, em relação à Alemanha, ao Japão, à Coreia, à Taiwan e, mais recentemente, com a própria China.” (Fiori, 2005: 58)

norte-americana contrária “a qualquer forma de controles cooperativos”, enquanto que os representantes estadunidenses buscavam desencorajar os demais países de controlarem os movimentos de capitais de forma coordenada. Em agosto de 1972, eles “perceberam que tais movimentos de capitais “eram prejudiciais pois interferiam na autonomia política, mas eram úteis, pois promoviam mudanças políticas *apropriadas*”. Três meses depois, em novembro de 1972, os representantes da Europa Ocidental e do Japão, enfatizaram a necessidade de se controlar tais fluxos, encontrando, entretanto, a ferrenha oposição estadunidense ao controle de capitais, “posição esta que se tornou pública pela primeira vez no final de 1972.” (1996: 105-106).

Quem saiu vitorioso nessa disputa foram os EUA que liberalizaram sua conta capital em dezembro de 1974 (ver Helleiner, 1996: 108-122). A partir de então, o processo de “desregulação competitiva” (Helleiner, 1996) gerou uma onda de capital que buscavam investir nos países com maior liberdade de movimentação fugindo dos demais. Isto impossibilitou qualquer forma de resistência por parte dos países favoráveis ao controle de capital. A França tentou resistir, mas, depois da liberalização da conta capital norte-americana, um a um, os países europeus foram desmantelando seus sistemas de controle, e a França acabou tendo que ceder em 1979.¹¹⁵

A partir daí, os países se encontravam a mercê do “voto diário dos mercados”. Qualquer linha de política econômica que não seguisse o padrão ortodoxo colocava em risco a credibilidade da moeda frente aos investidores internacionais. Essa estrutura criou um mecanismo constante de coerção sobre os governos, seja dos países centrais nos anos 1980-1990, seja da periferia, a partir dos anos 1990. A França na gestão Mitterrand ajuda a ilustrar como a liberalização da conta capital e diminuição de autonomia política, andam lado a lado:

“A questão macroeconômica mais geral, referente aos países que não emitem a moeda internacional, é a de que a abertura financeira (abertura da conta capital), ao quebrar os ‘territórios monetários’, dilui também a

¹¹⁵ Segundo Howarth: “The French also advocated the adoption of a more stringent system of capital controls in all the EEC countries. They began introducing controls in November 1968 (...) The monetary crises of the late 1960 and early 1970s demonstrated the inefficacy of selective measures adopted in an uncoordinated fashion and only by certain member states. The French argued that the imposition of German controls was crucial to intra-EEC, and specifically franc stability: by helping to stem the pressure to revalue the mark. Ironically, the French achieved a minor victory by gradually convincing the Germans, other Europeans and the Commission to introduce increased controls while the effectiveness of these controls decreased in the face of growing movements of speculative capital. Following the removal of the Snake from its tunnel, most of the EEC countries began slowly to dismantle controls. While the French lagged behind most of their European partners, Prime Minister Barre sped up efforts, and succeeded in removing all French controls by 1979.” (2000: 32-33).

capacidade dos estados nacionais de regular com autonomia sua política econômica subordinando o seu crescimento interno às variáveis externas.” (2005: 142)

4.3 O Mitterrand U-turn, a “teoria do sistema interestatal capitalista” e o projeto expansionista dos Estados Unidos

A análise do Mitterrand U-turn pode ser feita também a partir de uma perspectiva bem mais ampla e inserida dentro de uma dinâmica internacional de mais longo prazo, conforme a perspectiva da “teoria do sistema interestatal capitalista”, segundo formulação de José Luís Fiori.¹¹⁶

Fiori analisa o sistema mundial como “parte de um ‘universo’ que se expande de forma contínua” e que passa, de tempos em tempos por um tipo de “explosão expansiva’ dentro do próprio sistema”. (Fiori, 2008: 22). Essas “explosões expansivas” ocorreram no “longo século XIII”, no “longo século XVI”, no “longo século XIX”, e também a partir da década de 1970 (Fiori, 2008: 22-24).¹¹⁷ A “explosão expansiva” do sistema mundial, que se iniciou nos anos 1970, ainda está em curso, no início do século XXI (2011-2012), e está levando a uma “transformação estrutural, de longo prazo” do sistema mundial. (Fiori, 2008: 34). Além disso, essa “explosão” foi fruto, em parte, da “estratégia expansionista e imperial dos EUA”, período em que a potência hegemônica, ameaçada, entre outros aspectos mais, pelo avanço ou perda de espaço econômico para outras unidades do sistema (igualmente expansivas e aliadas, no caso, o Japão e a Alemanha Ocidental) dentro do contexto da Guerra Fria, quebra com as regras que ela mesma havia estabelecido após a 2ª Guerra Mundial em Bretton Woods, de modo a manter sua posição de liderança mundial. Inicia-se então, a partir do eixo anglo-saxão, a promoção dos ideais e das reformas neoliberais que se espalham pelo mundo no já citado “efeito dominó”, e que podem ser analisados como um fenômeno, entre

¹¹⁶ Sua teoria se encontra elaborada no artigo “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”, em Fiori, Medeiros e Serrano, *O mito do colapso do poder americano*, 2008.

¹¹⁷ Segundo Fiori, “nesses ‘momentos históricos’, houve primeiro um aumento da ‘pressão competitiva’ dentro do ‘universo’, e depois uma grande ‘explosão’ ou alargamento das suas fronteiras internas e externas.” (Fiori, 2008: 22) Esse aumento da “pressão competitiva” ocorrido nesses quatro momentos, “foi provocado – quase sempre – pelo expansionismo de uma ou várias ‘potências líderes, e envolveu também um aumento do número e da intensidade dos conflitos, entre as outras unidades políticas e econômicas do sistema. E a ‘explosão expansiva’ que se seguiu projetou o poder destas unidades ou ‘potências’ mais competitivas para fora de si mesmas, ampliando as fronteiras do próprio ‘universo’.” (Fiori, 2008: 22-23) Segundo Fiori, esse “universo” “nasceu na Europa, e só na Europa, apesar das semelhanças políticas e econômicas que possam ter existido entre a situação europeia e o que se passava, naquele momento, em outros territórios, continentes ou civilizações, e apesar de que se pudesse encontrar, na mesma época, em certas regiões da Ásia, formas mais avançadas de comércio, finanças e agricultura. (Fiori, 2008: 24)

outros, da estratégia expansiva do poder anglo-saxão, que, como parte do “paradoxo político-econômico do sistema interestatal capitalista”,¹¹⁸ acaba por fortalecer seus interesses nacionais e sua posição internacional com o aumento da “centralização do poder global” através de um mecanismo de internacionalização das finanças mundiais, promovido pelo Reino Unido na década de 1870 e pelos Estados Unidos na década de 1970. (Fiori, 2007: 68) É nesse momento, a partir da década de 1970, que os EUA começam a abandonar seu comportamento hegemônico para adotar uma postura mais imperial.¹¹⁹ Do ponto de vista da condução da política econômica internacional, essa postura se traduziu na política Volcker do choque de juros, onde os EUA elevaram a taxa de juros norte-americana de 1979 a 1982, levando o mundo todo (inclusive o próprio EUA) a uma recessão. É nesse contexto que Mitterrand assumiu seu governo, e que ocorreu o Mitterrand U-turn, que ajuda a ilustrar um processo de tentativa de resistência à expansão das reformas liberalizantes promovidas pelo eixo anglo-saxão. Entretanto, não apenas a França se insere nessa dinâmica internacional, mas também a Alemanha Ocidental, como analisado a seguir.

4.3.1 A Alemanha Ocidental como “zona de co-prosperidade” dos EUA na Europa, o “desenvolvimento a convite” e sua transformação no “centro cíclico principal” europeu

No capítulo 2 foi analisada a “ultrapassagem”, do ponto de vista econômico, da RFA em relação à França, a partir de 1968. Entretanto, essa ascensão econômica da Alemanha em relação à França também se insere dentro de um contexto mais amplo, que também envolve o projeto expansivo da então potência hegemônica, visto que, dentro do contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos elegem por razões econômicas, políticas e geopolíticas, a Alemanha e o Japão como “zonas de co-prosperidade” dos EUA dentro do tabuleiro internacional da Guerra Fria – visando

¹¹⁸ Segundo Fiori: “A expansão competitiva dos ‘Estados-economias nacionais’ europeus criou impérios coloniais e internacionalizou a economia capitalista, mas nem os impérios, nem o ‘capital internacional’ eliminaram os Estados e as economias nacionais. Nesse **paradoxo**, esconde-se a **contradição político-econômica mais importante do ‘sistema mundial moderno’**. Os Estados que se expandem e conquistam ou submetem novos territórios expandem igualmente seu ‘território monetário’ e internacionalizam seus capitais. Mas, ao mesmo tempo, seus capitais e sua riqueza se expressam em suas moedas nacionais e só podem se internacionalizar mantendo seu vínculo com alguma moeda nacional, a sua própria ou a de um Estado nacional mais poderoso.” (Fiori, *O poder global e a nova geopolítica das nações*, 2007: 30).

¹¹⁹ Segundo Fiori: “Pouco a pouco, o sistema mundial foi deixando para trás um modelo ‘regulado’ de ‘governança global’ liderado pela ‘hegemonia benevolente’ dos Estados Unidos, e foi se movendo na direção de uma nova ordem mundial com características mais imperiais do que hegemônicas.” (FIORI, *O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites*, 2005: 94).

conter um possível avanço soviético para além do Leste Europeu. (Fiori, 2005: 89) Uma vez que a Alemanha tenha sido escolhida como zona de co-prosperidade norte-americana, ela passa a usufruir, juntamente com o Japão (e mais tarde Coréia do Sul e alguns dos "tigres" asiáticos) de benefícios comerciais e econômicos providenciados pelos Estados Unidos, no chamado "desenvolvimento a convite" (Medeiros e Serrano, 2000) explicado a seguir.

A Alemanha Ocidental como uma zona de co-prosperidade norte-americana

Os EUA, após a conquista da hegemonia mundial depois da 2ª Guerra Mundial, organizaram o tabuleiro internacional de forma a "determinar" seu inimigo: a União Soviética (após a "doutrina Churchill – Truman" de 1946-1947)¹²⁰ e também, com base numa estratégia geoeconômica e geopolítica, seus principais aliados: o Japão na Ásia, e a Alemanha Ocidental na Europa, que se transformam em "zonas de co-prosperidade" dos EUA, (Fiori, 2005: 89) dentro de sua estratégia de contínua expansão do seu poder rumo ao "poder global" e de contenção do poder soviético durante a Guerra Fria, em especial na Europa, que se via constantemente ameaçada por um avanço soviético para além do Leste Europeu. Nesse caso, do ponto de vista econômico, os EUA promoveram o "desenvolvimento a convite" do Japão e da Alemanha Ocidental, que, com o passar dos anos, também foram expandindo seu poder na segunda metade do século XX, até o momento em que começaram a representar uma ameaça, do ponto de vista econômico, aos próprios interesses norte-americanos no final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

Segundo Fiori, esse processo de apoio à RFA e ao Japão (países derrotados na 2ª Guerra Mundial) "se transformou na pedra angular da engenharia econômico-financeira" do período, viabilizando, depois da década de 1950, o surgimento "dos grandes 'milagres' econômicos da economia capitalista." (Fiori, 2005: 89) A Alemanha, junto com os demais países citados, se transformou "num tipo híbrido de estados nacionais que não se transformaram em colônia norte-americana, mas foram 'desarmados' de forma permanente, sendo transformados em elos de um 'cinturão de segurança', constituído em torno da União Soviética e onde foram instaladas as principais bases militares americanas, fora do território dos EUA." (Fiori, 2005: 89) A Alemanha, portanto, segundo essa perspectiva, teria se

¹²⁰ "Foram necessários dois anos [após o término da Segunda Guerra Mundial] para que se definisse finalmente a nova doutrina estratégica dos Estados Unidos com a escolha do inimigo e a definição das fronteiras e das regras da Guerra Fria. O resultado foi uma política traçada exclusivamente pelos ingleses e norte-americanos a partir da proposta feita por Churchill, no seu famoso discurso em Fulton, Missouri, em março de 1946, onde se falou, pela primeira vez, em 'cortina de ferro', idéia recolhida e transformada em fundamento ético da Doutrina Truman, anunciada pelo presidente americano em março de 1947." FIORI, O poder global dos EUA: formação, expansão e limites, 2005: 86.

transformado em um "protetorado militar" e "convidado econômico" dos EUA, além de um "pivô regional" da Europa dentro de uma "máquina global de acumulação de capital e riqueza que funcionou de forma absolutamente virtuosa entre as Grandes Potências e em algumas economias periféricas até a crise da década de 1970". (Fiori, 2005: 89)

O "desenvolvimento a convite" da Alemanha Ocidental

"É a própria [potência hegemônica que] promove, sempre que necessário, o desenvolvimento econômico dos seus futuros concorrentes, como aconteceu com a Inglaterra em relação à Alemanha, aos Estados Unidos e ao Japão, no século XIX, e voltou a acontecer com os Estados Unidos, no século XX, em relação à Alemanha, ao Japão, à Coreia, à Taiwan e, mais recentemente, com a própria China. (...) É ela mesma que alimenta a contratendência 'nacionalizante' dos demais estados que bloqueiam sua marcha em direção ao poder global, e ao império mundial." (Fiori, 2005: 58)

Esse mesmo processo, de escolha da Alemanha Ocidental como zona de co-prosperidade, é analisado por Medeiros e Serrano do ponto de vista econômico e da economia política do pós 2ª Guerra Mundial onde os EUA realizam o processo de "desenvolvimento a convite"¹²¹ da Alemanha, que levou-a a ocupar, na segunda metade do século XX, o papel de "centro cíclico principal europeu" (Medeiros e Serrano: 1999). Segundo os autores:

"No pós-guerra o acesso ao mercado americano e ao financiamento internacional criou para os países aliados as condições externas para o crescimento acelerado. Assim, podemos caracterizar como 'desenvolvimento a convite' a estratégia americana de não apenas permitir, como também em vários casos promover deliberadamente o desenvolvimento econômico dos países aliados nas regiões de maior importância estratégica para o conflito com a URSS." (Medeiros e Serrano, 2000 : 133)

Os EUA adotam diversas medidas de política externa que permitiram o desenvolvimento econômico tanto de países da Europa como da Ásia: (1) abertura unilateral do mercado norte-americano às exportações dos países europeus aliados e do Japão; (2) a manutenção de taxas de câmbio desvalorizadas –em relação ao dólar– dos países aliados que auxiliavam na competitividade dentro do sistema de

¹²¹ A respeito da utilização do termo "desenvolvimento à convite" segundo Medeiros e Serrano: "A expressão 'desenvolvimento à convite' é de Wallerstein (ver Arrighi, 1994) e, para este autor, diz respeito ao convite ao desenvolvimento feito por grandes empresas a pequenos países. No presente trabalho estamos usando a mesma expressão com um sentido totalmente diverso."

Bretton Woods e no esforço exportador que era central para os países europeus, com destaque para a Alemanha e o Japão;¹²² (3) tolerância com políticas de proteção tarifária e não-tarifária; (4) envio de missões de ajuda técnica e forte estímulo à expansão das multinacionais americanas nesses países. (Medeiros e Serrano, 2000: 133)

Entretanto, esse apoio dos Estados Unidos aos países europeus aliados e ao Japão tinha um objetivo bem definido, visto que a reconstrução da economia regional e a posterior expansão das exportações da Europa Ocidental e do Sudeste Asiático “era percebida como essencial para o crescimento da economia mundial e para a construção de uma ordem econômica internacional que pudesse isolar o bloco soviético”, além do que, através desse processo “estava claro que esta ordem deveria ser montada a partir da afirmação do dólar como a moeda internacional.” (Medeiros e Serrano, 2000: 134)

A Alemanha como “centro cíclico principal” da Europa

Esse desenvolvimento a convite acabou por transformar a Alemanha Ocidental no “coração da Europa” (Parboni, 1979), e no seu “centro cíclico principal” (Medeiros e Serrano, 1999), com repercussões fortíssimas no rumo da economia francesa levando-a, no início dos anos 1980, a ter o ritmo de sua política econômica e de seu crescimento determinados pela economia alemã, uma vez que “o baixo crescimento das principais economias européias ocidentais desde os anos 1980 deve ser explicado a partir da Alemanha”, (Medeiros, 2005: 155) devido ao fato de que, “no caso dos países europeus que têm, na Alemanha, o seu centro cíclico principal, a restrição macroeconômica externa ao crescimento, (...) constitui certamente o problema central de sua restrição ao crescimento.” (Medeiros, 2005: 144)¹²³

¹²² Visto que, esse grande volume de exportações permitia que esses países suprissem suas necessidades elevadas de importações (matéria prima e bens de capital).

¹²³ Riccardo Parboni, em “The dollar and its rivals” (1981), explica como se dá esse processo da dependência dos demais países europeus no crescimento da economia alemã, com base na análise do balanço de pagamentos, e reforça a existência dessa hierarquia intra-européia: “The crux of the lack of a joint recovery of the European economy is in turn the lack of recovery in Germany. Indeed, the various European economies are not all equivalent, but are organized in a hierarchical pattern with the German economy at the summit. To mix the metaphor: Germany is the heart of the European economy, while all the other economies are peripheral. Economically, Europe may be defined as a German zone. This zone includes all countries that send a significant share of their exports (15% or more) to Germany and at least half their total exports to the German economic zone, including Germany itself. Germany in turn sends half its total exports to the periphery of its economic zone, but no individual country absorbs more than 5-6% of its exports (except Holland and France, each of which account for about 10% of German exports). This configuration of trade makes economic relations asymmetrical: if a country of peripheral Europe reflates its economy, this recovery is not transmitted to the rest of Europe, because the imports of this country are not

Fora isso, dentro da Europa, o país que tinha uma relação comercial mais intensa com a Alemanha era a França, visto que, “até os anos 1970, a Alemanha transmitiu, através de seu crescimento, amplo estímulo aos países da CEE e, sobretudo com a França” construindo “um dinâmico mercado comunitário.” (Medeiros, 2005: 156-7) Quando a Alemanha Ocidental começa a mudar os rumos de sua política econômica para um viés mais antiinflacionário, já no início dos anos 1970, os rumos da economia européia (incluindo o da França) também vai se deslocando na mesma direção.¹²⁴

Voltando a análise para o objeto de estudo da atual tese, pode ser dito que, uma vez que exista uma hierarquia internacional informal de poder político e econômico, ela se manifesta nos demais países: 1. Do ponto de vista macroeconômico, através do mecanismo da restrição do balanço de pagamentos (ênfaticamente por Parboni, Medeiros e Serrano); 2. e, do ponto de vista político, através do peso das decisões políticas dos Estados Unidos e da Alemanha, ao longo da mudança de rumos realizada pelo governo de Mitterrand.

4.3.2 Os territórios econômicos supranacionais

Outro ponto a ser adicionado à análise sistêmica do caso francês, diz respeito aos “territórios econômicos supranacionais”. (Fiori, 2008: XX) Muitas análises a respeito de aspectos ligados às relações internacionais lidam com os países a partir de suas fronteiras políticas ou de seus “territórios políticos”, porém, não levam em conta que os fluxos de investimentos e capital ocorrem além das fronteiras políticas e, apesar de serem difíceis de serem visualizados, estes podem ter forte relação com a hierarquia internacional entre os países. O conceito de “território econômico supranacional” é derivado do conceito de “território econômico” de Hilferding:

“A política do capital financeiro procura um tríplice objetivo. Em primeiro lugar a criação de um ‘território econômico’ tão vasto quanto possível. Em

great enough to draw the other economies along, either cumulatively or individually, country by country. On the other hand, if Germany reflatates, the rise in its imports is sufficient to exert both direct and indirect effects on all the other countries: direct effects through the increase of exports of each of these countries to Germany, indirect effects through the increase of exports to all the countries of the German economic zone, which increase their imports in the wake of the increase of exports to Germany. In a word, the European economy throbs with the beat of its German heart.” (p. 122)

¹²⁴ Segundo Medeiros: “Assim, ao contrário da direção ‘keynesiana-expansiva’ que marcou o processo de regionalização europeu desde o Tratado de Roma, a direção do processo de convergência regional criado nos anos 1980 tinha, por elemento central, a busca de maior convergência das taxas de câmbio nos termos do SME, com o marco afirmando-se como eixo para a integração comercial e financeira européia. Os países com balanço de pagamentos mais frágeis (Itália, Espanha, mas também França) eram obrigados, para manter a paridade nos limites fixados pelo SME, a elevar suas taxas de juros de forma a atrair capitais de curto prazo necessários ao financiamento do déficit externo, reproduzindo uma restrição clássica de balanço de pagamentos ao crescimento econômico.” (Medeiros, 2005: 158)

segundo lugar, a defesa desse território por meio de barreiras aduaneiras. E a seguir, em terceiro lugar, sua transformação em campo de exploração para os monopólios do país.” (Hilferding [1910], 1985: 314)

É a partir dessa idéia que Fiori fala de um “território econômico supranacional” que foi “conquistado pelo capital financeiro” e que foi “quase sempre a outra face do ‘território político’, conquistado pelas Grandes Potências.” (Fiori, 2005: 44) Com base numa perspectiva histórica e de longa duração, Fiori também fala da existência de uma “hierarquia de moedas que corresponde, mais ou menos, à hierarquia de poder dos seus Estados emissores” e de “sistemas monetários internacionais” que “são um retrato bastante fiel da correlação de forças existentes, num determinado momento, entre as grandes potências.” (Fiori, “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”, 2008: p. 31-33).¹²⁵

A partir dessa perspectiva dos “territórios econômicos supranacionais”, a França seria um país do chamado “Primeiro Mundo”, porém, situado e inserido na “zona do marco alemão” (Parboni, 1979) - a Europa Ocidental - e num sistema monetário internacional que tinha o dólar como moeda “internacional”, dentro do “padrão-dólar flexível” (Serrano, 2005). Tanto a Alemanha Ocidental em relação à “zona do marco”, quanto os Estados Unidos, em relação ao sistema mundial do “padrão dólar-flexível”, tinham vantagens em termos de autonomia de política econômica em relação aos demais países. Sendo que, entre a RFA e os EUA, este último gozava de um grau ainda maior de autonomia pois era o “emissor da moeda internacional”:

“[Pelo] fato dos passivos externos americanos serem denominados em dólar, [quando ele] se desvaloriza em relação à moeda de algum outro país, quem sofre as perdas patrimoniais são os detentores da dívida externa americana deste país, e não os EUA. Além disso, (...) mesmo uma grande desvalorização cambial tem muito pouco efeito sobre a inflação nos EUA, enquanto que o impacto inflacionário de uma desvalorização cambial de outras moedas é maior nos demais países, já que estes não emitem a moeda internacional, e que os preços das *commodities* e do petróleo são fixados em dólar.” (Serrano, 2005: 211-212).

¹²⁵ A respeito dos territórios econômicos supranacionais, diz Fiori: “O impulso conquistador [dos Estados europeus] impediu que seus mercados locais se fechassem sobre si mesmos e alargou suas fronteiras, com a inclusão de outras economias no seu ‘território econômico supranacional’. (...) Nesse sentido, pode-se afirmar que não existe capital nem capitalismo sem a mediação nacional do poder, do território e da moeda, ou seja, não existe capital ‘em geral’; existem sempre capitais nacionais que se internacionalizaram sem perder seu vínculo e sua referência com alguma moeda nacional ou soberana. E através da história, todas as ‘moedas internacionais’ foram sempre as moedas nacionais dos Estados ‘vencedores’.” (Fiori, 2008: p. 31-33).

Ora, a frase acima ilustra exatamente as dificuldades que a França enfrentou ao desvalorizar o franco frente ao dólar, devido ao aumento do "import bill" , ou seja dos produtos importados denominados em dólar, com destaque para o petróleo (conforme analisado no capítulo 3). Nessa linha, pode-se dizer que as implicações dessa "localização" francesa dentro desses dois "territórios econômicos supranacionais" se manifestam através dos problemas de balanço de pagamentos, que por sua vez, são reflexos das decisões de política econômica dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental.¹²⁶

Entretanto, a respeito da Alemanha, apesar de não ser emissora da moeda internacional, era a emissora do marco alemão, ou seja, a "moeda européia" (bem antes da criação do "euro") por excelência, que circulava predominantemente dentro da "zona do marco".

Nesse sentido, se existe um consenso (entre os autores citados: Fiori, Medeiros, Serrano, Parboni, Hall, etc.) a respeito da posição de liderança da economia alemã na Europa nos anos 1970-1980 e da subordinação das decisões de política econômica da França no que diz respeito a decisões de política econômica alemã e norte-americana, o mesmo não pode ser dito a respeito da Alemanha frente às decisões norte-americanas. Enquanto Fiori coloca a RFA na posição de um "estado de segunda linha", Medeiros apresenta uma versão diferente, onde a Alemanha apresentava um "papel central para o desenvolvimento econômico europeu" e onde "ao contrário do Japão (cuja dependência econômica ao mercado americano sempre foi muito alta e apenas nos anos 1980 construiu uma rede regional), "construiu historicamente um comércio intra-regional fundamental a seus interesses expansivos e, ao mesmo tempo, indutor do crescimento europeu." (Medeiros, "A Economia Política da internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China", p. 155). E nessa linha, conclui Medeiros:

"(...) dificilmente o processo de inserção internacional da Alemanha poderia ser descrito como o de uma 'internacionalização subordinada' e, em conseqüência, suscetível à 'vulnerabilidade a represálias' (...). Esta linha de ação não foi imposta por um temor a represálias por parte dos EUA ou por uma debilidade estrutural imposta pelo balanço de pagamentos, ou menos

¹²⁶ Quanto à posição da França, do ponto de vista dessa hierarquia internacional, diz Fiori: "[Após a desregulação e liberalização dos mercados financeiros nos anos 1970 promovida pelo eixo anglo-saxão] o núcleo político e econômico do sistema [no final do século XX, continuou] sendo praticamente o mesmo do final do século XIX, e sua hierarquia interna também. Os Estados Unidos substituíram e incorporaram a Inglaterra e alargaram a supremacia anglo-saxã sobre o mundo, mantendo-se Alemanha, Japão, França e Rússia como Estados de segunda linha, mesmo quando já não sejam *challengers* capazes de desafiar, isoladamente, a supremacia americana." (FIORI, 2000: 75)

ainda poderia ser considerada uma via diretamente decorrente do projeto de integração europeia na linha estabelecida desde o Tratado de Roma. Tratava-se, assim, de uma estratégia guiada pela inserção geopolítica da Alemanha e por vetores políticos e ideológicos internos.” (p. 159).¹²⁷

Entretanto, essas visões diferenciadas abrem espaço para um debate que foge do foco da pesquisa, em torno da pergunta: a Alemanha Ocidental, nos anos 1970-80-90, tinha autonomia em termos de política econômica em relação aos Estados Unidos? O que pode se afirmar é que Estados Unidos e Alemanha Ocidental tomaram rumos semelhantes em termos de política econômica (com medidas anti-inflacionárias, etc.) a partir do início dos anos 1970, tanto na gestão de Nixon nos EUA no início dos anos 1970, quanto na gestão de Brandt (1969-1974) na Alemanha Ocidental. Uma vez que não tenha ocorrido uma divergência (como no caso da França na gestão Mitterrand, ou mesmo nos períodos em que foram adotadas políticas expansionistas), fica difícil de se avaliar se, numa possível disputa de forças, quem iria vencer. Ou seja, *caso* a RFA quisesse adotar ou manter uma política expansionista, indo na contra-mão dos EUA, ela conseguiria?

Essa pergunta vai além da pesquisa, e aponta também para a existência de interesses, não apenas do ponto de vista dos países, mas sim, das elites financeiras internacionais espalhadas pelo “Primeiro” e “Terceiro” Mundo. A guinada na RFA, se deu não *apenas* por uma pressão externa de mudanças da economia internacional, mas principalmente, com uma mudança interna já no início dos anos 1970, conforme já citado.

Um último ponto a ser colocado a esse respeito é que, independente da resposta se a RFA tinha ou não autonomia de política econômica, um fato é bem claro: quem transferiu poder à RFA, foram os Estados Unidos, conforme a perspectiva do “projeto expansivo norte-americano” e do “desenvolvimento a convite” , porém, após certo tempo, o aliado se transformou em concorrente.

¹²⁷ Na mesma linha, segundo Marianne Nassuno: “Ainda que se possa afirmar que as mudanças [ocorridas na Alemanha] parecem sugerir uma tentativa de adequação aos movimentos internacionais, os eventos ocorridos a partir da década de 1980 mostram que o sistema financeiro alemão tem uma capacidade específica para regular sua inserção na dinâmica internacional”. (Nassuno, “As transformações recentes na estrutura do sistema financeiro alemão e as implicações sobre a política monetária” *apud* BRAGA, José Carlos de Souza. “Alemanha: Império, barbárie e capitalismo avançado” in “Estados e Moedas no desenvolvimento das nações”, 2000: 217).

Conclusão

A pesquisa a respeito dos motivos que levaram o governo Mitterrand a abandonar sua política econômica se iniciou com foco no período de maio de 1981 a março de 1983, ou seja, desde a posse de Mitterrand até o lançamento do segundo pacote de austeridade, que simbolizou a oficialização do Mitterrand U-turn, visto que, daí em diante, o governo Mitterrand apenas consolidou as medidas de liberalização e abandono do projeto expansionista. Com base no estudo feito a respeito do período citado (1981-1983/84), chegou-se a conclusão de que o grupo de autores que trataram do tema poderia ser classificado em dois grupos: os endógenos e os exógenos, conforme apresentado na introdução. A pesquisa, entretanto, deu preferência à perspectiva dos autores que deram ênfase aos fatores exógenos, porém, ela não se limitou a essa perspectiva, buscando analisar o Mitterrand U-turn, inicialmente, a partir de uma perspectiva sistêmica, ou seja, uma análise mais ampla, com base no fator espaço: da França inserida dentro de uma estrutura de poder político e econômico internacional (os "territórios econômicos supranacionais") fortemente hierarquizada com duas potências econômicas que afetavam as decisões de política econômica francesa, a Alemanha Ocidental e os Estados Unidos.

Entretanto, a partir da descoberta de que o primeiro-ministro Jacques Chirac, do partido conservador da União dos Democratas pela República (UDR), havia aplicado um pacote expansionista com quase a mesma amplitude em termos financeiros do programa expansionista de Mitterrand (e teve que abandoná-lo por motivos bem semelhantes ao da gestão Mitterrand), uma mudança ocorreu nos rumos da pesquisa. A partir de então, dois movimentos foram feitos para se analisar o "Mitterrand U-turn": um no **fator espaço**, e outro no **fator tempo**, conforme a perspectiva de Braudel, citada por Fiori, que "distingue o tempo breve, da vida política imediata, do tempo cíclico da vida econômica e da 'longa duração' das grandes estruturas históricas". (Fiori, "O sistema interestatal capitalista", 2008: 20).

No **tempo**, a pesquisa ampliou seu campo para além do período de 1981-1983, e buscou analisar os ciclos de política econômica (ou de economia política) desde a posse de Pompidou em 1969 (incluindo a mudança de rumos em política econômica na transição de De Gaulle para Pompidou), passando pela gestão Giscard (1974-1981), até os primeiros anos do governo Mitterrand, de 1981 a 1983. Objeto de análise dos capítulos 1, 2 e 3.

No **espaço**, a pesquisa buscou analisar não somente a França, mas também: sua relação com a Alemanha Ocidental e com o processo de integração

européu; o peso da Alemanha Ocidental como “centro cíclico principal” da Europa, conforme a perspectiva de Parboni, Medeiros e Serrano; conseqüências do aumento da integração econômica a partir dos anos 1960 nas economias dos países do mundo todo (que levava a uma diminuição de autonomia política dos países não-hegemônicos, cf. Strange, 1995); a dinâmica do Mitterrand U-turn inserida no projeto expansionista dos EUA do pós Segunda Guerra Mundial, conforme a perspectiva de Fiori; e a perspectiva da França como um “país médio” situado “dentro” de dois “territórios econômicos supranacionais” (Hilferding/Fiori): a zona do marco alemão, e o padrão dólar-flexível (Serrano). Todos esses aspectos foram analisados no capítulo 4.

Essas duas abordagens permitiram chegar a algumas conclusões a respeito das quatro perguntas iniciais feitas na introdução e que nortearam a pesquisa. A atual conclusão, portanto, irá se estruturar com base nelas.

Pergunta 1. *Porque ocorreu a mudança nos rumos da política econômica do governo Mitterrand? Porque um governo do chamado “Primeiro Mundo”, com um presidente socialista, primeiro ministro do Partido Comunista Francês (Pierre Mauroy), e com maioria absoluta no parlamento não conseguiu implementar o projeto contido em seu programa de governo? Essa mudança teria sido uma **opção** do governo ou fruto de restrições insuperáveis e **ausências de alternativas**? No caso das restrições, quais pesaram mais: as internas ou as externas?*

Segundo a pesquisa feita, foi possível observar que a mudança de política econômica ocorreu devido a fatores externos e internos à França, porém, foi dada ênfase aos fatores externos, que incluem o cenário internacional e a posição da França dentro de uma hierarquia política e econômica internacional informal de poder. No que tange a questão relativa ao Mitterrand U-turn, se foi uma opção ou se “não havia alternativa”, o que pode ser afirmado é que, na hipótese da **opção**: primeiro, foi uma opção de Mitterrand e de grande parte de seu governo a escolha de não sair do SME; em segundo lugar, essa opção se deu com base na posição europeísta de Mitterrand, mas também devido a uma forte interação entre o governo francês e alemão desde a era De Gaulle; em terceiro lugar, essa “opção” pode ser vista também, num outro ângulo, como uma ausência de alternativas que viessem a resolver os problemas imediatos franceses: de balanço de pagamentos, da forte pressão dos mercados sobre o franco, e da impossibilidade da França tomar um rumo econômico diferente do “centro cíclico principal europeu” – a RFA – e do emissor da moeda internacional, os Estados Unidos; sendo, essa terceira perspectiva, um misto de “opção” e “falta de alternativa”. Mesmo os “visitantes noturnos”, defensores da “outra política”, não tinham propostas concretas ou respostas para as questões citadas: como manter o projeto expansionista e ao

mesmo tempo resolver os problemas imediatos de balanço de pagamentos? Como conter o ataque especulativo contra o franco? Como, dentro desse cenário, convencer o empresariado francês a investir, uma vez que se encontravam em desvantagem em relação aos empresários dos demais países, em especial da RFA? Uma resposta clássica era a desvalorização do franco, porém, conforme já analisado, ela foi feita duas vezes, mas, seus efeitos benéficos (como aumento da exportação) foram todos neutralizados pelo cenário recessivo internacional (que diminuía a demanda externa pelos produtos franceses) e pelo aumento da “taxa de importação” (“the import Bill”), conforme analisado no capítulo 3.

Na hipótese da **ausência de alternativa**, em resposta à Margaret Thatcher, sim, havia, **teoricamente**, alternativa, tanto no Reino Unido em 1976, durante a gestão do Primeiro Ministro Callaghan do Partido Trabalhista com a AES – *Alternative Economic Strategy*; como na França, em 1981-1983, com a “outra política”, proposta pelos “visitantes noturnos”. Entretanto, na **prática**, essas alternativas nunca foram aplicadas. O que ocorreu foi que os governantes, seja do Reino Unido, seja da França, apenas pensaram seriamente em adotá-las de forma a evitar os efeitos impopulares das medidas ortodoxas que estavam sendo “propostas” pelos Estados Unidos, pela Alemanha Ocidental, pelo FMI (no caso do Reino Unido) e pelos grandes investidores internacionais (os “mercados”). Tanto no Reino Unido como na França, houve uma divisão no governo: de um lado, os defensores da resistência à ortodoxia; de outro, os defensores da adoção das medidas ortodoxas (muitos por convicção, outros por verem que não seria possível a manutenção de uma estabilidade econômica sem a guinada para o neoliberalismo). O caso inglês e o francês, segundo a narrativa biográfica dos governantes, foi bastante parecido. Ambos os governos se encontraram entre uma situação em que, ceder às pressões internacionais e tomar o rumo da ortodoxia seria negativo, e resistir a elas seria ainda pior. A opção nos dois casos foi a capitulação. Enquanto as pressões *internacionais* apontavam para a adoção dessa guinada ao neoliberalismo, *domesticamente*, do ponto de vista da população em geral ou das “urnas”, as pressões ocorriam no sentido da adoção de políticas keynesiano-expansionistas, que eram criadoras de empregos e benevolentes em gastos sociais.

Nem no caso inglês, nem no caso francês, nem mesmo no caso espanhol após a posse de Felipe González do Partido Socialista Obrero Español, os programas keynesiano-expansionistas ou que procuravam combinar uma “estabilização negociada com reestruturação industrial e crescimento econômico, aumento de emprego e da equidade” como no caso da Espanha, (Fiori, O espelho espanhol de FHC, 1995: 48) foram mantidos. Todos foram abandonados num misto de “opção” do

governo e de pressão externa. Em resposta à Thatcher, pode ser dito que as alternativas existiam, mas, a história mostrou na prática, que, pelo menos aos olhos dos governantes e do ponto de vista europeu, não eram viáveis, pois não resolviam os problemas imediatos de balanço de pagamentos de países médios inseridos num sistema mundial onde as economias dos países estavam fortemente integradas, seja comercialmente, seja financeiramente, seja do ponto de vista da produção, ou mesmo do ponto de vista do processo de integração europeu propriamente dito. Lembrando, no caso francês, a afirmação de Henry Nau, que comentou que os “visitantes noturnos” queriam a autonomia, mas suas “propostas eram tão vagas que eles não sabiam como implementá-las”. Nesse caso, para se afirmar se “havia ou não alternativa”, a pesquisa teria que adotar uma **perspectiva contrafactual**, adotada por inúmeros autores: “se Mitterrand tivesse desvalorizado o franco logo no início”, “se houvesse uma maior correlação de forças na esquerda”, etc.

Do ponto de vista prático, uma mudança, ou seja, uma contenção do avanço das políticas neoliberais e ortodoxas (e seus efeitos em termos de desemprego, diminuição em gastos sociais, etc.) a partir dos anos 1980, e com base na análise sistêmica feita (ou seja, que parte da perspectiva da existência de uma hierarquia política econômica internacional e *informal* de poder), não poderia vir de um “país médio” como a França, mas sim do “topo da pirâmide”, pois foi esse mesmo “topo”, seja do ponto de vista dos países (eixo anglo-saxão e Alemanha Ocidental principalmente), seja do ponto de vista das elites financeiras internacionais, que decidiu, diante do quadro do final dos anos 1960, ir transitando do sistema internacional regulado de Bretton Woods (o “embedded liberalism”) para o “mundo das finanças globais” dos anos 1980-1990,¹²⁸ e das políticas keynesianas nos países centrais e “desenvolvimentistas” nos países em desenvolvimento, para as reformas e políticas neoliberais. Se a mudança veio do topo ou do “comando central da economia” (Fiori, 1995), qualquer alteração nos rumos desta teria que vir também desse “núcleo central” que envolve os Estados Unidos a RFA e também as elites financeiras presentes tanto no centro do sistema, como na periferia. A esse respeito, Fiori, ao analisar a falta de crescimento em diversos países do globo (incluindo os países do centro do sistema, com exceção dos EUA) em março de 1996, diz:

¹²⁸ Essas elites podem ser representadas pela “minoridade dos 5%”, segundo Dexter White, que são os “proprietários de ativos externos”, cujos interesses, segundo White e Keynes, eram “contraditórios com os interesses da maioria da população”. (*Apud* MEDEIROS, C. A economia política da internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China, 2004: 140.)

"A questão que fica é: como crescer a essa velocidade uma vez que isso significaria aumentar a taxa de investimento redirecionando a acumulação financeira, etc.? Isto só seria possível a partir de uma decisão política das grandes potências através de uma coordenação de governos e Bancos Centrais em torno de uma política global de crescimento. Mas isto é de uma enorme complexidade, pois envolve problemas de relacionamento político e a possibilidade de que pudesse haver uma convergência – e aí não puramente econômica – de interesses nacionais (políticos e econômicos) entre o Japão, a Europa e os EUA." (Fiori, *Globalização Financeira*, 1996: 140).

Além disso, a hipótese "thatcheriana" se confirmou na prática, salvo algumas exceções no mundo (como China, Índia, etc.), para os países europeus e a expressão de Keohane: "a lição é: adapte-se ou morra" (apud Fiori, *As palavras e as coisas*, in Moedeiros Falsos, 1998: 29) foi confirmada também na prática no que tange os casos citados, visto que inúmeros países tentaram resistir ao avanço do neoliberalismo, que por sua vez fazia parte do processo de "retomada da hegemonia norte-americana", mas foram sendo enquadrados, do ponto de vista de política econômica (monetária, cambial, de juros), sendo o Mitterrand U-turn um exemplo disso.

Conforme a perspectiva analisada na digressão do capítulo 4, devido ao aumento da integração econômica mundial, as restrições externas pesaram mais nos "países médios" visto que sua autonomia diminuiu consideravelmente, seja nos países médios do centro, seja da periferia nos anos 1990 (em especial, a partir do Consenso de Washington realizado em 1989). Isto levou os países centrais que estavam com partidos "de esquerda" (socialistas, social-democratas, etc.) no poder a não conseguirem aplicar seus programas de governo. No caso francês, com a economia fortemente integrada à economia europeia (em especial à RFA) e mundial, o grau de autonomia política foi diminuindo, seja pelo aumento do comércio internacional, seja pela transnacionalização da produção (ver Strange 1995, ver Cox, 1987) e seja pela "reemergência das finanças globais" a partir de 1960. (Helleiner, 1996)

Pergunta 2. No caso das restrições internacionais e com base na perspectiva do "veto" anglo-saxão e alemão ao governo francês, duas perguntas podem ser feitas: (i) os governos conservadores americano, inglês e alemão realmente tiveram esse poder de veto sobre o governo socialista francês e sua "resposta de tipo keynesiana"? (ii) No caso afirmativo: como esses governos conseguiram realizar esse veto?

O que ocorreu na França não foi necessariamente um "veto", pois ninguém ordenou que a França abandonasse seu projeto expansionista nem tinha poder *formal* para isso. Porém, os próprios economistas franceses e quadros do governo – incluindo Mitterrand, Mauroy e Delors – desde a campanha eleitoral, tinham

consciência de que para que o projeto fosse mantido, o governo norte-americano teria que alterar os rumos de sua política econômica de juros altos iniciada em setembro de 1979; e também a Alemanha Ocidental, no papel de principal parceiro comercial da França e "centro cíclico principal europeu". No momento em que Mitterrand viu que isso não iria acontecer e que Michel Camdessus alerta para a situação das reservas internacionais francesas (fruto da manutenção das políticas expansionistas, geradoras de problemas de inflação e balanço de pagamentos) em março de 1982, o primeiro-ministro Pierre Mauroy e Mitterrand decidem lançar o primeiro pacote de austeridade em junho de 1982, iniciando-se o Mitterrand U-turn, que foi consolidado com o segundo pacote de austeridade em março de 1983 e as demais medidas liberalizantes adotadas em 1984.

O que dava um certo poder de "veto" dos EUA e da Alemanha Ocidental, era o fato da França ter optado por trilhar o rumo da integração econômica, atrelando fortemente sua economia à economia alemã como parte do próprio processo união monetária e econômica e de construção da Europa. Nesse processo, a Alemanha Ocidental, no papel de "centro cíclico principal europeu" ditava os rumos do SME que incorporou o viés antiinflacionário da política monetária alemã. Além disso, a Alemanha, durante todo o período estudado – de De Gaulle a Mitterrand – sempre atuou lado a lado com a França, com um misto de complementaridade e competição, formando a espinha dorsal ("the linchpin" – o eixo) da integração europeia. O Mitterrand U-turn, de certa forma, foi uma decisão francesa, mas acompanhada de perto pela Alemanha, que já vinha ajudando a França monetariamente desde a "serpente monetária" na gestão Giscard/Schmidt e continuando em Kohl, conforme analisado no capítulo 3.

Nesse caso, o "veto" teria sido efetivado através de decisões de política econômica dos Estados Unidos, da Alemanha Ocidental, da própria França, nos anos que antecederam a década de 1980, e que fazia parte também de um conjunto de interesses do eixo anglo-saxão (cf. Helleiner, 1996) e das elites financeiras internacionais, e se manifestou nos demais países através dos problemas de balanço de pagamentos e da "desregulação competitiva", que geravam os ataques especulativos feitos contra as moedas dos países que iam na contra-mão das reformas liberalizantes. Ou seja, o "veto" se deu através de uma estrutura internacional comercial-econômica e financeira montada ao longo dos anos (ou séculos), que atrelava a economia dos países uns aos outros e fazia com que as economias mais fortes (os Estados Unidos e a RFA no caso da França) e também as elites financeiras internacionais (com o voto diário dos mercados, e os ataques especulativos a países específicos) acabassem por ditar, em graus diferenciados, os rumos das políticas econômicas do bloco capitalista. O resultado,

do ponto de vista macroeconômico foi que a França, situada dentro dos "territórios econômicos supranacionais" da "zona do marco" e do sistema internacional "padrão dólar-flexível", com todas as implicações que isso significa, não tinha como ir numa direção contrária à dos Estados Unidos e da RFA. Mesmo os opositores do abandono do projeto expansionista (os "visitantes noturnos"), como já citado, não apresentaram propostas concretas para uma possível ruptura com a Alemanha e o SME, e muitos mudaram de posição ao ver a situação das contas externas no período. Nesse caso, a lista de Timothy Smith ajuda a sintetizar o conjunto de forças externas que geraram fortes restrições na França e também nos demais países das camadas mais intermediárias e mais baixas da pirâmide de poder político e econômico internacional:

"Mitterrand and Chirac never took full responsibility for their role in creating the unemployment crisis. Both men blamed outside forces – (1) the need to prepare the nation for European monetary union by imposing austerity measures, (2) the rising tide of neoliberal globalization, (3) the threat of Asian competition, (4) Reaganism and Thatcherism, (5) the growing influence of international investors, (6) the 'wall of money'". (Smith, 2004: 89).

A França optou, ao longo dos anos 1960-1970, se integrar à economia alemã, de forma a construir o eixo da Europa. Em 1980, não tinha como voltar atrás e tomar um rumo diferenciado do da Alemanha Ocidental e dos Estados Unidos.

3. Do ponto de vista interno, por que se pode dizer que houve uma mudança importante no campo de política econômica entre a política econômica contida no projeto expansionista de 1981-1982 e as políticas econômicas "austeras" implementadas a partir de então?

O que ocorreu no Mitterrand U-turn, *no campo de política econômica*,¹²⁹ foi uma diminuição nos gastos sociais contidos no programa de governo conforme citado no capítulo 3. Se comparado com os governos conservadores anteriores, a diferença está no fato de que o governo socialista procurou, em alguns aspectos, fazer medidas que não tivessem volta, pois alteravam a legislação francesa. (Friend, 1989: 55)¹³⁰ Mesmo porque, conforme salientado ao longo da pesquisa, Chirac também tentou implementar um pacote expansionista, mas teve que recuar.

¹²⁹ Lembrando que o programa socialista envolveu outros aspectos como descentralização, auto-gestão, nacionalização, mudanças legislativas, que não foram abordadas na pesquisa, uma vez que se concentrou nas medidas de política econômica.

¹³⁰ "Barre's injections of liquidity into the economy had however been temporary measures, like a reflation attempted by Chirac in 1975. The Socialist government's reflationary measures could not be easily abrogated; they were designed as permanent social ameliorations. Unable to stop a process it had set in motion for political and social reasons, the government would find itself condemned for the next three years to continue releasing buying power on the one side while sopping it up on the other." (Friend, 1989: 55)

E foi justamente a “descoberta” dessa tentativa do primeiro-ministro Chirac durante a gestão de Giscard, que levou à uma mudança nos rumos da pesquisa e à formulação da quarta pergunta.

4. Seria o abandono do projeto expansionista do governo Mitterrand um fato isolado na trajetória da economia política ou da política econômica francesa ao longo dos anos, ou faria parte de um ciclo de mais longo prazo da economia francesa, que refletia, por sua vez, diferentes contextos da economia política internacional?

Essa pergunta foi feita a partir da descoberta do pacote expansionista de Giscard/Chirac que levou a uma ampliação do período de análise da pesquisa, que, por sua vez, levou a descoberta dos ciclos de expansão e recolhimento de política econômica francesa desde De Gaulle (ciclo este que pode ser até mais amplo, como já citado no capítulo 1) onde foram identificados seis pontos de inflexão, sendo o Mitterrand U-turn, apenas dois desses pontos dentro do ciclo de mais longo prazo: a quinta inflexão representada pelo início da adoção do pacote expansionista após a eleição em maio de 1981; e a sexta e última inflexão (do ponto de vista da pesquisa), com o abandono do projeto expansionista através do lançamento dos pacotes de austeridade em junho de 1982 e março de 1983, seguido de outras medidas liberalizantes. E segundo Howarth, após o fim do pacote de Chirac e “com a breve exceção de 1981 a 1983”, daí em diante a política anti-inflacionária “permaneceria como a política oficial do governo durante os anos 1990” (2000: 44-45)

A tese reforça, portanto, a necessidade de uma análise de mais longo prazo para se entender a “o tempo breve, da vida política imediata” (o Mitterrand U-turn) a partir de sua inserção dentro do “tempo cíclico da vida econômica e da ‘longa duração’ das grandes estruturas históricas” – os ciclos de 1969 a 1983 e os diferentes contextos internacionais nos quais a França estava inserida. Ou seja, uma perspectiva endógena e/ou exógena dos fatos, para se entender porque ocorreu o Mitterrand U-turn, pode ser complementada com uma perspectiva de mais longo prazo, que possa separar o que foi uma especificidade do período analisado (1981-83) do que fez parte de um ciclo mais amplo da economia que transcende o período 1981-1983, no caso estudado, desde 1969, ano que marcou a transição da era de Gaulle para a gestão Pompidou. Juntamente com uma análise que transcende as fronteiras nacionais francesas e engloba também os “limites” invisíveis dos “territórios econômicos supranacionais”.

Referências bibliográficas

- BAUCHARD, Pierre. *La guerre des deux roses: Du Rêve à la réalité, 1981-1985*, 1986. Paris : Grasset.
- BELL, David. *François Mitterrand: a political biography*. Cambridge: Polity Press, 2005.
- BLUSTEIN, P. *Vexame. Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*. Rio de Janeiro, Record: 2002.
- BRAGA, José Carlos de Souza. Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2000: 191-221.
- CARVALHO, Fernando Cardim. Políticas econômicas para economias monetárias. In: LIMA, G. T. e SICSÚ, J. (org.) *Macroeconomia moderna. Keynes e a economia contemporânea*. São Paulo: CAMPUS, 1999. 2ª ed.
- CHRISTOFFERSON, Thomas R. *The French socialists in power, 1981-1986. From autogestion to cohabitation*. London and Toronto: Associated University Presses, 1991.
- COX, Robert W. *Production, power, and world order. Social forces in the making of History*. Nova York: Columbia University Press, 1987.
- FIORI, José Luís. Globalização financeira. A vulnerabilidade das economias nacionais. In: FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*, 1998a.
- FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998b: 87-147.
- FIORI, José Luís. Moedeiros Falsos. In: *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998, 5 ed.: 11-22.
- FIORI, José Luís. O espelho espanhol de FHC. In: FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998c.
- FIORI, José Luís. O papel é decorativo. In: FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998d.
- FIORI, José Luís. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2000a: 11-46.
- FIORI, José Luís. Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, José Luís. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2000b: 49-85.
- FIORI, José Luís. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005, 2 ed: 67-110.
- FIORI, José Luís. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005, 2 ed.: 11-64.
- FIORI, José Luís. A Europa pasmada. In: FIORI, José Luís. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.
- FIORI, José Luís. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In FIORI, MEDEIROS & SERRANO. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- FRIEND, Julius Weis. *Seven years in France. François Mitterrand and the unintended revolution, 1981-1988*. London: Westview Press, 1989.

FRIEND, Julius Weis. *The Linchpin: French-german relations, 1950-1990*. The Washington Papers. 1991.

GILPIN, Robert. *War and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GOODMAN, John B. *Monetary sovereignty: the politics of central banking in Western Europe*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1992.

HALL, Peter A. *Governing the economy: the politics of state intervention in Britain and France*. Cambridge: Polity Press, 1986.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2007.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLEINER, "States and the reemergence of global finance. From Bretton Woods to the 1990's". Londres: Cornell University Press, 1996.

HIRST, Mônica (org.). *Brasil-Estados Unidos na transição democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

História Siglo 20 www.historiasiglo20.org/

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOWARTH, David. *The French road to European Monetary Union*. Nova York: St. Martin's Press, 2000.

KNAPP, Andrew e WRIGHT, Vincent. France and European integration (capítulo 14 do livro "Government and politics of France". Londres: Routledge, 2006. Disponível em: www.routledge.com/textbooks/0415357322/pdfs/chapter14.pdf . Acesso em 05/01/2010)

LAUBER, Volkmar. *The political economy of France: from Pompidou to Mitterrand*, Nova York: Praeger, 1983.

LOURIAUX, Michael. *France after hegemony. International change and financial reform*. Londres: Cornell University Press, 1991.

MAUROY, Pierre. *A gauche. Un Premier Ministre parle*. Paris: Albin Michel, 1985.

MAUROY, Pierre. *C'est ici le chemin*. Paris : Flammarion, 1982.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de e SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, José Luís (org.) *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2000. PP. 119-151.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A Economia Política da internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, José Luís. *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MITTERRAND, François. *Aqui e Agora: diálogo com Guy Claisse*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MITTERRAND, François. *Um socialismo do possível*. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

MORRAY, Joseph P. *Grand disillusion: François Mitterrand and the french left*. West Cost: Praeger Publishers, 1997.

NORTHCUTT, Wayne. *Mitterrand. A political biography*. New York: Holmes e Meier, 1992.

Ostpolitik. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. [Consult. 2012-01-23]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$ostpolitik](http://www.infopedia.pt/$ostpolitik)>.

PARBONI, Riccardo. *The dollar & its rivals: recession, inflation, and international finance*. Londres: NLB e Verso, 1981.

PIANTA, Mario. "New technologies across the Atlantic: US Leadership or European Autonomy?" **1988**.
<http://www.unu.edu/unupress/unupbooks/uu38ne/uu38ne05.htm> Acesso em 27 de janeiro de 2010.

Política Agrícola Comum (PAC) Fonte: "Historia Siglo 20".
<http://www.historiasiglo20.org/europortug/glossario1.htm#Acordo%20Europeu> Acesso em 30 de outubro de 2006.

SALVATORE, Dominick. *Economia Internacional*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos S.A., 2000

SARAIVA, José Flávio Sombra. À busca de uma nova sociedade internacional: teoria e prática das relações internacionais no início do século XXI. In: *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*, v.1. OLIVEIRA, Henrique Altemani e LESSA, Antônio Carlos, 2006.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações internacionais. Dois séculos de história. Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Volume II. Brasília: IBRI, 2001.

SARKIS, Nicholas. *Le petrole à l'heure árabe*. Paris: Stock, 1975.

SARKIS, Nicolas. Cronologia da Opep. Le Monde Diplomatique Brasil. Fonte: <http://diplo.org.br/2006-05,a1304> Acesso em 23 de agosto de 2011

SERRANO, Franklin. "Do ouro imóvel ao dólar flexível", em *Revista Econômica e Sociedade*, Campinas, n. 19, 2002

SERRANO, Franklin. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005: 179-222.

SINGER, Daniel. *Is socialism doomed? The Meaning of Mitterrand*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

Site da Embaixada da França no Brasil. <http://ambafrance-br.org/spip.php?article1028>

SMITH, Timothy B. *France in crisis: welfare, inequality and globalization since 1980*. Cambridge: University Press, 2006.

STRANGE, Suzan. Political economy and international relations. In: *International relations theory today*. BOOTH, Ken e SMITH, Seteve (org.). Cambridge: Polity Press. 1995: PP. 154-174.

TAVARES, A retomada da hegemonia norte-americana e seu impacto sobre a América Latina. In: HIRST, Mônica (org.). *Brasil-Estados Unidos na transição democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985: PP. 39-52.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, 6 ed.

TAVARES, Maria da Conceição e MELIN, Luiz Eduardo. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998: 55-86.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. (1985) In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998:27-53.

TEIXEIRA, Aloisio. Estados Unidos: a "curta marcha" para a hegemonia. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2000: 155-190.

TIERSKY, Ronald, 1997. France and European integration: revisionist thoughts on Gaullism and Giscardism, 1962-81. In: *European Union Studies Association (EUSA)*. Biennial Conference. 1997. (5th), Maio 29 – Junho 1, 1997, páginas 7. Seattle, WA.

TORRES Fº, Ernani. Teixeira. O papel do petróleo na geopolítica americana. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005: 309-346.

TREIN, Franklin. Cronologia da Integração Européia. *mimeo.* , s/d.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O Descompasso entre as nações*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.